

NATALIA BIANCHI FILARDO

AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS DO GOVERNO FEDERAL NO NOROESTE  
PAULISTA: O CASO DA PESCA E AQUICULTURA.

*Dissertação apresentado à banca examinadora em:*

*26 de março de 2013.*

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria de Marcos  
Universidade Estadual de São Paulo  
Orientadora

---

Profa. Dra. Silvia Maria Almeida Lima  
UNESP Ilha Solteira  
Membro da banca

---

Prof. Dr. Francisco José Avelino Junior  
Universidade Federal do Mato Grosso do  
Sul - CPTL.

Membro da banca

*Dedico este trabalho em memória do*  
***Professor Carlos Augusto Moraes e Araujo Cory,***  
*Uma grande referência na questão agrária*  
*Na academia e fora dela*  
*Na região de Andradina e Ilha Solteira*  
*Que suas boas lições de fé,*  
*força e coragem sejam sempre lembradas.*

*&*

*Dedico a meu avô Fideliz Bianchi (in memoriam),*  
*que me ensinou muitas coisas sobre a vida, obrigada vô!*

## AGRADECIMENTOS

A concretização desta pesquisa se deu com a ajuda de muitas pessoas e instituições, talvez não me lembre de todos os nomes, por isso deixo meus sinceros agradecimentos para aqueles que contribuíram direta ou indiretamente, de forma particular agradeço a:

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado;

ao meu companheiro de vida, Rodolfo Ferraz que esteve ao meu lado indiscutivelmente; amo você.

aos meus pais, meus avós, meu irmão, meus sobrinhos, meus primos e primas enfim a família, que me motivam a trabalhar por um mundo melhor;

a Irmã Elizabeth Rodon Amarante que me ajudou muito;

ao meu cunhado Neto, que também me ajudou,

a minha amiga Luciana Carvalho e os meus amigos geógrafos Tayrone e Ivan que também me ajudaram,

a orientadora Professora Vália de Marcos, obrigada,

aos professores da banca Profa. Dra. Silvia Maria Almeida Lima Prof. Dr. Francisco José Avelino Junior pela disposição e contribuições,

às pessoas envolvidas no *Território da Pesca e Aquicultura* que me ajudaram, em especial a Yoko,

a entidade da Plural Cooperativa e MPA,

aos professores do UFMS, e ao Michel pela pronta ajuda;

a Patrícia do MPA que me enviou todas as informações atuais das quais precisei;

enfim, a todos aqueles que não se encontram nesta breve menção mais que foram essenciais para a formulação deste trabalho.

MUITO OBRIGADA!

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal a análise crítica da implementação das Políticas Públicas com abordagem territorial fomentada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura no noroeste do estado de São Paulo, centrada no então, *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista*, que abrange trinta e nove municípios. A problemática que surge deste processo configura-se por evidenciar uma política pública que favorece o grande capital em detrimento dos pescadores artesanais, envolvendo uma gama de interesses geradores de conflitos. Durante o período da pesquisa, foram realizados levantamentos de informações sobre o recorte geográfico definido que permitiram compreender como os pescadores artesanais e outros sujeitos inseridos por esta política pública foram envolvidos pelas ações empreendidas, em especial, pelo MPA. Cabe ressaltar que neste recorte geográfico está inserido o terceiro maior reservatório de água do Brasil, o Reservatório de Ilha Solteira, um potencial hídrico no qual o Governo Federal tem interesses econômicos e tem investido um grande montante de recursos desde 2003. Por fim, evidenciam-se as problemáticas e as contradições que envolvem os pescadores artesanais, justificando a realização de estudos e pesquisas que contribuem para a compreensão da dinâmica econômica, social e política que as Políticas Públicas Territoriais fomentam.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Territoriais, Pescadores Artesanais, Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista.

## ABSTRACT

This dissertation has as main objective the critical analysis of the public policies implementation with territorial approach promoted by the Ministry of Fisheries and Aquaculture in the northwest of the São Paulo state, centered in the Territory of the Northwest Fisheries and Aquaculture Paulista, that cover thirty nine municipalities. The problem that arises from this process is configured by evidence a public policy that favors big business at the expense of traditional fishermen, involving a range of interests that generate conflict. During the research period, surveying information were raised about the defined geographical cutting information that allowed us to understand how the fishermen, and other subjects inserted by this public policy were involved by the actions undertaken by the MPA in particular. It is important to note that this geographic cutting it is insert in the third largest water reservoir in Brazil, the Ilha Solteira Reservoir, a potential hydric in which the Federal Government has economic interests and has invested a large amount of resources since 2003. Finally, this dissertation evidence the problems and contradictions involving fishermen, justifying the studies and research that contributes to understanding this economic phenomenon, social and political policies that foster Territorial Public.

**Keywords:** Territorial Public Policies, Fishermen, Fishery and Aquaculture Territory Northwest Paulista.

## Lista de Ilustrações

<b>Figura 1</b> -Localização do <i>Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista</i> .....	15
<b>Figura 2</b> - Fazenda Ponte Pensa.....	17
<b>Figura 3</b> . Produção de pescado (t) da aquicultura continental por Unidade da Federação.....	27
<b>Figura 4</b> – Localização Geográfica do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira (Rio Paraná) e os Municípios Limítrofes dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.....	29
<b>Figura 5</b> - Áreas Aquícolas Não Onerosas: PARQUE CÓRREGO DA ANTA-Reservatório de Ilha Solteira.....	35
<b>Figura 6</b> - Projeto Político – Estrutural, Seap/Pr -Julho 2003.....	42
<b>Figura 7</b> – Territórios Rurais do estado de São Paulo.....	46
<b>Figura 8</b> - Mapa dos 120 territórios da Cidadania.....	48
<b>Figura 9</b> - Distribuição dos 174 <i>Territórios da Pesca e Aquicultura no Brasil</i> .....	51
<b>Figura 10</b> – Território do <i>CONSAD</i> .....	60
<b>Figura 11</b> – <i>Território Rural do Noroeste Paulista</i> .....	64
<b>Figura 12</b> - Início do <i>Território da Pesca e Aquicultura</i> no Noroeste Paulista.....	68
<b>Figura 13</b> – <i>Território da Pesca e Aquicultura</i> .....	84
<b>Figura 14</b> - Organograma Funcional do Colegiado Territorial de Desenvolvimento do Noroeste Paulista .....	88

## Localização do Mapa

<b>MAPA 1</b> – <i>Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista</i> .....	56
---	----

## Lista de Tabelas e Gráficos

<b>Gráfico 1</b> Variação da área plantada de Cana-de-açúcar na mesorregião de São José do Rio Preto-SP no período 1990/2011.....	<b>20</b>
<b>Tabela 1-</b> Produção de pescado (t) mundial dos dezoito maiores produtores em 2008 e 2009.....	<b>22</b>
<b>Tabela 2-</b> Produção de pescado (t) nacional e participação relativa do total da pesca extrativa marinha e continental dos anos de 2008, 2009 e 2010.....	<b>22</b>
<b>Tabela 3.</b> Produção total, continental e marinha da aquicultura no Brasil entre 2008 e 2010.....	<b>26</b>
<b>Tabela 4-</b> N° de áreas aquícolas concedidas/área hectares/ Produção estimada por Parques Aquícolas demarcados pelo MPA até novembro de 2012.....	<b>36</b>
<b>Tabela 5</b> – Distribuição dos <i>Territórios Rurais</i> no BRASIL.....	<b>46</b>
<b>Tabela 6</b> – Caracterização Geográfica (Microrregiões, IDH-M, GINI) do <i>Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista</i> .....	<b>56</b>

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1</b> - Dez maiores represas brasileiras .....	<b>29</b>
<b>Quadro 2-</b> Dez represas brasileiras de maior volume.....	<b>30</b>
<b>Quadro 3</b> – Órgãos oficiais e suas responsabilidades com o setor da Pesca e Aquicultura .....	<b>41</b>
<b>Quadro 4</b> – Instituições conveniadas com o MPA e abrangência nacional.....	<b>52</b>
<b>Quadro 5:</b> Investimento PROINF nos <i>Territórios Rurais</i> .....	<b>65</b>
<b>Quadro 6</b> – Metas do Plano de Trabalho dos Territórios do Sudeste.....	<b>71</b>
<b>Quadro 7:</b> Entidades na Constituição do Plenário Provisório do Colegiado.....	<b>76</b>
<b>Quadro 8</b> - Representantes da Comissão Executiva.....	<b>78</b>
<b>Quadro 9-</b> Constituição inicial da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura.....	<b>79</b>

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

**APTA** Agência Paulista de Tecnologia

**ATEPA** Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola

**BNDES** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CATI** Casa de Agricultura

**CRAS** Centro de Referência de Assistência Social

**CETESB** Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

**CONSAD** Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

**CODEAGRO** Coordenadoria de Desenvolvimento do Agronegócio

**CIMDESPI** Consórcio de municípios para o desenvolvimento da piscicultura (

**COODESPI** Cooperativa de Piscicultores de Santa Fé do Sul e Região

**DIRCOF** Diretoria de Controle e Fiscalização

**DIRPED** Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação

**DIREN** Diretoria de Recursos Naturais Renováveis

**DIREC** Diretoria de Ecossistemas

**DRADS** Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social

**FAMAR** Fundação para Aquicultura de Monte Aprazível

**IADH** Instituto de Assessoria e Desenvolvimento Humano

**IBAMA**, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ITESP** Fundação Instituto de Terras de São Paulo

**MA** Ministério da Agricultura

**MDA** Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MDS** Ministério do Desenvolvimento Social

**MPA** Ministério de Pesca e Aquicultura

**MMA** Ministério do Meio Ambiente

**MAPA** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**SEAP** Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

**SDT** Secretaria de Desenvolvimento Territorial

**PTDRS** Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

**SINAU** Sistema de Informação das autorizações de Uso das Águas de Domínio da União

**SUDEPE** Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

**TDNP** Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista -

**PROINF** Projeto de Infra-estrutura e Serviços Territoriais

**RGP** Registro Nacional da Pesca

**PTDSPeA** Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura –

**PRONAT** Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

**TDNP** *Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista -*

**UNESP** Universidade Estadual de São Paulo

## SUMÁRIO

	PÁGINA
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO I: HISTÓRICO, CONCEITOS E CONTEXTO ATUAL DO PESCADO NO NOROESTE PAULISTA.....</b>	<b>15</b>
<b>I.I O Recorte Geográfico: Extremo Noroeste Paulista .....</b>	<b>15</b>
<b>I.II Ocupação do Noroeste Paulista.....</b>	<b>17</b>
<b>I.III Pescadores Artesanais: produção nacional e produção do <i>Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista</i>.....</b>	<b>21</b>
<b>I.IV Aquicultura: produção nacional e do <i>Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista</i>.....</b>	<b>26</b>
<b>I.V Reservatório de Ilha Solteira.....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO II - DE ONDE VIEMOS E PARA ONDE VAMOS: VISÃO GERAL DAS POLÍTICAS DESTINADAS À PESCA E À AQUICULTURA NO PAÍS.....</b>	<b>37</b>
<b>II.I As Políticas de Desenvolvimento Territorial.....</b>	<b>43</b>
<b>II.II As Políticas de Desenvolvimento Territorial no Extremo Noroeste Paulista .....</b>	<b>54</b>
<b>II.III Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – <i>CONSAD</i> Noroeste Paulista.....</b>	<b>60</b>
<b>II.IV <i>Território Rural</i> no Noroeste Paulista.....</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO III- <i>TERRITÓRIO DA PESCA E AQUICULTURA</i>.....</b>	<b>68</b>
<b>III.I Câmara Temática da Pesca e Aquicultura.....</b>	<b>78</b>
<b>III.II O <i>Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista</i>.....</b>	<b>86</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>96</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	

Os pescadores artesanais estiveram e ainda estão sujeitos a ações que priorizam os grandes empreendimentos e os pescadores industriais em detrimento de suas atividades extrativistas. Mesmo assim ainda são responsáveis pela maior parte da produção de pescados nativos do país. A prática da pesca ainda é realizada por quase um milhão da população no país como atividade de subsistência e econômica (BRASIL, 2011a).

Assim,

refletir sobre a pesca significa refletir sobre uma atividade que vêm, historicamente, construindo sociedades (DIEGUES apud KUNH, 2004), moldando diferenciados modos de vida e, no âmbito geográfico, conformando formas de produção do espaço específicas (KUNH, 2009, p.18).

Para o setor da pesca e a aquicultura, no ano de 2003, criou-se um órgão em âmbito federal responsável pelas Políticas Públicas: a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca-SEAP, depois transformada, em 2009, no Ministério de Pesca e Aquicultura - MPA, voltado exclusivo para o setor. O Ministério é criado com uma importância ímpar, passando a centralizar uma nova atividade econômica produtiva detectada pelo governo como uma atividade com grande potencial de crescimento. Atualmente ela é responsável por 7% do PIB nacional e o MPA tem a “meta de produzir 2 milhões de toneladas anuais de pescado até 2014” (BRASIL, 2012b). Toda essa produção tem como base um recurso natural abundante no país, a água, motivo pelo qual tem sido denominado por alguns pesquisadores de hidroterritório<sup>1</sup>.

Através do incentivo ao complexo agroindustrial do pescado o Governo Federal tem o objetivo de erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade social do país junto às comunidades aquícolas e pesqueiras utilizando de uma das diretrizes do Plano Mais Pesca e Aquicultura: a Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura, empregada inicialmente em determinados recortes geográficos (BRASIL, 2008a).

*Territórios da Pesca e Aquicultura* foram os nomes dados a estes recortes utilizados como unidades de planejamento do novo MPA, no caso em estudo, da Política de Desenvolvimento Territorial.

Assim, o MPA e também outros órgãos do Governo Federal se apropriaram de termos/conceitos como desenvolvimento e território, por exemplo, para criar uma nova

---

<sup>1</sup>Para maiores informações sobre os hidroterritórios remeter-se a: OLIVEIRA, J.S. **A Disputa pela Água no Pontal do Paranapanema**: os Movimentos Sociais e os Conflitos em Torno do Agrohidroterritório. XVI. Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 2010. TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (Novos Territórios da Água)**: os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos e seus Impactos nos Arranjos Territoriais. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação. (Mestrado em Geografia), 2007.

estratégia de política pública. Estes termos também são importantes no âmbito acadêmico, principalmente no plano das ciências humanas e sociais.

É nesse contexto que a geografia oferece suporte a partir de elementos teórico-metodológicos para a produção de conhecimento através de uma análise crítica dos fatos, objetivando trazer à luz elementos para compreender (e não explicar) a produção material da sociedade, juntamente com outros elementos da comunidade científica.

Assim, essa dissertação analisa a Política Territorial no *Território do Noroeste Paulista* para difundir o conhecimento produzido de forma comprometida aos pescadores e aquicultores do referido *Território*. A região em estudo está situada no Extremo Noroeste do estado de São Paulo, e é intitulada pelo Governo Federal e sujeitos envolvidos no fomento da Política Territorial como *Território de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista*. A Política de Desenvolvimento Territorial do Ministério da Pesca e Aquicultura passou a ser implantada no país no ano de 2009, com o intuito de promover espaços de discussões onde diferentes vozes estivessem reunidas para dialogar e decidir ações coletivas de bem comum visando à promoção do desenvolvimento territorial do setor.

Buscando compreender melhor a questão, a dissertação é constituída de três capítulos, construídos a partir de um levantamento bibliográfico amplo entre livros sobre a literatura geográfica e sobre os temas centrais da pesquisa como políticas públicas, economia política, abordagens territoriais, recursos hídricos e, como trabalho de campo, foram realizadas entrevistas com os representantes das organizações sociais que compuseram o que foi denominado pelo MPA de *Território da Pesca e Aquicultura* e também o público-alvo das políticas públicas territoriais: pescadores artesanais e aquicultores familiares.

O primeiro capítulo trata do histórico e do recorte geográfico utilizado pelo MPA e de alguns conceitos utilizados pelo Governo Federal e faz também uma contextualização atual da situação da atividade pesqueira no país.

O segundo capítulo descreve o histórico do setor da pesca e aquicultura no Brasil desde quando o Estado intervém na atividade como regulador, seguido dos conceitos teóricos das Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate a Fome e Pesca e Aquicultura.

O capítulo três é focado na Política Territorial do MPA no Brasil e no Extremo Noroeste Paulista, suas dinâmicas e suas práticas, caracterizando os sujeitos envolvidos e o desdobramentos desta política até 2012.

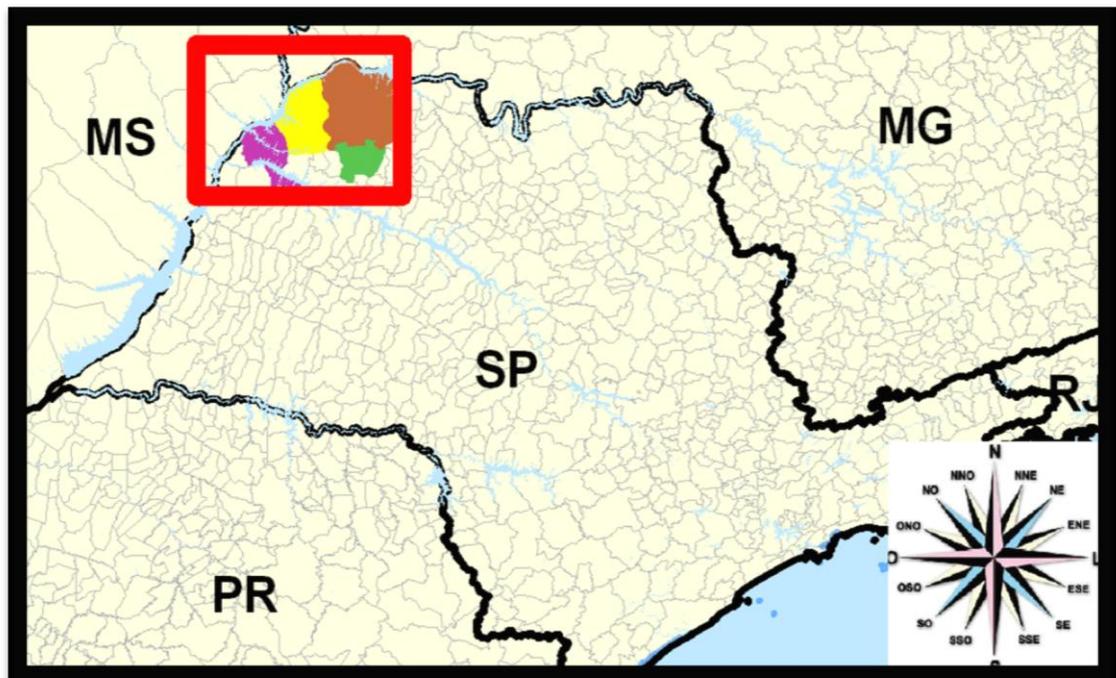
Por fim, as considerações finais trazem algumas reflexões voltadas a responder a pertinente questão “Qual a eficácia da Política Territorial da Pesca e Aquicultura no noroeste paulista?”.

## **CAPITULO I: HISTÓRICO, CONCEITOS E CONTEXTO ATUAL DO PESCADO NO NOROESTE PAULISTA.**

### **I.I O Recorte Geográfico: Extremo Noroeste Paulista**

O recorte geográfico estudado (figura 1) está localizado no Estado de São Paulo, mais exatamente em seu extremo noroeste, abrangendo a mesorregião (IBGE) de São José do Rio Preto e as microrregiões de Jales, Fernandópolis, Auriflâma, Andradina e Votuporanga. Este recorte geográfico é a unidade de planejamento do Governo Federal para a implantação das políticas públicas com abordagem territorial que aqui são tratadas como *Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista, Território Rural do Noroeste Paulista* nomenclaturas oficiais utilizadas pelo Governo Federal, de acordo com o enfoque da Política Pública, e é composto e dividido geograficamente em quarenta e dois municípios.

A porção norte deste recorte geográfico faz divisa com os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, conforme pode ser visualizada na figura 1. Na divisa entre os Estados de MG e SP localiza-se o Rio Grande e, na divisa entre os três Estados (MG, SP e MS), o Rio Paraná.



Legenda: A parte destacada em vermelho é o recorte geográfico localizado no extremo noroeste paulista

Figura 1-Localização do Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista

Fonte: Brasil (2008, s/p). Adaptado pela autora.

Acerca da caracterização da área, segundo a Universidade de Campinas- UNICAMP (2012), nela predomina o clima tropical seco e megatérmico (Aw), com uma estação seca definida, segundo a classificação de Köppen.

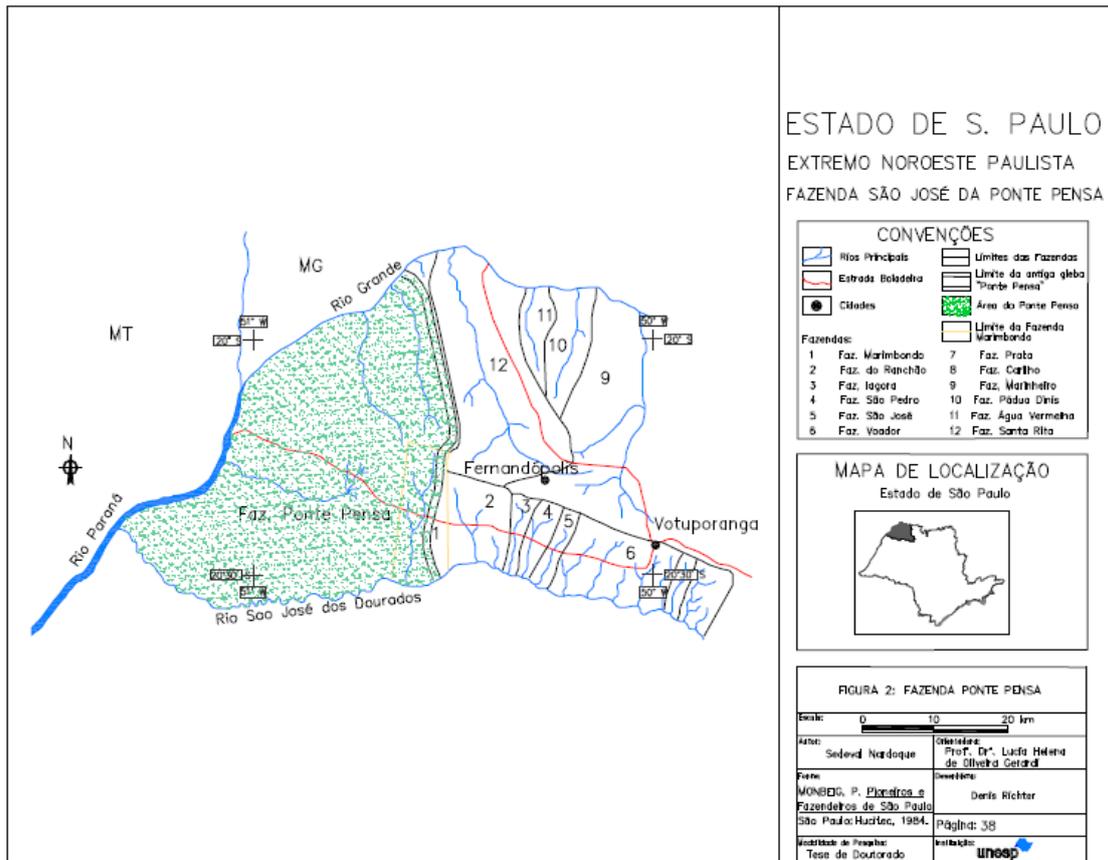
O *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista* está inserido no Planalto Ocidental que se inicia a cerca de 200 km a oeste da capital do Estado de São Paulo e vai até o rio Paraná, na fronteira com o Mato Grosso do Sul (NARDOQUE, 2007).

Ainda, de acordo com Nardoque, como Extremo Noroeste Paulista

(...) compreende-se, a Microrregião Geográfica de Jales (figura 2), que engloba grande parte da gleba de 207.000 alqueires (500.940 ha), denominada Fazenda São José da Ponte Pensa, conhecida popularmente como Ponte Pensa, encravados no extremo Noroeste do Estado de São Paulo, divisando com Minas Gerais e o atual Estado do Mato Grosso do Sul. A partir das fronteiras naturais demarcadas pela confluência dos rios Paranaíba e Grande, sua área seguia as margens à esquerda do Rio Paraná, rumo ao Sul, até a foz do Rio São José dos Dourados. Daí, em direção a Leste, ia até a desembocadura do Ribeirão Maribondo para retornar ao Norte, ladeando as encostas do espigão que divide as microbacias formadas pelos córregos Araras e Santa Rita, e estendia seu perímetro até o Rio Grande (2007, p.35-36).

Na figura 2 é possível visualizar, além da Fazenda Ponte Pensa, outras fazendas que originaram o processo de ocupação por agentes vindos de outros lugares, como as fazendas Maribondo (número 1), Ranchão, Santa Rita, entre outras.

A área da Fazenda Ponte Pensa abrangia metade dos municípios deste recorte geográfico estudado, denominado de *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*. A área total deste recorte geográfico, de acordo com os dados do IBGE (2012), totaliza 992.200 hectares.



Legenda: 1 -Fazenda Marimbondo; 2-Fazenda Rancho; 3-Fazenda Iagora; 4-Fazenda São Pedro, 5-Fazenda São José; 6-Fazenda Voador; 7-Fazenda Prata; 8-Fazenda Carilho; 9-Fazenda Marinheiro; 10-Fazenda Pádua Martins; 11-Fazenda Água Vermelha; 12-Fazenda Santa Rita.

Figura 2 - Fazenda Ponte Pensa  
Fonte: NARDOQUE ( 2002, p35).

Assim, este espaço geográfico produzido é resultado de ações e interferências humanas sobre a natureza tornando-a realidade social e expressando a forma como uma sociedade se organiza em torno aos modos de produção. Portanto, como argumentou Santos (2008), o espaço geográfico sempre será o resultado da relação entre sociedade e natureza.

## I.II Ocupação do Noroeste Paulista

Nesta região viviam os índios conhecidos como *Coroados*, *Guainás*, *Bugres* ou *Botocudos* que falavam a língua kaingang, pertencente à família linguística Jê. Tratavam-se de “povos semi-nômades, vivendo quase unicamente da caça, pesca e colheita natural” (PRADO JUNIOR, 2006, p.5).

Além destas comunidades indígenas, com o passar dos tempos era possível localizar também caboclos<sup>2</sup> habitando esta região e estes, assim como as comunidades indígenas, não

<sup>2</sup> Mestiços de brancos com índios.

possuíam vínculos diretos com o mercado, pois não produziam com o intuito de atender às necessidades do sistema mercantil.

De acordo com Nardoque, “havia uma fronteira demográfica, mas que não correspondia à fronteira econômica, que foi avançando conforme as atividades ligadas à produção de mercadorias e que se alastravam pelo interior paulista” (2007, p.35). O autor afirma ainda que

Esta ideologia nega a existência ou não considera a ocupação indígena. Na verdade, visava encontrar uma justificativa para exterminar essa população pré-existente ao avanço territorial do capital, quando as terras passaram a integrar o circuito mercantil do mesmo. (2007, p.23).

De acordo com Rosas é somente no transcorrer do século XIX que a ocupação do Oeste paulista por não-índios vai acontecer,

(...) com os *precursores* ou a *frente de expansão* pelo deslocamento de mineiros provenientes das áreas decadentes da mineração à procura por terras mais férteis para a prática da agricultura, bem como pela expansão das atividades de criação de gado. A produção de café, também, atraiu contingente de população para as regiões tradicionais na lavoura ou para aquelas que se encontravam em expansão (2010, p.39).

De acordo com o IBGE (2012), em 1830 um mineiro chamado Patrício Lopes de Souza com a ajuda de escravos tomou para si a posse de 208 mil alqueires de terras que equivaleriam às atuais áreas das comarcas de Santa Fé do Sul, Jales e parte de Palmeira D'Oeste. Neste latifúndio, as terras ficaram praticamente improdutivas e os arrendatários do mineiro Patrício que ali se estabeleceram criavam um pouco de gado e plantavam apenas para a subsistência. Tal fato propiciou que em 1912 se iniciasse o processo de grilagem de toda a área.

Por volta de 1940 a Estrada de Ferro Araraquarense prolongava seus trilhos ao extremo oeste de São Paulo, a caminho do Porto do Taboado, nas barrancas do Rio Paraná. A facilidade de escoamento dos produtos que poderiam ser cultivados na região levou ao loteamento das extensas fazendas, divididas em pequenos sítios. Nesse processo atuaram companhias privadas de colonização como a Companhia Agrícola Imobiliária de Colonização - CAIC, a Companhia Schmidt e a Empresa Paulista de Colonização LTDA. (ROSAS, 2002).

Uma característica marcante é que os latifúndios adquiridos pela Companhia Agrícola de Imigração e Colonização foram vendidos em lotes de 70ha a 100ha no máximo, ou seja, as terras foram divididas em pequenos estabelecimentos rurais. Porém, “tal ação se procedeu sob o mais claro caráter capitalista, buscando auferir lucro constantemente à empresa colonizadora” (ROSAS, 2010, p.18).

Ainda Rosas afirma que: “Mesmo que este empreendimento se caracterizasse como

vendas de pequenos lotes rurais, o caráter empreendedor superava a questão social, pois tais lotes eram comercializados com a média de lucro superior a 150%” (2010, p. 19).

No século XIX o café começou a expandir-se na região, o que desencadeou uma significativa transferência das culturas econômicas concentradas no Norte do país para o Centro-Sul. Ocorreu assim uma decadência das lavouras tradicionais do Brasil como a cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco, ao mesmo tempo em que se dava o aumento do cultivo do café (SILVA, 2008).

Como explicita Nardoque, o café movimentou o interior de São Paulo por muito tempo:

O café exerceu importante papel no passado recente do Brasil e, especialmente, para o Estado de São Paulo, configurando-se como a principal riqueza por mais de cem anos. Além do mais, contribuiu para a ordenação territorial à medida que esta rubiácea foi se expandindo para o interior do Estado, dando origem a muitas cidades, estabelecendo redes de comunicação, em especial as ferrovias, movimentando portos, contribuindo para a constituição do parque industrial, para o incremento da imigração e do aumento da população (2002, p.27).

Ainda de acordo com o autor, o mundo rural dos municípios do Extremo Noroeste Paulista foi resistente às dificuldades do campo. Essas resistências acontecem através da forma de organização social baseada em núcleos familiares, que resistem à especulação das monoculturas, mas que têm como entraves a pouca força de trabalho, uma vez que a idade avança e os filhos, por falta de oportunidades no campo, migram para as cidades. Assim, na constatação de Rosas,

O rural no ENP [Extremo Noroeste Paulista] possui, ainda hoje, relações típicas familiares, como um todo, no entanto vai perdendo sua identidade quando se inicia o avanço de atividades monocultoras, como a cana-de-açúcar, ou quando os filhos dos produtores se esvaem do campo à procura de oportunidades distintas no meio urbano, e até mesmo na falta de confiança que estes possuem em relação à ação do poder público municipal e sua tentativa de criar projetos de desenvolvimento territorial rural (ROSAS, 2010, p.29).

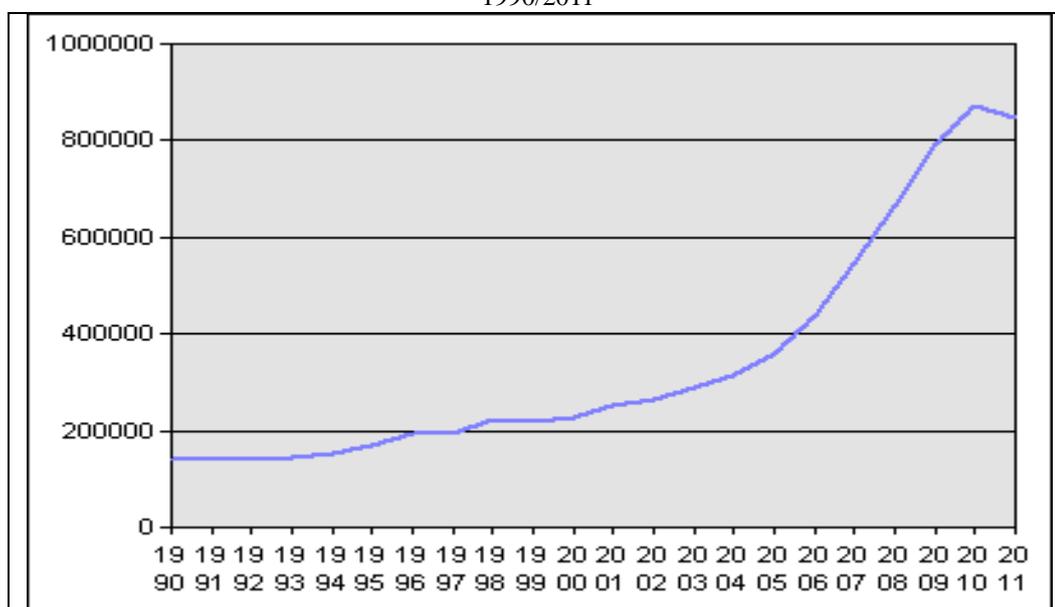
Portanto, “o período que compreende as duas últimas décadas do século XIX e o início do século XX marca o fortalecimento no estado de São Paulo do trinômio: cultura cafeeira, expansão ferroviária e crescimento populacional (imigração)” (CARVALHO, 2002, s/p). É nesse período que a cultura do café atinge o ápice na região que, em 1980 o cultivo entra em declínio por motivos edafoclimáticos (relação planta-solo-clima) e também devido aos preços do mercado global (ZANCANARI, 2012). Rosas destaca que como alternativa ao café os produtores optaram cultivar milho, laranja e a produção da pecuária (2002, p.144).

No final do século XX e início do XXI, de acordo com os autores Tanaca; Pereira; Pigatto; no estado de São Paulo, “a crescente demanda por álcool combustível acarreta na

substituição de culturas tradicionais pelo plantio da cana-de-açúcar, como laranja, milho, mandioca, café, etc...” (2008, p.1).

A título de ilustração, fica demonstrado no gráfico 1, que o avanço da quantidade produzida em hectares da monocultura da cana de açúcar no espaço rural na Mesorregião de Jales, ao longo da década de 1990 até o ano 2011 passou de 200 mil hectares para mais de 800 mil hectares, de acordo com o levantamento de produção agrícola municipal, do IBGE. (2012).

Gráfico 1 - Variação da área plantada de Cana-de-açúcar na mesorregião de São José do Rio Preto-SP no período 1990/2011



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2012, s/p). Elaborado pela autora

É nesse contexto que os pequenos camponeses da região do Extremo Noroeste Paulista, diante da redução de suas produções agrícolas encontram na pesca artesanal a fonte de proteína nobre abundante devido à geografia local, passando a ter essa atividade também como complemento de subsistência e renda.

Como já mencionado no início do capítulo, o *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista* é margeado por grandes rios - Grande, Paraná e Baixo Tietê - onde estão localizados grandes reservatórios, ambientes que propiciam a atividade da pesca como fonte de alimento, renda e possível geração de empregos. Além da pesca artesanal, surge neste contexto, devido à abundância de água na região, o fomento da aquicultura, tema que será tratado a seguir.

### **I.III Pescadores Artesanais: produção nacional e produção do Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista.**

O atual Ministério da Pesca e Aquicultura tem um cadastro nacional - Registro Nacional da Pesca (RGP), para todos aqueles que exercem a atividade da pesca profissionalmente, os quais são classificados de acordo com a amplitude e finalidade das atividades exercidas, como pescadores artesanais, pescadores industriais e pescadores amadores. De acordo com o MPA:

O pescador (a) artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes (BRASIL, 2011a)<sup>3</sup>.

A pesca industrial, por sua vez,

(...) caracteriza-se em função do tipo de embarcação empregada (médio e grande porte) e da relação de trabalho dos pescadores, que diferentemente do segmento artesanal, possuem vínculo empregatício com o armador de pesca (responsável pela embarcação), seja pessoa física ou jurídica (BRASIL, 2011a)<sup>4</sup>.

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –IBAMA, (1989) a pesca amadora é aquela praticada por brasileiros ou estrangeiros com a finalidade de lazer ou desporto, sem finalidade comercial.

No MPA, em setembro de 2011 estavam registrados cerca de 970 mil pescadores no país, organizados em aproximadamente 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas. Por meio destes pescadores o Brasil, contribuiu com 1.240.813 de toneladas de pescado no ano de 2009, representando 0,86% da produção mundial de pescado (BRASIL, 2012c).

De acordo com a tabela 1, pode-se verificar que o país ocupa a décima oitava (18º) posição no ranking mundial de produção de pescados, provenientes tanto da extração quanto da aquicultura. O primeiro lugar é ocupado pela China e, dentre os países da América, Peru e Chile estão à frente do Brasil.

---

<sup>3</sup> Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>> Acesso em: 12/10/2012.

<sup>4</sup> Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/industrial>> Acesso em: 12/10/2012.

Tabela 1- Produção de pescado (t) mundial dos dezoito maiores produtores em 2008 e 2009

Posição	País	2008		2009	
		Produção	%	Produção	%
1°	China	57.827.108	40,64	60.474.939	41,68
2°	Indonésia	8.860.745	6,23	9.815.202	6,76
3°	Índia	7.950.287	5,59	7.845.163	5,41
4°	Peru	7.448.994	5,23	6.964.446	4,80
5°	Japão	5.615.779	3,95	5.195.958	3,58
6°	Filipinas	4.972.358	3,49	5.083.131	3,50
7°	Vietnã	4.585.620	3,22	4.832.900	3,33
8°	Estados Unidos	4.856.867	3,41	4.710.453	3,25
9°	Chile	4.810.216	3,38	4.702.902	3,24
10°	Rússia	3.509.646	2,47	3.949.267	2,72
11°	Mianmar	3.168.562	2,23	3.545.186	2,44
12°	Noruega	3.279.730	2,30	3.486.277	2,40
13°	Coréia do Sul	3.358.475	2,36	3.199.177	2,20
14°	Tailândia	3.204.293	2,25	3.137.682	2,16
15°	Bangladesh	2.563.296	1,80	2.885.864	1,99
16°	Malásia	1.757.348	1,23	1.773.644	1,22
17°	México	1.745.757	1,23	1.773.644	1,22
<b>18°</b>	<b>Brasil</b>	<b>1.156.423</b>	<b>0,81</b>	<b>1.240.813</b>	<b>0,86</b>

Fonte: BRASIL (2012c, p.13).

Com relação apenas ao segmento da pesca extrativa, no ano de 2009, o Brasil ocupou a vigésima terceira (23°) posição do ranking mundial, produzindo aproximadamente 825.164 toneladas. O mar tem sido a maior fonte dos pescados para a pesca extrativa, porém esta dinâmica tem-se modificado. Como pode ser observado na tabela 2 abaixo, a pesca extrativista marítima diminuiu em relação aos anos de 2009 e 2010, enquanto a pesca continental teve um aumento, mas ainda não produz a mesma quantidade de pescado que o mar.

Tabela 2-Produção de pescado (t) nacional e participação relativa do total da pesca extrativa marinha e continental dos anos de 2008, 2009 e 2010

	2008		2009		2010	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%
<b>PESCA</b>	791.056	100	825.164	100	785.366	100
<b>Continental</b>	261.283	33	239.493	29	248.911	31,7
<b>Marinha</b>	529.774	67	585.671	71	536.455	68,3

Fonte: BRASIL (2012c, p.22).

O Estado de São Paulo, no ano de 2010, por sua vez, havia o registro de aproximadamente 25 mil pescadores profissionais, sendo que, destes, cerca de 80% eram homens. Neste mesmo ano de 2010, a pesca extrativa apresentou um total de 34.024 toneladas, 11.584 toneladas das quais foram proveniente da pesca extrativa continental e o restante do meio marinho (BRASIL, 2012c).

No *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista* existem duas colônias de pescadores (Z-12 e Z-26, localizadas respectivamente em Santa Fé do Sul e Mira

Estrela) e, de acordo com o Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Território Jales/Fernandópolis<sup>5</sup> existem cerca de 800 pescadores artesanais no Território, dos quais 84% são homens (informação verbal)<sup>6</sup>

Ainda no *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista* não é praticada a pesca industrial, estando presentes apenas os pescadores artesanais. De acordo com Diegues (1983) a pesca artesanal é uma atividade que se encaixa no padrão da pequena produção mercantil, que procede ainda da produção de pescadores-agricultores, podendo-se constatar uma pescaria organizada por grupos familiares ou por outras afinidades, de forma autônoma e com o uso de baixa tecnologia.

Os pescadores artesanais, para organizarem suas atividades e poderem requerer seus direitos reconhecidos pelo Estado, como o seguro defeso, devem filiar-se às colônias de pescadores. As colônias são sindicatos responsáveis atualmente pelas carteiras de pesca e registros de aquicultores locais, que de acordo com Costa et al ,

dentre os papéis que as colônias desempenha, destaca-se o de interlocução com a SEAP/PR através da emissão de declarações que ratificam a ocupação da pesca artesanal como o principal meio de vida dos pescadores afiliados (...) (2009, p.43).

A colônia Z-12, sediada no município de Santa Fé do Sul, foi fundada em 29/08/1987. Em 2004, com a prisão do então presidente devido a constatação de corrupção, a Confederação Nacional dos Pescadores intervém e nomeia, com caráter provisório, um substituto que ficou no cargo até novembro de 2010. Após seis anos ocorreu uma mobilização para a realização de uma eleição democrática, a qual foi validada. A nova Diretoria eleita iniciou seu mandato em 2010, com mandato de quatro anos (informação verbal)<sup>7</sup>

A atual presidente relata:

(...) participando dessas reuniões do *Território* cada vez mais eu me empolguei querendo fazer mais e mais e também para alavancar mais, e foi nesse tempo que eu conheci a colônia também e me interessei pelos problemas dos pescadores, (...) na tentativa de ajudar acabei me envolvendo demais e acabei participando dessa eleição da presidência e acabou que a gente conseguiu montar essa chapa e sai vencedora né? E hoje estou como presidente da colônia (informação verbal)<sup>8</sup>.

É, pois, no ano de 2010, após um período conturbado e pouco democrático, que a colônia inicia uma tentativa de exercer uma função social de mobilização e organização dos pescadores artesanais.

---

<sup>5</sup> Este Programa será explicado no capítulo II, mas para título de esclarecimento o *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista* foi inicialmente intitulado Território Jales/Fernandópolis.

<sup>6</sup> Informante S, entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2012-0 pç-090o

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

Pois devido ao contexto vivenciado até o momento, de acordo com Costa et al,

Entretanto, para além dos encaminhamentos formais, na prática as colônias não são entendidas como organizações capazes de promover efetivas mobilizações desencadeadoras de melhoria efetiva nos níveis organizativos de seus profissionais, o que restringe a estruturação coletiva em busca de competitividade da pesca regional (2009, p.43).

Com as atividades promovidas pelo *Território da Pesca e Aquicultura* houve uma mobilização através de assembleias trazendo a possibilidade de uma nova perspectiva para a região. Através dos incentivos via *Território da Pesca e Aquicultura*, a colônia Z-12, obteve um caminhão feira para comercialização do pescado, uma sala de inclusão digital para os pescadores (fase de aquisição) e um curtume para couro de tilápia (fase de construção) (informação verbal)<sup>9</sup>.

As mais pescados no *Território da Pesca e Aquicultura*, de acordo com a presidência da Colônia Z-12 são popularmente denominados de: Porquinho (*Geophagus proximus*), Corvina (*Argyrosomus Regius*), Curimba (*Prochilodus spp.*), Mandi (*Pimelodus spp.*), Traíra (*Hoplias malabaricus*), Piau (*Leporinus spp.*), Cascudo (*Acanthicus spp.*), Piranha (*Serrasalmus spp.*), Tilapia (*Oreochromis niloticus*), Tucunaré (*Cichla spp.*).

A outra Colônia de Pescadores, presente no *Território da Pesca e Aquicultura*, a Z-26, é sediada na cidade de Mira Estrela, foi capatazia<sup>10</sup> da colônia Z-12 até o ano de 2001, quando se tornou independente. No ano de 2012 houve uma eleição que resultou na mudança da Diretoria que ocupou o poder por seis anos. Formou-se então uma nova Diretoria, também presidida atualmente por uma mulher pescadora artesanal, indicada pelos pescadores artesanais locais.

O MPA, sobre a situação política e social dos pescadores artesanais afirma de forma geral que:

Os maiores desafios da pesca artesanal estão relacionados à participação dos pescadores nas organizações sociais, ao alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade, ao desconhecimento da legislação na base, aos mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca (BRASIL, 2008a, p.5).

De um modo particular os pescadores do *Território da Pesca e Aquicultura*, apresentam um baixo grau de escolaridade tendendo ao analfabetismo, são filiados às colônias pelas necessidades burocráticas e não por uma necessidade de organização social do setor e pouco conhecem das políticas públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura, especialmente do *Território da Pesca e Aquicultura*. Apenas um pescador entre os entrevistados, participou

<sup>9</sup> Informante S, entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2012.

<sup>10</sup> Capatazia é o nome dado aos escritórios anexos às colônias.

de algumas reuniões<sup>11</sup> promovidas pelo MPA e, quando foi questionado sobre o *Território da Pesca e Aquicultura* afirmou:

*Na verdade até hoje eu tento entender o que era Território da Pesca e Aquicultura. Se falava muito de Território da Pesca e, pra mim, o que eu entendi é: o Território que era destinado a pesca é o RIO que eu conheci, e eles [MPA] estavam querendo implantar um novo modelo pra o pescador pescar, agora o que eu entendi no fundo é que eles querem tirar o pescador do RIO (informação verbal)*<sup>12</sup>.

A informação do pescador evidencia sua relação com o Rio, fazendo deste seu território<sup>13</sup> e também o entendimento conflituoso quando ele afirma que ‘eles querem tirar o pescador do RIO’, se referindo às ações do Ministério da Pesca e Aquicultura fomentando muito mais a atividade da aquicultura do que a atividade da pesca.

A atividade da pesca representa uma particularidade de uso do espaço, que consiste da utilização dos meios aquáticos, e do uso do meio terrestre, sendo que nas águas acontece a apropriação da natureza e na terra o uso deste espaço enquanto morada dos pescadores e do beneficiamento do pescado enquanto mercadoria (KUHN; 2009). Além disso, é também pela terra que se dá o acesso aos Rios.

A partir das entrevistas realizadas com os pescadores artesanais é possível constatar também uma ligação simbólica junto ao Rio. Quando questionados sobre a importância da pesca, eles afirmam gostar muito do ofício, mas poucas vezes sabem explicar o porquê deste sentimento uma vez que afirmam também ser uma vida difícil. De acordo com Bachelard (apud Diegues, 2000, p. 10):

*Não é no conhecimento do real que nos faz amar apaixonadamente o real. É o sentimento que constitui o valor fundamental e primeiro. A natureza, começamos por amá-la sem conhecê-la, sem vê-la bem, realizando nas coisas um amor que se fundamenta em alhures. Em seguida, procuramo-la em detalhe porque a amamos em geral, sem saber por quê(...). E se o sentimento pela natureza é duradouro em certas almas é porquê, em sua forma original, ele está na origem de todos os sentimentos. É o sentimento filial.*

É neste espaço do pescador, dotado de importância fundamental em relação à sobrevivência e simbologia, é que o MPA intervém com políticas públicas objetivando a redução da pobreza e diminuição da desigualdade social.

Porém, em função de um entendimento distorcido da realidade da pesca artesanal, o Estado tem promovido uma enorme confusão no mundo da pesca quando propõe que a aquicultura seja tida como política para a pesca artesanal, a qual necessita de direcionamentos

---

<sup>11</sup> A dinâmica de organização do *Território da Pesca e Aquicultura* é tratada no capítulo III.

<sup>12</sup> Informante T, entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2012.

<sup>13</sup> O sentido de Território será discutido no capítulo II.

específicos no âmbito social, econômico e ambiental. O MPA tem encaminhado políticas no sentido de fortalecer a aquicultura no Brasil (KUHN, 2009).

Assim, diante da abundância de água no local é que surge o incentivo para a produção de peixes em cativeiro, a aquicultura.

#### **I.IV Aquicultura: produção nacional e do *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*.**

Aquicultura, de acordo com o Governo Federal<sup>14</sup>, é o cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá, total ou parcialmente, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária (BRASIL, 2009a).

De acordo com Matias (2012), baseado no estudo de Pillay (1993), aquicultura ou aquacultura pode ser classificada de acordo com suas especificidades, como por exemplos: tipo de técnica ou sistemas (cultivos em viveiros, raceways, tanques-redes, entre outros); tipo de organismos cultivados (cultivo de peixes = piscicultura, rã = ranicultura, entre outros) e tipo de ambiente (aquicultura de água doce ou água salgada).

No país os primeiros registros de produção de peixes datam do século XVIII, trazidos pelos holandeses no Nordeste (BOEGER e BORGHETTI apud MATIAS, 2012, p.21). Nas décadas de 1930 e 1940 foram introduzidas as espécies exóticas: tilápia e truta e, nos anos de 1960, as carpas chinesas.

O país, no ano de 2010, cultivou 479.399 toneladas de pescado, apresentando um aumento com relação ao ano de 2009 de 15,3%. A maior procedência de cultivos aquáticos vem da aquicultura continental, em especial a produção de peixes que representou neste mesmo ano 82,3% dos cultivos (BRASIL, 2012c), conforme demonstrado na tabela 3, abaixo, que especifica as relações entre a aquicultura de água doce e a marinha.

Tabela 3. Produção total, continental e marinha da aquicultura no Brasil entre 2008 e 2010

Produção	2008		2009		2010	
	t	%	t	%	t	%
<b>Total</b>	<b>365.366,4</b>		<b>415.649,4</b>		<b>479.398,6</b>	
Continental	282.008,1	77,2	337.352,2	81,2	394.340,0	82,3
Marinha	83.358,3	22,8	78.296,4	18,8	85.058,6	17,7

Fonte: BRASIL (2012c, p.60).

<sup>14</sup> Lei n°11.959 de 29 de junho de 2009.

Constata-se que o cultivo continental aumentou significativamente no triênio considerado de 2008/2010. Em termos de cultivo de pescados, considerando o ano de 2010, a região sul ocupa o primeiro lugar, responsável por 33,8% do cultivo nacional de pescados, sendo seguida das regiões nordeste (19,9%), sudeste (17,96%), centro-oeste (17,70%) e norte (10,50%). (BRASIL, 2012c). A produção por estados indica o Rio Grande do Sul como o maior cultivador de pescados, seguido do estado de São Paulo e Santa Catarina, como pode ser visualizado na figura (3) abaixo:

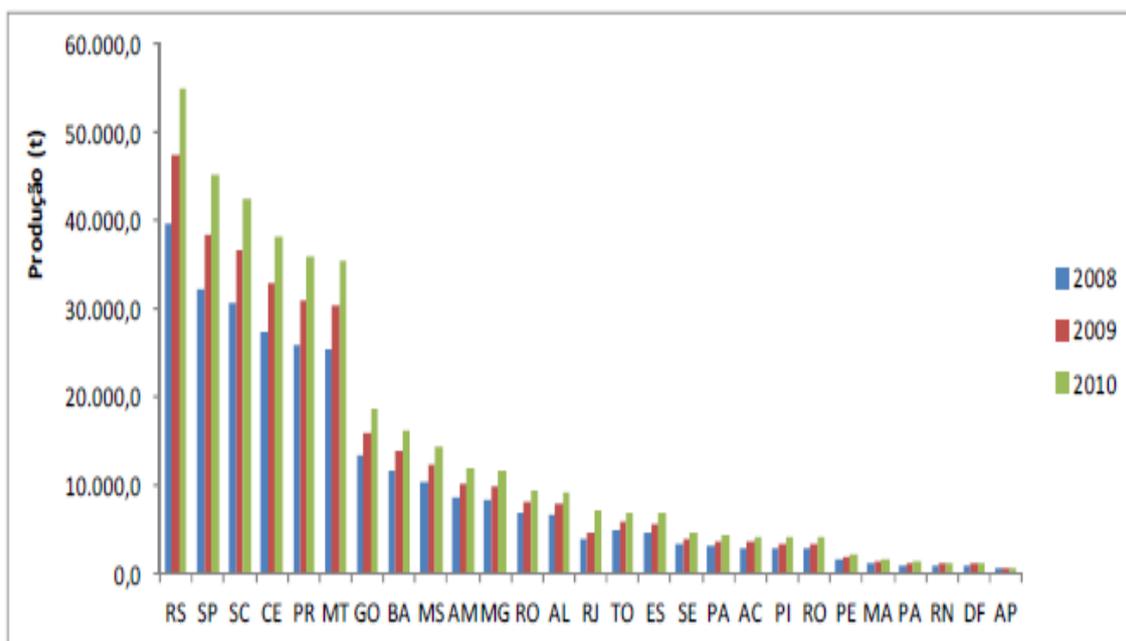


Figura 3. Produção de pescado (t) da aquicultura continental por Unidade da Federação  
Fonte: BRASIL (2012c, p.66).

As espécies mais cultivadas nacionalmente, em 2010 são as espécies exóticas tilápia (155.450,8 t) e carpa (94.579,0 t). Seguindo o padrão dos anos anteriores, de 2008 e 2009 as quais juntas representaram 63,4% do cultivo nacional de pescado. Destaca-se, porém o cultivo de espécies nativas como o tambaqui, tambacu e pacu, que em 2010 representaram juntas 24,6% da produção (BRASIL, 2012c).

Apesar de o país apresentar uma ictiofauna (espécies de peixes que ocorrem nos reservatórios e aspectos de alimentação e reprodução, incluindo áreas de desova e desenvolvimento de formas jovens como larvas e alevinos (CESP, 2011)), biodiversa, é incipiente o conhecimento referente às espécies nativas, pois de acordo com Dias Neto (2010)

Embora potencialmente exista uma quantidade enorme de espécies que podem ser cultivadas, apenas poucas têm sido estudadas e um menor número destas poderiam ser consideradas razoavelmente domesticadas e para as quais as tecnologias de cultivo avançaram a um nível que dê ao aqüicultor alguma segurança de sucesso. Não é por acaso que as espécies mais cultivadas no Brasil - carpas, tilápias, trutas, camarões marinhos e ostras - são as mesmas mais cultivadas em todo mundo. São

também as espécies mais estudadas e, portanto, que têm tecnologia de produção definida. (2001, p.6).

Oliveira, que faz um estudo sobre a condição de criação de tilápias no Pontal de Paranapanema, afirma que:

Já na produção de tilápias (tilapicultura) fala-se em importação de peixes geneticamente modificados, distribuídos no país. Se aposta-se (sic) agora na produção em escala, visando a industrialização, para aumentar o consumo de pescado no país e também na produção para exportação, fazendo do pescado a mais nova *commodity* agroindustrial brasileira (OLIVEIRA, J., 2010, p.6).

No Extremo Noroeste Paulista, devido à disponibilidade das águas represadas pelo Reservatório de Ilha Solteira, iniciou-se o cultivo de pescado, seguindo a tendência mundial, a principal espécie cultivada é a Tilápia, que começa em pequena escala no ano de 2005. Além da produção no reservatório existe também a produção em tanques escavados, porém com pouca expressão. Destaca-se nessa forma de cultivo o município de Estrela do Oeste onde há produção de peixes redondos (pacus, tambaquis entre outros) em tanques escavados (BRASIL, 2009d).

#### **I.V Reservatório de Ilha Solteira.**

O Reservatório de Ilha Solteira (figura 4) está inserido na bacia hidrográfica Paraná, e foi formado em 1978 para a geração de energia elétrica (CESP, 2011). Atualmente possui também outros usos como aquicultura e pesca, turismo, balneário, servindo tanto para a população do entorno como para pessoas oriundas de outras regiões.

A área da bacia hidrográfica deste reservatório é de 375.460,0 km<sup>2</sup> e o seu maior afluente é o Rio Paraná, que possui uma vazão média de 5.206,0 m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>. O reservatório apresenta uma profundidade média de 17,00 m (Cesp, 2011) e uma área inundada de 1.260,0km<sup>2</sup>(quadro 1) (SPERLING apud POMPÊO, 1999). O comprimento do reservatório é de aproximadamente 70,0km, com volume máximo de 210,6 x108m<sup>3</sup> (quadro 2). O comprimento da barragem de concreto é de 975,0 m, com uma altura máxima de 74,0 m e a cota máxima de inundação limitada a 330m (CESP, 2011).

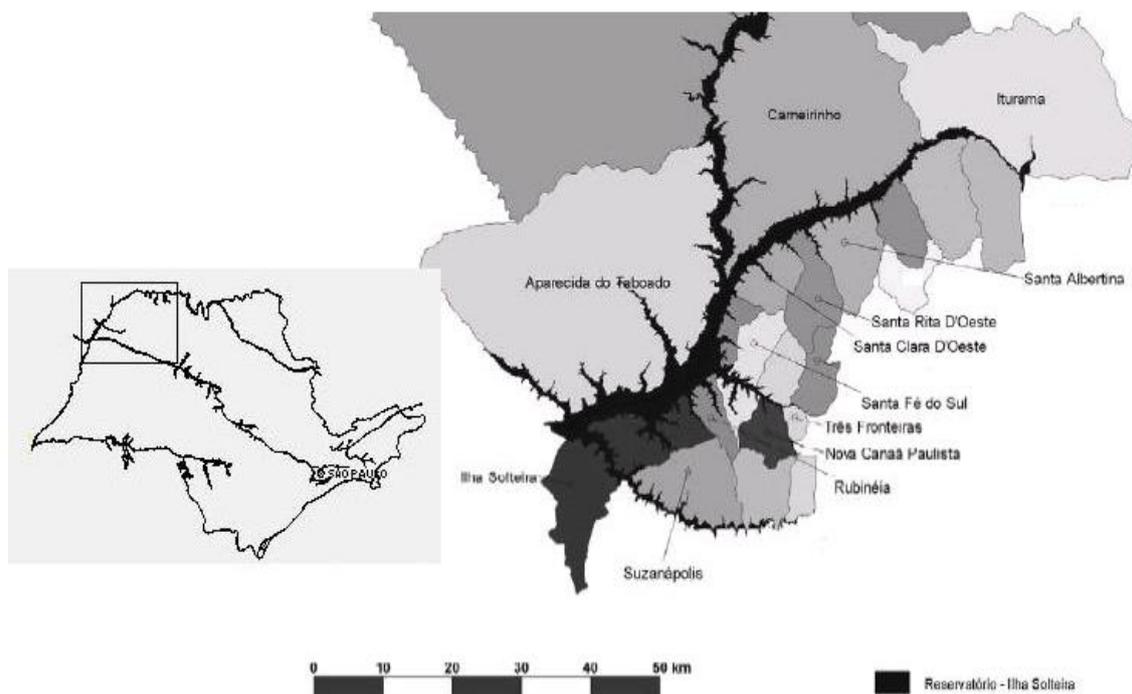


Figura 4 – Localização Geográfica do Reservatório da UHE de Ilha Solteira (Rio Paraná) e os Municípios Limítrofes dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.  
Fonte: CESP apud COSTA et al, 2009, p.41)

A Usina de Ilha Solteira apresenta uma capacidade instalada de geração de energia de 3.444,0MW, sendo a terceira maior usina do Brasil que juntamente com a Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá) compõe o sexto maior complexo hidrelétrico do mundo (CESP, 2011).

Quadro 1 - Dez maiores represas brasileiras

Nome	Localização	Área (km <sup>2</sup> )
Sobradinho	BA	4214
Tucuruí	PA	2430
Balbina	AM	2360
Porto Primavera	SP/MS	2140
Serra da Mesa	GO/TO	1784
Itaipu	PR	1350
Furnas	MG	1340
<b>Ilha Solteira</b>	<b>SP/MG</b>	<b>1260</b>
Três Marias	MG	1142
Peixe	GO	940

FONTE: SPERLING (apud POMPÊO, 1999)<sup>15</sup>

<sup>15</sup>Disponível em: < <http://www.ib.usp.br/limnologia/Represa/Maioresrepresas.htm> > Acesso em: 08/07/2012.

Quadro 2- Dez represas brasileiras de maior volume

Nome	Localização	Volume (km <sup>3</sup> )
Serra da Mesa	GO/TO	54,4
Tucuruí	PA	45,5
Sobradinho	BA	34,1
Itaipu	PR	29,0
Ilha Solteira	SP/MS	21,2
Três Marias	MG	21,0
Furnas	MG	20,9
Porto Primavera	SP/MS	19,9
Emborcação	MG/SP	17,6
Balbina	AM	17,5

FONTE: SPELING (apud POMPEO, 1999)<sup>16</sup>

Para fomentar esse grande potencial hídrico através do setor da pesca e aquicultura, o MPA, através de algumas das ações do Plano mais Pesca e Aquicultura, lançou os editais de licitação de áreas aquícolas, dos tipos *onerosas* e *não-onerosas*.

No Reservatório de Ilha Solteira houve demarcação das áreas aquícolas realizada pela então SEAP/PR, atual MPA, por via do estudo de viabilidade técnica realizado pela Universidade Estadual de São Paulo, UNESP, campus de Ilha Solteira, com início em 2005 (HERNANDEZ, 2007).

O Ministério da Pesca e Aquicultura é responsável pela concessão das áreas aquícolas e parques aquícolas desde 2008. A diferença entre áreas aquícolas e parques aquícolas está no fato de que nas áreas aquícolas a demanda é solicitada espontaneamente por um interessado, enquanto que os parques aquícolas são um conjunto de áreas que são colocadas à disposição dos interessados conforme será descrito, via Governo Federal, por meio de editais (BRASIL, 2011b).

Os Parques Aquícolas são uma modalidade do MPA utilizada para ceder áreas para o cultivo de organismos aquáticos em águas geridas pela União. De acordo com Matias é “o instrumento criado para ordenar e disciplinar a política de cessão de águas de domínio da União para fins de aquicultura” (2012, p.45).

Na expressão popular, esse programa de governo em alguns lugares ficou conhecido como reforma agrária das águas:

*[fiquei sabendo] dentro do assentamento que era mesma coisa que a reforma agrária mais era na água, que a gente ia ter uma ajuda para gente aumentar nossa renda (Informação Verbal<sup>17</sup>).*

‘Reforma Agrária das Águas’ foi uma interpretação popular dos editais dos parques aquícolas, devido a concessão de áreas às pessoas que apresentassem um perfil

<sup>16</sup> Disponível em: < <http://www.ib.usp.br/limnologia/Represa/Maiioresrepresas.htm> > Acesso em: 08/07/2012

<sup>17</sup> Informante K, entrevista realizada no dia 5 de agosto de 2012, assentada rural.

socioeconômico condizente com o edital, assim, a alusão entre reforma agrária e reforma das águas causa certo receio, especialmente por parte dos beneficiários desta política:

uma vez que é sabido o quanto a reforma agrária é conflituosa e ineficiente para atender a demanda de terra existente hoje no Brasil. Consequentemente, qualquer processo que seja comparado à reforma agrária soará como injusto do ponto de vista dos pequenos produtores. (KUHN, 2009, p.152).

A normatização e o ordenamento da aquicultura efetivou-se por meio do decreto presidencial de nº4895 do ano de 2003. Ela ocorreu através da Instrução Normativa Interministerial nº 06 (BRASIL, 2011c) que cria o SINAU – Sistema de Informação das autorizações de Uso das Águas de Domínio da União, responsável pelos trâmites das cessões de áreas para aquicultura e da Instrução Normativa Interministerial nº07 (BRASIL, 2011c) que estabelece os procedimentos para a implantação das áreas e parques aquícolas.

O decreto normatiza da seguinte maneira áreas e parques aquícolas:

Art.2º Para os fins deste Decreto, entende-se por: (...)II- área aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de [sic] aquíicultura, individuais ou coletivos; III- parque aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da [sic] aquíicultura; (BRASIL, 2011c).

Área Aquícola foi a denominação adotada para designar as porções de lâminas d'água, georreferenciadas e que, a partir de um estudo prévio<sup>18</sup>, foram identificadas como espaços físicos no leito de reservatórios ideais para a produção de peixes em cativeiro. As áreas aquícolas licitadas apresentam como vantagens estarem licenciadas pelos diversos órgãos atuantes nas áreas do reservatório, sendo os órgãos envolvidos responsáveis por tal licenciamento o MPA e Superintendências Federais dos estados, como a Superintendência federal de São Paulo, Agência Nacional de Águas, Marinha, IBAMA, Órgãos de Meio Ambiente Estaduais, Secretaria de Patrimônio da União e Gerência de Patrimônio da União (MATIAS, 2012).

As licitações de áreas *onerosas* caracterizaram-se pela oferta de lotes espacialmente grandes, focados em empreendimentos privados de média e grande produção. Os interessados nas áreas devem mandar suas propostas de valor monetário anual, ou seja, devem pagar um arrendamento pelo uso das áreas especificadas pelo edital. Em caso de disputa pela área, quem ofertar o maior lance ganha a concessão de uso das áreas. (BRASIL, 2011b).

---

<sup>18</sup>No caso do Reservatório de Ilha Solteira o estudo foi realizado pela Universidade Estadual de São Paulo – Unesp Campus de Ilha Solteira, conforme já citado.

As licitações *não onerosas* têm caráter social, ou seja, são áreas de menor tamanho, oferecidas a um público alvo específico e pré-determinado, que estejam de acordo com a Instrução normativa número 01 de 2007 (MATIAS, 2012), como por exemplo, populações tradicionais, atendidas por programas de inclusão social, ou pessoas que se enquadrem no perfil especificado pelo edital. O MPA realizou esta cessão *não onerosa* através de edital de seleção de beneficiários, nos quais constam todas as condições e critérios de participação.

Existem dois tipos de critérios: os eliminatórios - renda familiar igual ou inferior a cinco salários mínimos e a exigência de um ano de residência comprovada nos municípios do entorno do reservatório no qual os parques e/ou áreas aquícolas estão sendo licitados, que no caso do Reservatório de Ilha Solteira são os municípios de Pereira Barreto, Ilha Solteira e Suzanápolis; e os classificatórios, através dos quais os aspectos socioeconômicos das propostas são avaliados mediante parâmetros objetivos que explicitam as seguintes características: carteira profissional de pescador, produtor rural atingido por barragem, produtor rural assentado, participação em curso ou treinamento de piscicultura, participação no Programa Bolsa Família e documento de inscrição em programa de inclusão social do Governo Federal ou, por fim, ser agraciado com seguro-defeso (BRASIL, 2011b).

Matias, em seu estudo, frisa que a expansão da produção aquícola nas águas de domínio da União deve estar condicionada a mecanismos de ordenamento: “Não apenas por tratar-se de bem de uso comum, mas também pela necessidade de compatibilizá-la com outros usuários dos recursos hídricos” (2012, p.45).

Ostrensky, Borghetti e Sogo afirmam que o parque aquícola de Ilha Solteira apresenta um dos maiores potenciais de produção aquícola do país, ressaltando que “a produção estimada dos tanques-redes, com base numa área de 0,5% do espelho de água de 1.195 km<sup>2</sup>, pode chegar a 150 mil toneladas por ciclo de seis meses, empregando de 1,5 mil a 3 mil pessoas”(2008, p.177).

No *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista* existem pelo menos vinte e três (23) iniciativas de pequenos aquicultores que possuem a concessão de uma pequena área da lâmina d'água e existem também três iniciativas de grande porte, sendo que uma dessas três, recebeu um investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de aproximadamente 35 milhões de reais (informação verbal)<sup>19</sup>.

Os recursos hídricos podem ser usados de diversas formas, sendo evidenciada sua importância como recurso vital para a sobrevivência terrestre e seus múltiplos usos como o

---

<sup>19</sup> Informante S, entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2012.

aproveitamento hidrelétrico, a navegação, o abastecimento das cidades e indústrias das quais recebe efluentes domésticos e industriais. Esses recursos hídricos podem também ser usados por diferentes usuários como os pescadores artesanais, turistas e produtores rurais em suas funções básicas.

Diante disso Gallo, afirma que:

quando um curso d'água se presta a diversas utilizações, podem aparecer conflitos, pois existem rivalidades no uso de recursos escassos. Com frequência o crescimento das populações urbanas compete e conflita com a atividade produtiva em relação ao uso da água (1995, p.4).

Nesta perspectiva de conflitos pode-se observar que existe atrito entre os pescadores artesanais e os aquicultores, uma vez que as áreas aquícolas são delimitadas, reduzindo a área do leito dos rios que outrora podiam ser exploradas, como relata um pescador artesanal do *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista*, referindo-se à área de um empreendimento de grande porte localizado no Reservatório de Ilha Solteira, que fechou um dos braços do reservatório conhecido como córrego Can Can, não permitindo o trânsito dos pescadores artesanais:

*Nós que somos pescadores não podemos fechar um terço do rio, mas ele [o grande empreendimento] já fechava metade do rio, eu vi, isso é erradíssimo, eu já achava errado quando fechava metade, tinha que ser igual aos pescadores.* (informação verbal, grifo meu)<sup>20</sup>.

A política de Cessão de Águas Públicas rompe com a lógica da pesca artesanal na qual o Rio é um espaço livre, onde o acesso é mediado pelo conhecimento adquirido ao longo da vida, por uma tradição que passa de geração para geração, conforme foi exposto anteriormente, na lógica da pesca artesanal não pode haver cercas na água impedindo o uso do espaço aquático (KUNH, 2009).

O uso intensificado dos recursos hídricos tem tornado cada vez mais escassa a existência de água de boa qualidade para consumo humano, a sua proteção faz-se cada vez mais necessária (BARROS; AMIN, 2008). Por isso, na aquicultura é extremamente necessário o controle do manejo adequado das pisciculturas, respeitando todos os limites e pesquisas, pois é uma atividade recentemente nova, que tem a água como substrato e os peixes exóticos como matéria prima, e isso pode causar, além da poluição da água, um desequilíbrio na ictiofauna trazendo danos irreversíveis para a sociedade.

Embora o MPA licite as áreas aquícolas prontas para a produção, no caso do Parque Aquícola de Ilha Solteira no Estado de São Paulo, houve um entrave na licença ambiental

---

<sup>20</sup> informante A, entrevista realizada no dia 16 de julho de 2012.

concedida pelo órgão responsável estadual, pois a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista, afirmou que como a aquicultura tratava-se de atividade recente, não existia parâmetros ambientais regulatórios no Estado. Para criar parâmetros e resolver essa pendência, foi formado pela CETESB um grupo de técnicos para a criação de parâmetros regulatórios da atividade aquícola, a fim de autorizar de modo sustentável a atividade. (informação verbal)<sup>21</sup>

Mesmo sem as licenças ambientais da CETESB, o MPA autorizou a produção nessas áreas aquícolas onerosas do estado de São Paulo, existindo, portanto, alguns grandes aquicultores no *Território da Pesca e Aquicultura*, com investimentos milionários, bem como alguns aquicultores de médio porte, todos produzindo sem a licença ambiental (informação verbal)<sup>22</sup>.

Podem-se constatar ainda outros conflitos: a falta de consonância entre as diferentes esferas de governo - o Governo Federal e o Governo Estadual - uma vez que o Governo Federal ofereceu áreas consideradas pelo Governo Estadual como ainda não aptas para uso em todas as dimensões, como é o caso da dimensão ambiental, o que vem a causar uma atividade aquícola insustentável.

Outro conflito constatado é que mesmo sem as licenças ambientais as áreas onerosas obtiveram a concessão de uso outorgadas pelo MPA e puderam iniciar suas atividades, enquanto que as áreas não onerosas não obtiveram as concessões mesmo tendo sido publicado no diário oficial o resultado dos editais de concessão das áreas. Tal situação demonstra as forças dos médios e grandes empreendimentos aquícolas que saem à frente dos pequenos empreendimentos de caráter social, comprovando assim a tônica da Política Pública que tende a beneficiar apenas o grande capital. “Assim, a lógica empresarial da aquicultura é um dos grandes desafios e ao mesmo tempo, das grandes ameaças que precisam ser enfrentadas pelos pescadores artesanais do país, nas mais diversas escalas” (KHUN, 2009, p.152/153).

No Reservatório de Ilha Solteira, ao todo foram licitadas duzentos e trinta e duas (232) áreas aquícolas *não onerosas*, localizadas nos córregos da Anta (figura 5), Parobi e São José do Dourados. Houve muita procura para a licitação, chegando a ter até três concorrentes para alguns lotes. Tal situação incitou o MPA a lançar outro edital, dessa vez no córrego de Santana da Ponte Pensa, também igualmente todo preenchido. Assim, ao todo existem duzentas e oitenta e duas (282) áreas aquícolas *não onerosas* no Reservatório de Ilha Solteira, todas preenchidas, e até dezembro de 2012 a CETESB não havia concedido as licenças ambientais

---

<sup>21</sup> Informante P, entrevista realizada no dia 28 de agosto de 2012.

<sup>22</sup> Informante S, entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2012

necessárias para produzir<sup>23</sup>(BRASIL, 2011b).

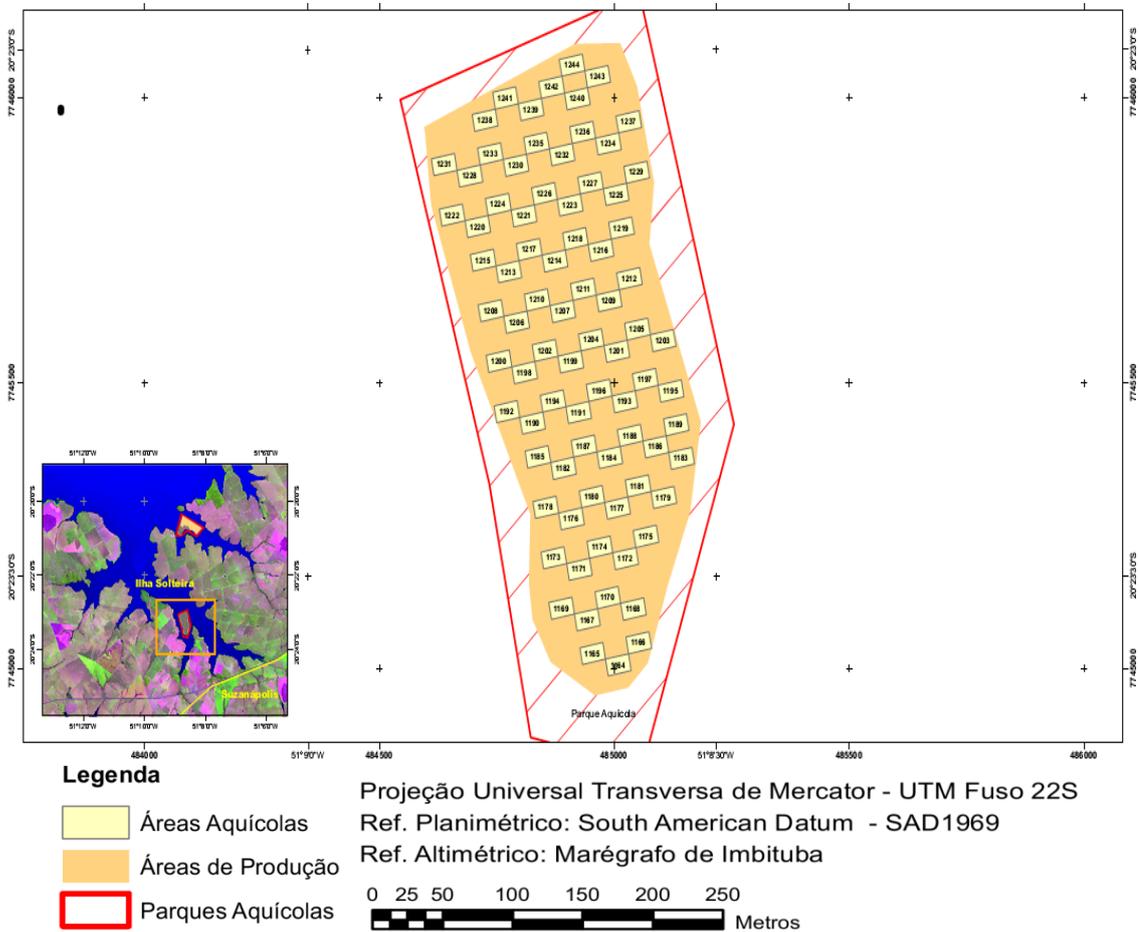


Figura 5 - Áreas Aquícolas Não Onerosas: PARQUE CÓRREGO DA ANTA- Reservatório de Ilha Solteira  
 FONTE: BRASIL (2011b, s/p).

O edital para concessão dessas áreas foi em 2010, assim como a publicação no diário oficial do resultado, cabendo a ressalva de ser um ano eleitoral, ou seja, os editais foram utilizados como manobra política,

No Brasil, o Ministério da Pesca e Aquicultura, até novembro de 2012, demarcou áreas aquícolas em seis reservatórios, a saber: Itaipu (PR), Castanhão (CE), Furnas(MG), Três Marias (MG), Tucuruí (PA) e Ilha Solteira (entre MG, SP e MS), conforme pode ser averiguado na tabela (4) a seguir:

<sup>23</sup> O público das áreas onerosas estão produzindo, alguns com investimento de capital através do BNDES. Sem a licença da CETESB todos os aquícultores instalados que estão produzindo dentro do reservatório se encontram em condição ilegal, embora respaldados pelo Governo Federal, uma vez que o MPA concedeu as autorizações para as áreas onerosas mesmo sem as licenças ambientais (informação verbal, informante P, entrevista concedida no dia 28 de agosto de 2012).

Tabela 4- N° de áreas aquícolas concedidas/área hectares/ Produção estimada por Parques Aquícolas demarcados pelo MPA até novembro de 2012.

<b>Reservatório</b>	<b>N° de áreas</b>	<b>Hectares (ha)</b>	<b>Produção (t/ano)</b>
Itaipu/ PR	73	170	2.920
Castanhão/ CE	685	106	32.952
Furnas/ MG	141	169	35.702
Três Marias/ MG	120	95	25.844
Tucuruí/ PA	763	84	15.630
Ilha Solteira (MS /SP/ MG)	323	123	30.872
Santa Catarina	571	910	54.587

Fonte: MPA apud MATIAS, 2012, p.54).

Portanto, esta contextualização da realidade do *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista*, por meio do entendimento da lógica de funcionamento espacial e, neste caso, da inter-relação da dimensão socioprodutiva e política que caracterizam este espaço é fundamental para o entendimento da reformulação das políticas públicas para os pescadores artesanais. Como será demonstrado a seguir.

## **CAPÍTULO II - DE ONDE VIEMOS E PARA ONDE VAMOS: VISÃO GERAL DAS POLÍTICAS DESTINADAS À PESCA E À AQUICULTURA NO PAÍS**

A pesca é uma atividade comum no Brasil devido ao seu potencial hídrico. Antes da chegada dos colonizadores, muitas das 1.500 comunidades nativas indígenas extraíam dos mares e rios os pescados para a subsistência, estimou-se que eram cinco milhões de indígenas que exploravam os vastos recursos naturais dos mares, rios, lagos existente na época (CIMI, 2008) e que ainda existem.

De acordo com os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, o país apresenta: 7.367 km de costa marítima; 5,5 milhões de hectares de águas represadas e 3,5 milhões de hectares em águas represadas em reservatórios de hidrelétricas. O Brasil concentra ainda 13,8% de toda a água doce superficial do mundo disponível no planeta e apresenta abundância de águas em praticamente todas as regiões do país (BRASIL, 2008a).

Com toda essa abundância hídrica, sobrevivem ainda da pescaria diversos povos e segmentos sociais como os pescadores artesanais que usam desde tecnologias simplificadas e adaptadas às condições locais, até os pescadores industriais, açambarcados por tecnologias de ponta.

A pesca artesanal, como atividade extrativa, antecede a atividade agrícola. Diegues (1983) informa que a pesca é a última atividade humana de caça (de captura) ainda realizada em grande escala.

De acordo com Diegues (1983), no período colonial, foi organizada a pesca da baleia, a qual foi monopolizada pela Coroa e concedida aos pescadores portugueses e bascos no início do século XX, momento em que, em algumas regiões do país, a atividade pesqueira adquire uma escala comercial de grande importância. Pode-se mencionar

(...) o caso da pesca da sardinha por barcos que usavam uma grande rede de cerco, chamada de traina. Daí o nome de traineiras a essas embarcações, que começaram a pescar na Ilha Grande (Rio de Janeiro) e foram introduzidas pelos portugueses e espanhóis, utilizando uma tripulação de 15 a 20 homens. Além dessa atividade pesqueira realizada principalmente no litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro, destacou-se também nas primeiras décadas do século XX a pesca realizada pelos descendentes dos pescadores açorianos que tinham chegado em meados do século XVIII para colonizar o extremo sul do Brasil, naquela época sob a ameaça espanhola (DIEGUES, 1983, p.3).

O aumento da escala comercial exigiu um acréscimo no contingente de trabalhadores da pesca, surgindo então

um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, em contraposição à pequena pesca artesanal, baseada no modelo de campanha própria da pesca ibérica, de onde também se trouxe o modelo de organização dos pescadores chamada de 'colônias de pescadores' introduzida por volta de 1922 e semelhante às guildas

espanholas (DIEGUES, 1983, p.3).

Com o aumento do extrativismo e a necessidade de indústrias de beneficiamento do pescado para a exportação, o Governo Federal toma a iniciativa de organizar o setor da pesca, mas é só no ano de 1955 que é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura (MA) que tinha por objetivo promover o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola. No final da década de 1960, através do Decreto-lei nº 221, o governo decidiu transformar a atividade pesqueira em uma indústria de base, repassando um maior valor monetário através de incentivos fiscais. De acordo com DIEGUES, o “objetivo era ambicioso: criar uma pesca empresarial-capitalista” (1983, p.3).

Ainda de acordo com o autor, o período de atuação da SUDEPE foi repleto de desigualdades. Os pescadores artesanais foram desfavorecidos, uma vez que os referidos incentivos promoveram apenas as empresas “que muitas vezes eram fantasmas” (DIEGUES, 1983, p.3). Mesmo assim, os pescadores artesanais ainda eram responsáveis por uma grande parte da produção pesqueira.

É possível fazer um paralelo entre esta situação descrita pelo autor e a lógica de dominação do campesinato no país, uma vez que também nesse setor os subsídios de produção e regalias são transferidos na maior parte para o agronegócio, baseado na concentração de terras, *commodities* e monoculturas. Os camponeses conseguem produzir, tal quais os pescadores artesanais, em pequenas e médias propriedades, com a mão-de-obra familiar, sendo responsáveis pela produção de alimentos básicos do país, como o arroz, feijão e mandioca.

Como resultado da política desenvolvimentista no setor pesqueiro, houve uma marginalização da pesca artesanal em favor da industrial, conforme descrito pelo próprio Ministério da Pesca e Aquicultura:

O governo através de incentivos fiscais priorizou e beneficiou o setor pesqueiro industrial, motivando, assim, a implantação de uma grande quantidade de entrepostos e a ampliação da frota pesqueira. Esses investimentos ocorreram em um espaço curto de tempo e logo se tornaram obsoletos e mesmo altamente lesivos decorrentes da falta de planejamento, sem levar em conta a sustentabilidade naqueles moldes de produção objetivados. Os efeitos dessa política de desenvolvimento equivocada nos estoques pesqueiros foi uma verdadeira sangria, impacto sentido mais dramaticamente pelos pescadores artesanais que assistiram impotentes o comprometimento dos recursos pesqueiros e a quase extinção de algumas de suas pescas tradicionais. (...) impactou as comunidades pesqueiras de muitas maneiras, causando sérios conflitos e problemas, em decorrência da especulação imobiliária e do turismo desenfreado, da poluição e da falta de saneamento, entre outras (BRASIL, 2009j, p.5).

No final década de 1980 o órgão da SUDEPE é extinto, devido a fatores como: priorização de um setor em detrimento de outro e favorecimento de grupos específicos (FAO, 2006).

Com a extinção da SUDEPE, findam as ações de incentivos econômicos ao setor, que passa a ficar a cargo de um novo órgão federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA<sup>24</sup>, vinculado ao Ministério do Interior, o IBAMA passa a ter a função de fomento e ordenamento do setor pesqueiro.

O IBAMA incorporou o patrimônio, os recursos orçamentários e financeiros, a competência legal, as atribuições, e o contingente pessoal, entre outras coisas da extinta SUDEPE e foi estruturado em quatro diretorias, sendo uma administrativa e quatro técnicas e de áreas especializadas: a Diretoria de Controle e Fiscalização – DIRCOF, a Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação – DIRPED, a Diretoria de Recursos Naturais Renováveis – DIREN e a Diretoria de Ecossistemas – DIREC. As competências específicas da SUDEPE ficaram distribuídas nas quatro diretorias, da seguinte forma: fiscalização, registro, cadastro e licenciamento, na DIRCOF; pesquisa e divulgação técnica e científica, na DIRPED; fomento e regulamentação do uso dos recursos, na DIREN e preservação (espécies ameaçadas de extinção, como as baleias), na DIREC (DIAS NETO, 2010).

A partir dessas mudanças, o setor pesqueiro passou a ser gerido por um órgão que considerava os recursos pesqueiros como parte dos recursos ambientais, ou seja, o setor teve uma mudança de direcionamento político, diminuindo assim ainda mais o incentivo e fomento da atividade (FAO, 2006).

Devido a uma pressão do setor pesqueiro, em 1995 foi criado o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro – GESPE, através do Decreto nº. 1.697, de 13 de novembro de 1995, com a missão de conciliar a política do governo aos anseios do setor.

Além dessa iniciativa seguiram-se, nos anos seguintes, outras mudanças para o setor como: a transferência da competência relacionada à produção e ao fomento da atividade pesqueira para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mantendo o IBAMA e MMA as atividades relacionadas com a política de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais; a criação do Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA no âmbito do Ministério da Agricultura, com competências semelhantes às do Departamento de Pesca e Aquicultura – Depaq do IBAMA, o que acabou gerando sobreposições de funções; a divisão, por decreto, de algumas competências sobre gestão do uso dos recursos pesqueiros entre o

---

<sup>24</sup> O IBAMA é criado pela Lei 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 que normatiza suas atribuições.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), quando, por lei, permaneciam como atribuições do MMA.

Além disso, o titular da pasta da Agricultura passou a regulamentar isoladamente o decreto n.º 2.840, de 10 de novembro de 1998, que previa que o MAPA e o MMA baixariam, em conjunto, as normas complementares à sua regulamentação, no prazo de sessenta dias (DIAS NETO, 2010, p.141/142).

Ainda de acordo com Dias Neto (2010), essa divisão de tarefas entre os Ministérios e Departamentos causou sobreposições e conflitos de interesse, os quais resultaram numa disputa de poder voltado ao grande capital e mais uma vez os pescadores artesanais foram os mais afetados. O autor afirma ter sido esse um período de

fortalecimento de um conflito de paradigmas na gestão do uso dos recursos, dentro e fora do Estado, entre os saudos das políticas desenvolvimentistas da SUDEPE e os defensores da gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros empreendido pelo MMA/IBAMA ( DIAS NETO 2010, p.143).

Período que durou até o começo do século XXI, especificamente até o final do mandato de governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002. Neste período confuso do setor da pesca, surge uma importante regulamentação política, o Decreto 2.869/1998, que define as regras de Cessão de Águas Públicas para exploração da aquicultura, fomentando a pesca para além da costa marítima, iniciativa que foi tratada no capítulo I, a aquicultura em águas da União.

No início do plano de governo Lula, em 2003, foi criada pela edição da Medida Provisória 103 de 28 de maio de 2003, posteriormente transformada na Lei 10.683/03, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), ligada à Presidência da República. Para esta nova Secretaria foram atribuídas, além das funções do extinto DPA- Departamento de Pesca e Aquicultura, Ministério da Agricultura e Abastecimento - MAA, novas atribuições com respeito à legislação ambiental. As áreas de competência da nova Secretaria foram definidas pelo Decreto 4.670 de 10 de abril de 2003.

A divisão de competências que havia entre o MMA, o IBAMA e o DPA/MAA foi mantida, apenas substituindo-se o DPA/MAA pela SEAP/PR (FAO, 2006). Assim, passou a ser competência da nova SEAP/PR o ordenamento, fomento<sup>25</sup> e fornecimento de infraestrutura para atender aos temas que, a partir de então, passavam a ser tratados de forma setorizada: pesca e aquicultura.

Pelo fato de apresentarem interesses diferentes, uma das características peculiares do

---

<sup>25</sup> Como ordenamento entende-se a criação de regras para o funcionamento do setor. Como fomento entende-se o incentivo do setor, através de estímulos financeiros ou de outras ordens.

setor da Pesca e Aquicultura é que a organização do setor envolve a participação de nove entidades públicas de naturezas diversas. As principais entidades e suas principais linhas de atuação são relacionadas conforme o quadro (3).

Quadro 3 – Órgãos oficiais e suas responsabilidades com o setor da Pesca e Aquicultura

<b>ÓRGÃO</b>	<b>RESPONSABILIDADE PARA COM O SETOR DA PESCA E AQUICULTURA</b>
IBAMA	Relacionado à Conservação dos Recursos Naturais, Fiscalização e Áreas Protegidas
Ministério Do Meio Ambiente – MMA	Recursos Naturais, Ordenamento e Gerenciamento Costeiro
Marinha	Navegação e Atividades Portuárias;
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Programas de Defesa Sanitária da Produção, de Abastecimento, Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA	Programas de Extencionismo
Ministério do Trabalho e Emprego – TEM	Salários Desemprego e Formação Profissional
Ministério Da Previdência Social – MPS	Benefícios Sociais, como aposentadorias
Ministério da Integração Nacional – MI	Programas de Desenvolvimento Regional
IBGE	Estatísticas

Fonte: FAO (2006, p.26). Organizado pela autora.

Durante o ano de 2003 a SEAP realizou vinte e sete (27) Conferências Estaduais e no Distrito Federal, com o objetivo de eleger representantes locais e juntá-los na 1<sup>o</sup> Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, que aconteceu no mês de julho de 2003, em Brasília, com novecentos e cinquenta e seis (956) delegados/as. Naquele momento, de acordo com a FAO, foi instituído um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável que contém um diagnóstico que inclui os componentes do setor e define o papel do Estado, incluindo também o Plano Emergencial de Suporte, que compreende os objetivos e o programa de ações imediatas da SEAP/PR, no qual se fez referência direta à estruturação da instituição, como citado na figura 6 (FAO, 2006).

Após três anos da 1<sup>a</sup>. Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, o governo promove a 2<sup>a</sup>. Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura também sediada em Brasília, em março de 2006. Tal conferência foi antecedida por eventos estaduais que escolhiam os delegados a participarem do evento. Entre as propostas aprovadas na 2<sup>a</sup>. Conferência está a centralização de todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor da pesca e aquicultura em um único órgão de governo e a transformação da SEAP/PR em Ministério. Tal transformação foi efetivada em 26 de junho de 2009, momento histórico para o setor da pesca e aquicultura.

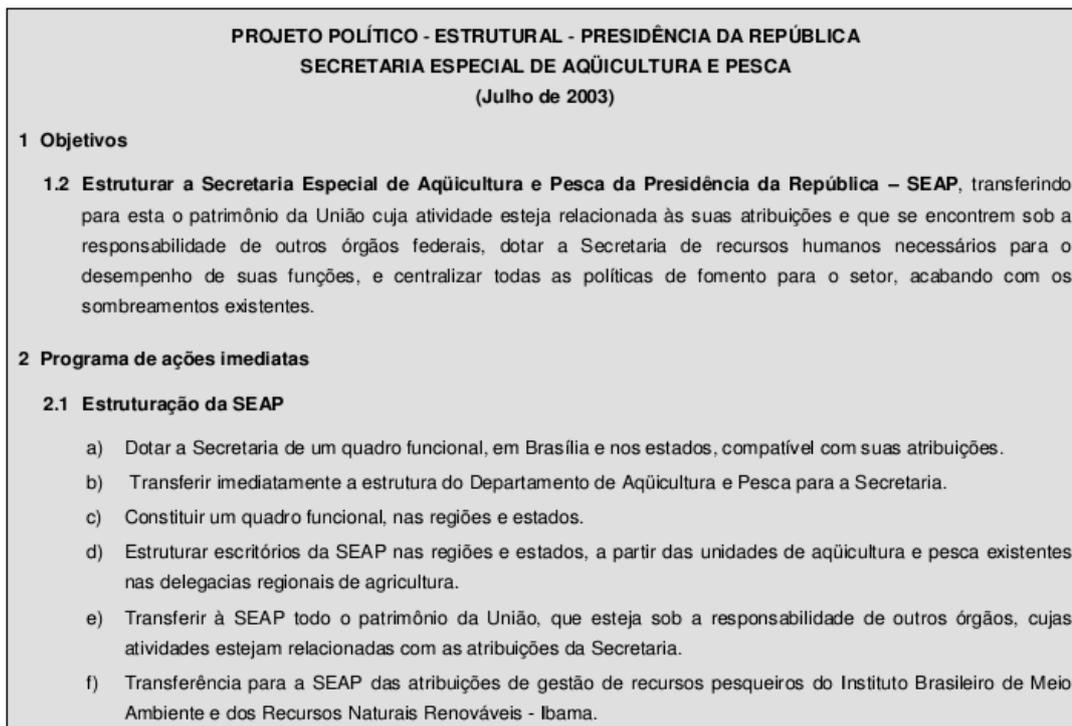


Figura 6 - PROJETO POLÍTICO – ESTRUTURAL, SEAP/PR -JULHO 2003  
Fonte: FAO (2006, p.22).

Neste mesmo ano de 2009, na sequência da criação do MPA aconteceu a 3<sup>a</sup>. Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, em setembro, sediada em Brasília, com formato similar às outras conferências nacionais, ou seja, antecedidas de eventos estaduais para a indicação dos participantes delegados, estiveram presentes aproximadamente 2000 delegados, e discutiu-se a “consolidação de uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca” (BRASIL, 2009f, p.1).

Assim, o novo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) adquiriu cargos, funções e passou a realizar diversas atividades e ações atreladas ao Plano Mais Pesca e Aquicultura, lançado em 2008 com uma proposta do Governo Federal para promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, por meio de programas e ações que possibilitam uma série de benefícios às duas atividades (pesca e aquicultura), produzindo um alimento nobre e saudável: o pescado (BRASIL, 2008b).

No início do século XXI, o setor da pesca e aquicultura, agora incorporado pelo novo Ministério, passa a ser planejado nos moldes do discurso introduzido desde os anos de 1980 - o de Desenvolvimento Sustentável, no já citado Plano Mais Pesca e Aquicultura.

De acordo com Marcos, no plano teórico o Desenvolvimento Sustentável evidencia a “necessidade de concentrar atenção no homem e no desenvolvimento humano, e não apenas no crescimento econômico, como indicadores e índices de desenvolvimento” (2003, p.102).

A consolidação de uma política de Estado visou propor um conjunto de ações e orientação destinada a equilibrar o funcionamento do setor da pesca e aquicultura por meio de legislações específica e do controle das operações deste setor voltadas à inclusão social, ou seja, voltadas a um público-alvo de baixa renda, de modo a contribuir para a segurança e soberania alimentar e atender às normativas do Banco Mundial de combate e erradicação da miséria (BRASIL, 2009f).

Dentre as diretrizes do Plano Mais Pesca e Aquicultura adotada pelo MPA, a fim de atingir os objetivos nele estabelecidos, encontra-se a Política Territorial, que é posta em prática no ano de 2009 e finda em 2010, ano em que as eleições presidenciais trazem modificações no quadro de ministros do governo (BRASIL, 2008b).

No caso do MPA, após o mandato de Altemir Gregolim (2009/2010), no ano de 2011 tomou posse uma nova ministra, Ideli Salvati, que atua durante seis meses sendo substituído por outro ministro, Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, que assume em junho de 2011 e atua até março de 2012. Em março de 2012 toma posse o atual ministro Marcelo Crivella, que está atualmente em pleno mandato (BRASIL, 2012d).

Essas modificações de lideranças acarretaram atraso no andamento das políticas do setor. Pode-se citar como exemplo a própria Política Territorial acima referida, visto que até o final de 2012 o Ministério não tinha se manifestado sobre os encaminhamentos para esta Política Territorial e, mais do que isso, não a incluiu nas metas a serem trabalhadas durante o ano 2012.

A realização prática da Política Territorial, foco desta dissertação, será melhor analisada nos itens a seguir.

## **II.I As Políticas de Desenvolvimento Territorial**

As Políticas de Desenvolvimento Territorial são introduzidas no Brasil, em 2003, com início no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com o intuito de superar o enfoque meramente setorial até então presentes nos programas de desenvolvimento rural, a abordagem territorial do desenvolvimento constituiu num desdobramento de propostas de desenvolvimento rural provenientes desde os anos noventa influenciadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (FAVARETO, 2007).

Também constatado por Sergio que,

a concepção de desenvolvimento, desde o início de 1990, passa a ser atrelada a esta noção estabelecida nos relatórios do Banco Mundial, um dos principais financiadores de projetos de desenvolvimento da América Latina, particularmente, do Brasil (SERGIO, 2012, p.2).

De acordo com Schneider e Tartaruga (2004), como conceito clássico das ciências econômicas, o desenvolvimento se torna muito abrangente a partir de suas diversas atribuições como: rural, social, local, sustentável, territorial, entre outras, sendo então incorporado a outras áreas do conhecimento.

A evolução deste conceito [desenvolvimento], portanto, coincide com as necessidades de superação das crises do capital nas últimas seis décadas, chegando na sua formulação mais recente a priorizar o âmbito territorial local, como escala mais acurada para desencadear o almejado desenvolvimento (MONTENEGRO GÓMES, 2002, s/p).

Os conceitos ganham significados diferentes, de acordo com as teorias, os métodos e as instituições (FERNANDES, 2008).

Por sua vez, o conceito de território, objeto da Geografia, foi e continua sendo objeto de múltiplos estudos. Muitos geógrafos como, por exemplo, Raffestin (1993), Oliveira, A.U. (2004), Haesbaert (2004), se dispõem a sistematizar interpretações possíveis e propor novas conotações epistemológicas. Assim como ocorre com o conceito de desenvolvimento, o conceito de território adquiriu concepções variadas, algumas equivocadas, fazendo com que seu uso seja distorcido de modo a ser confundido com região ou espaço.

Raffestin faz a leitura de que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou seja, “que o espaço é anterior ao território” (1993, p. 144). Segundo o autor,

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis (RAFFESTIN, 1993, p.153).

De acordo com os autores Lima e Neto (2012, p. 5) a ideia empregada de território pela política de desenvolvimento territorial do MDA, “não está em conformidade com o caráter analítico e conceitual, reivindicado principalmente na Geografia, pois se trata de uma abordagem essencialmente normativa de sentido prático e operacional”.

Ainda de acordo com esses autores

A análise do processo de formação dos territórios implantados pela política nacional de desenvolvimento territorial revela sérias fragilidades conceituais e também operacionais. Observa-se que na trajetória metodológica de implantação dessa política, o MDA/SDT fez uso de recursos estatísticos para instituir uma “nova regionalização”. Posteriormente, através do reconhecimento da identidade dos

sujeitos envolvidos nos arranjos organizacionais pré-estabelecidos, subentende-se (sic) que foram criados ou ratificados elos de coesão entre os municípios que agrupam o então chamado Território Rural. (LIMA e NETO, 2012, p.5).

É neste contexto que a SDT inicia sua atuação a partir de um estudo realizado junto a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), resultando no *Atlas Territórios Rurais* (2004), neste atlas foram sintetizadas as bases de dados necessárias para a delimitação dos *Territórios Rurais* (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2010) como parte da estratégia para

(...) apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas. (BRASIL, 2004, p. 5).

Para a SDT o *Território Rural* é entendido como sendo

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005, p. 28).

Para o recorte geográfico receber a nomenclatura de *Território Rural* ele deve se enquadrar em alguns critérios estatísticos que o definam, tais como o número de pessoas residentes na área rural (a densidade populacional deve ser inferior a 80 habitantes/km<sup>2</sup>), apresentar índices de desenvolvimento humano baixo e, outros critérios como: a concentração de agricultores familiares, de famílias assentadas e de famílias acampadas; a convergência de programas públicos e a de interesses da sociedade civil e dos governos estaduais e municipais (BRASIL, 2009g).

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) surge do desmembramento da linha Infra-Estrutura e Serviços Municipais do PRONAF (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2010) e é implementado pela SDT desde 2003.

No Brasil, de acordo o Sistema de Informações Territoriais<sup>26</sup>, existem 165 *Territórios Rurais* (tabela 5), abrangendo 2.509 municípios, totalizando uma população de aproximadamente 50 milhões de pessoas, das quais aproximadamente 34% moram na zona rural (BRASIL, 2012f)<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> site desenvolvido pelo MDA e que dispõe de muitas informações quantitativas dos *Territórios Rurais* no país

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php>>. Acessado em: 6/08/2012.

Tabela 5 – Distribuição dos *Territórios Rurais* no BRASIL

Região	Número de Territórios	% Participação	Número de Municípios	% Participação
Centro-Oeste	17	10,30	218	8,69
Nordeste	67	40,61	1.095	43,64
Norte	33	20,00	291	11,60
Sudeste	27	16,36	413	16,46
Sul	22	13,33	492	19,61
Total	165	-	2.509	-

Fonte: BRASIL. (2012f, p.5).

A região Nordeste fica em evidência pela quantidade de *Territórios Rurais* criados, seguida pelas regiões Norte, Sudeste, Sul e por último Centro Oeste. No Estado de São Paulo existem cinco *Territórios Rurais*, a saber, Vale do Ribeira, Sudoeste Paulista, Andradina<sup>28</sup> (Noroeste Paulista), Noroeste Paulista (Extremo Noroeste Paulista) e Pontal do Paranapanema, conforme pode-se visualizar na figura 7.

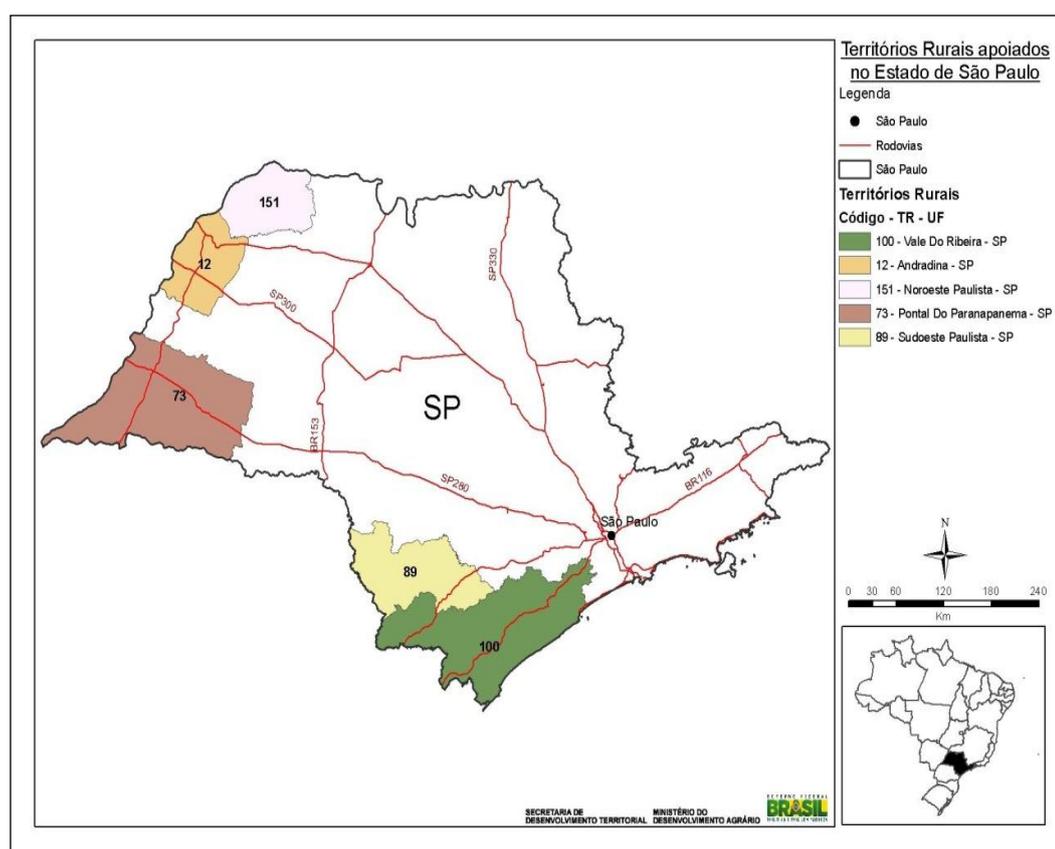


Figura 7 – Territórios Rurais do estado de São Paulo

FORNTE: BRASIL (2012f, p.1).

<sup>28</sup> O *Território Rural* de Andradina, embora intitulado de Andradina, engloba o conjunto dos municípios de: Andradina, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci, Suzanópolis, e está localizado geograficamente no Noroeste Paulista. A denominação de *Território do Noroeste Paulista* foi empregada ao *Território* localizado geograficamente no Extremo Noroeste Paulista, causando uma certa confusão geográfica.

Em 2008, o Governo Federal lançou outro programa com abordagem territorial: o **Programa Territórios da Cidadania**, com o objetivo de “promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2010)<sup>29</sup>.

Dentre os programas territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), os Territórios da Cidadania são os que concentram o maior montante de recursos monetários. Em cada território identificado com as características necessárias para ser classificado como tal, atuam conjuntamente vinte e dois ministérios<sup>30</sup>. Para se ter uma ideia do montante de recursos movimentado, basta dizer que no ano de 2010 foram cedidos aproximadamente R\$ 29 milhões entre os 120 territórios existentes no país para ações de apoio à gestão territorial, o que equivale a uma média de duzentos e cinquenta mil reais para cada território (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2010). O que de modo geral representa um investimento de valor alto, porém individualmente por *Território* é irrisório frente as demandas para erradicar a pobreza e desigualdade social.

Existem 120 Territórios da Cidadania no país (figura 8), os quais estão distribuídos em 1.852 municípios (32,9% do total do país), abrangendo uma população de 42,4 milhões de habitantes (23% do total do país) onde a população rural representa 13,1 milhões (46% do total do país), e onde se incluem os agricultores familiares camponeses, Assentados Reforma Agrária, Comunidades Quilombolas e Terras Indígenas ( TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2010).

A base ou ponto de partida para identificação dos Territórios da Cidadania são os *Territórios Rurais*. Os critérios gerais para selecionar esses Territórios da Cidadania são ter pelo menos dois *Territórios* por unidade da federação, já ser *Território Rural*, pois todo Território da Cidadania foi primeiro Território Rural, e apresentar uma organização social como os Colegiados Territoriais. (BRASIL, 2009h).

---

<sup>29</sup> Disponível em < <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/calendar/view>>, consultado em 12/08/2012

<sup>30</sup> Os ministérios participantes dos Territórios da Cidadania são: Casa Civil, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Educação, Fazenda, Integração Nacional, Justiça, Meio Ambiente, Minas e Energia, planejamento, Orçamento e Gestão, Saúde, Trabalho e Emprego, Secretária Especial da Pesca e Aquicultura (atual Ministério da Pesca e Aquicultura), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de relações Institucionais. Consultado no site, dia 21 de junho de 2011: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/Minist%C3%A9rios\\_Participantes](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/Minist%C3%A9rios_Participantes)

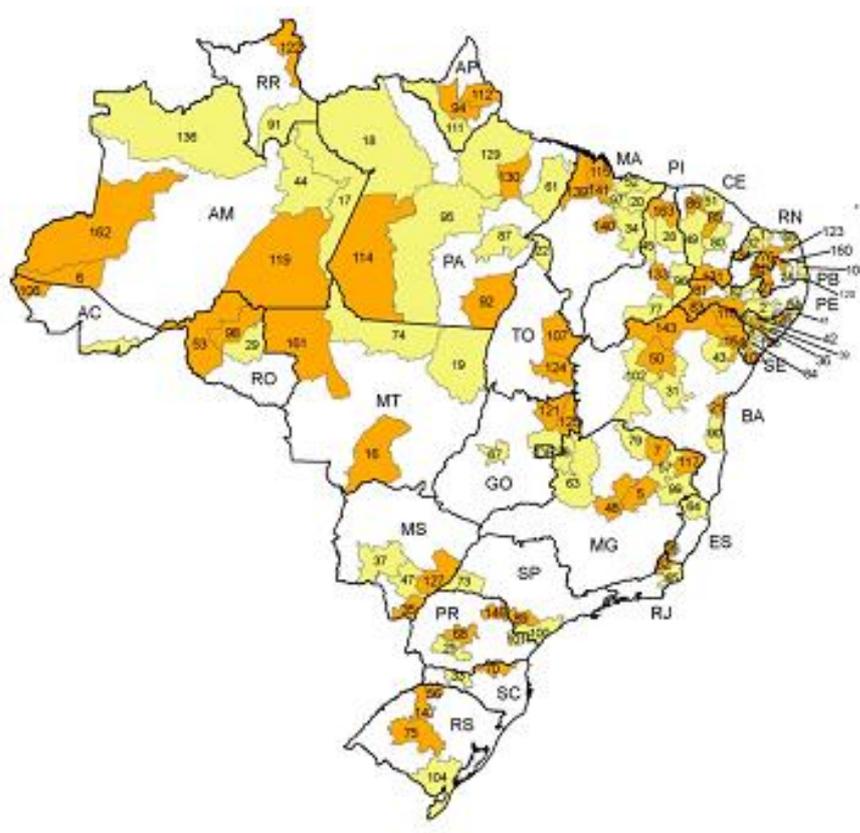


Figura 8 - Mapa dos 120 territórios da Cidadania  
Fonte: Territórios da Cidadania (2010, sem paginação)

O Colegiado Territorial é uma instância política de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável do *Território*; é um espaço de participação social, de representação e articulação política. Cada *Território* deve possuir um plano territorial, o qual tem o intuito de deliberar e propor ações para o desenvolvimento sustentável dos *Territórios*, articular políticas públicas de Governo e da Sociedade Civil, assim como realizar o planejamento das ações e definir os programas e projetos que devem compor o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. A composição do Colegiado Territorial envolve Governo e Sociedade Civil (BRASIL, 2010a).

O Ministério do Desenvolvimento Social também possui um programa com abordagem territorial, o **Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)**. De acordo com o MDS, o CONSAD é

(...) um arranjo territorial institucionalmente formalizado, envolvendo um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar, nutricional e desenvolvimento local, com a perspectiva de geração de trabalho e renda. Organizado em associações civis sem fins lucrativos, é formado por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada um dos municípios participantes

(BRASIL, 200?)<sup>31</sup>.

Para o enfoque territorial do CONSAD são levados em consideração os seguintes critérios:

Índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM); as relações sociais, comerciais, produtivas, políticas e culturais existentes na região; a dimensão física e ambiental do território; suas potencialidades geoestratégicas para arranjos sócio-produtivos-sustentáveis, reorganização do território visando a inclusão social; construção de uma institucionalidade capaz de mediar conflitos, agregar esforços e gerar sinergias de forma a direcionar o processo de integração territorial para os objetivos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local; identidade territorial e solidariedade social (BRASIL, 2009b, p. 11).

Ainda de acordo com o MDS, existem no Brasil quarenta *Territórios* do CONSAD, envolvendo quinhentos e oitenta e cinco municípios e uma população de onze milhões de habitantes. Na região sudeste existe oito CONSADs, onde três deles estão situados no Estado de São Paulo, localizados no Noroeste Paulista, Vale do Ribeira e Sudoeste Paulista (BRASIL, 200?).<sup>32</sup>

Como já foi mencionado, no ano de 2009, é criado o Ministério da Pesca e Aquicultura o qual abarca a Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura como uma das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura. Tal Plano utilizou o mesmo conceito do Programa Territórios da Cidadania (MDS) e dos Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),

apenas ampliando as possibilidades de articulação das ações do MPA ao esforço do Governo Federal no enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental e das desigualdades regionais, sociais e econômicas (BRASIL, 2008a, p.3).

Com a abordagem territorial o MPA traria para as ações do novo Ministério duas novidades:

A ampliação da participação social e a descentralização dos processos de decisão. A adoção da abordagem territorial implica em fortalecer, nos territórios, a capacidade dos pescadores e aquicultores de se integrar ao esforço dos demais atores sociais e governos locais na gestão social do desenvolvimento (BRASIL, 2008a, p.3).

O objetivo desta Política Territorial foi semelhante ao daquelas políticas implementadas pelos Ministérios já citados, ou seja, seu foco foi a erradicação da pobreza e desigualdade social, porém direcionadas especificamente ao setor da pesca e aquicultura. De acordo com o MPA, o objetivo da Política Territorial da Pesca e Aquicultura foi o de

<sup>31</sup>Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/territorios-CONSAD/CONSAD>> Acessado em: 10 de junho de 2012

<sup>32</sup>Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/territorios-CONSAD/CONSAD>> Acessado em: 10 de junho de 2012.

promover a

(...) superação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais junto às comunidades aquícolas e pesqueiras pelo aprimoramento das capacidades de gestão dos interesses coletivos, favorecendo a inserção competitiva do segmento nas cadeias produtivas do setor e a gestão sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros (BRASIL, 2008a, p.5).

O MPA identificou cento e setenta e quatro<sup>33</sup> *Territórios* ao longo do país como potenciais (figura 9) para a implantação da Política Territorial. Desses foram priorizados sessenta para implantar a política em 2009 e o restante foi criado em 2010.

---

<sup>33</sup> Alto Acre e Capixaba – AC, Baixo Acre – AC, Vale do Juruá – AC, Baixo São Francisco – AL, Complexo Lagunar / Entorno de Maceió – AL, Da Bacia Leiteira – AL, Do Agreste – AL, Do Alto Sertão – AL, Do Litoral Norte – AL, Alto Rio Negro – AM, Alto Solimões – AM, Baixo Amazonas – AM, Entorno De Manaus – AM, Purus – AM, Madeira – AM, Rio Negro - Solimões – AM, Centro Oeste (Território V) – AP, Dos Lagos – AP, Extremo Norte – AP, Sul do Amapá – AP, Territórios IV e VI – AP, Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte – BA, Baixo Sul – BA, Chapada Diamantina – BA, Do Sisal – BA, Extremo Sul – BA, Itaparica - BA/PE, Oeste Baiano – BA, Recôncavo/Região Metropolitana de Salvador – BA, Sertão do São Francisco – BA, Sul – BA, Velho Chico – BA, Inhamuns Crateús – CE, Itapipoca – CE, Litoral Norte – CE, Médio Jaguaribe – CE, Região Metropolitana de Fortaleza – CE, Sertão Central – CE, Das Águas Emendadas - DF/GO/MG, Das Montanhas e Águas do Espírito Santo (Centro Serrano) – ES, Juparanã (Polo Linhares) – ES, Norte – ES, Pólo Colatina – ES, Região Metropolitana de Vitória – ES, RMV – ES, Sul Litorâneo – ES, Chapada dos Veadeiros – GO, Médio Araguaia – GO, Serra da Mesa – GO, Vale Do Rio Vermelho – GO, Alto Turí e Gurupí – MA, Baixada Ocidental – MA, Baixo Mearim – MA, Baixo Parnaíba – MA, Cocais – MA, Lençóis Maranhenses/Munim – MA, Médio Mearim – MA, Sudoeste do Maranhão – MA, Vale do Itapecuru – MA, Alto Rio Grande – MG, Alto Rio Pardo – MG, Alto São Francisco – MG, Alto São Francisco / Sertão de Minas (Guimarães Rosa) – MG, Baixo Sapucaí – MG, Extremo Norte – MG, Médio Jequitinhonha – MG, Médio Rio Grande – MG, Noroeste De Minas – MG, Serra Geral – MG, Vale Do Mucuri – MG, Vale do Parnaíba – MG, Vale do Rio Grande – MG, Da Reforma – MS, Grande Dourados – MS, Pantanal Sul – MS, Baixada Cuiabana – MT, Baixo Araguaia – MT, Leste – MT, Portal Da Amazônia – MT, Baixo Amazonas – PA, Baixo Tocantins – PA, BR 163 – PA, Guamá – PA, Lago de Tucuruí – PA, Marajó – PA, Nordeste Paraense – PA, Rio Caetés – PA, Sudeste Paraense – PA, Sul do Pará – PA, Borborema – PB, Cariri Oriental – PB, Catolé do Rocha – PB, Médio Paraíba – PB, Sertão de Sousa – PB, Vale do Piancó – PB, Vale do Piranhas – PB, Vale do Rio do Peixe – PB, Zona Da Mata Norte – PB, Zona Da Mata Sul – PB, Agreste Meridional – PE, Mata Norte – PE, Mata Sul – PE, Região Metropolitana de Recife – PE, Sertão Do Pajeú – PE, Sertão do São Francisco – PE, Carnaubais – PI, Cocais – PI, Entre Rios – PI, Planície Litorânea – PI, Planície Litorânea – PI, Serra Da Capivara – PI, Tabuleiros do Alto Parnaíba – PI, Vale Do Guaribas – PI, Cantuquiriguaçu – PR, Cornélio Procópio – PR, Lavoureira de Maringá – PR, Lindeiros – PR, Litoral – PR, Londrina / Ibiporã – PR, Paranaíba – PR, Vale Do Ribeira – PR, Baía de Ilha Grande – RJ, Baixada Litorânea – RJ, Norte – RJ, Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ, Açú-Mossoró – RN, Grande Natal – RN, Litoral Sul – RN, Mato Grande – RN, Potengi – RN, Região Salineira – RN, Seridó – RN, Sertão Do Apodi (Chapada Do Apodi) – RN, Trairi – RN, Central (Ji-Paraná) – RO, Madeira Mamoré – RO, Vale do Jamarí (Ariquemes) – RO, Boa Vista – RR, Sul de Roraima – RR, Terra Indígena Raposa Serra do Sol – RR, Alto Uruguai – RS, Fronteira Oeste – RS, Grande Porto Alegre – RS, Litoral Norte – RS, Médio Alto Uruguai – RS, Missões – RS, Região Carbonífera – RS, Zona Centro Sul – RS, Zona Sul Do Estado – RS, Baixo Vale do Rio Itajaí e Tijucas – SC, Extremo Sul Catarinense – SC, Grande Florianópolis – SC, Litoral Norte – SC, Litoral Sul Catarinense – SC, Meio Oeste Contestado (Chapecozinho) – SC, Oeste Catarinense (Oeste) – SC, Alto Sertão – SE, Baixo São Francisco – SE, Centro Sul – SE, Grande Aracajú – SE, Sertão Ocidental – SE, Andradina – SP, Campinas / Rio Claro – SP, Jaú – SP, Litoral Centro Norte – SP, Noroeste Paulista – SP, Pontal Do Paranapanema – SP, Região Metropolitana de São Paulo – SP, São José do Rio Preto – SP, Vale Do Ribeira – SP, Apa Cantão – TO, Araguaína – TO, Bico Do Papagaio – TO, Médio Araguaia – TO, Palmas – TO.

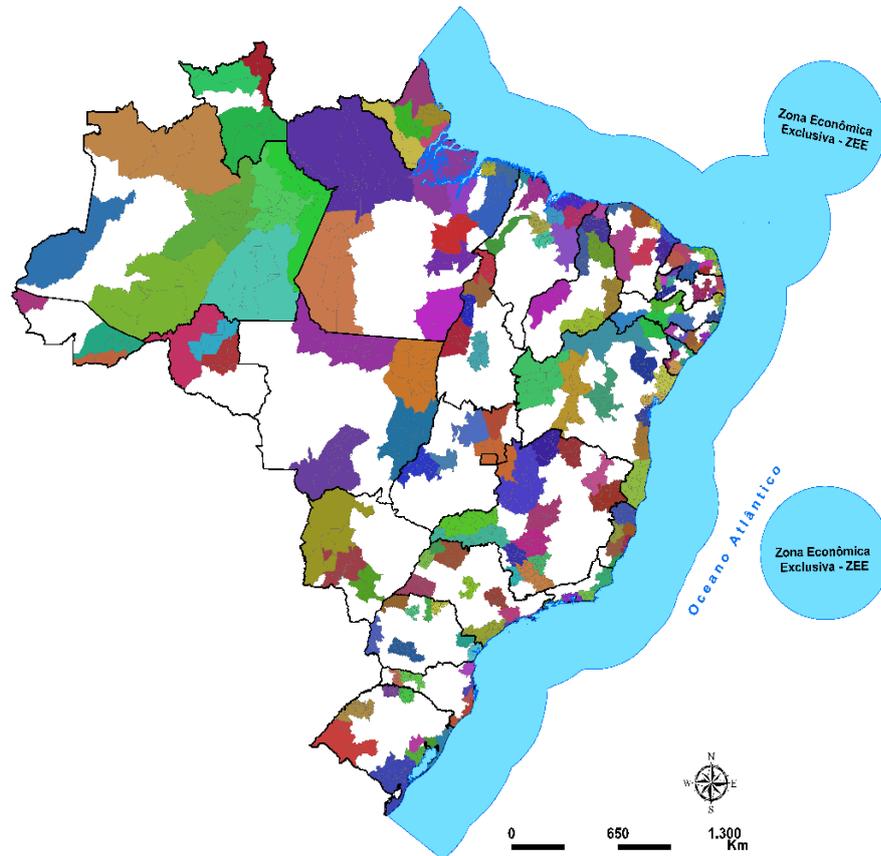


Figura 9- Distribuição dos 174 Territórios da Pesca e Aquicultura Potenciais no Brasil  
 Fonte: BRASIL (2008a, p.2).

No Estado de São Paulo foi priorizado inicialmente fomentar a política pública apenas em três *Territórios* localizados no Vale do Ribeira, no Litoral Centro-Norte (ao lado do Vale do Ribeira) e Extremo Noroeste Paulista. Os critérios utilizados para a seleção dos recortes geográficos foram:

- a) Recortes territoriais de outras políticas e programas federais e estaduais;
- b) Áreas prioritárias da agenda social do Governo Federal (Territórios da Cidadania e Povos e Comunidades Tradicionais);
- c) Registro Geral da Pesca (RGP);
- d) Infraestruturas de apoio à cadeia produtiva instaladas com recursos do MPA;
- e) Territórios com previsão de implantação de Terminal Pesqueiro Público (TPP);
- f) Territórios com previsão de implantação de Parque Aquícola (continental ou marinho);
- g) Territórios com previsão de implantação de Centro Integrado da Pesca Artesanal (CIPAR). (BRASIL, 2008a, p.11).

A Política Territorial da Pesca e Aquicultura foi implementada nos *Territórios* via convênio celebrado entre instituições públicas e privadas do Brasil e o MPA, conforme podemos verificar no quadro (4) abaixo, as entidades e suas abrangências.

Quadro 4 – Instituições conveniadas com o MPA e abrangência nacional

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>TERRITÓRIO DA PESCA E AQUICULTURA</b>
INSTITUTO DE ESTUDOS E ASSESSORIA AO DESENVOLVIMENTO – CEADES	Grande Florianópolis – SC
	Litoral Sul Catarinense – SC
	Baixo Vale do Rio Itajaí e Tijucas – SC
	Lindeiros – PR
	Missões – RS
INSTITUTO ETHOS	Lençóis Maranhenses/Munin – MA
	Planície Litorânea – PI
ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE – ASSOCENE	Sertão do São Francisco – BA
	Baixo Sul – BA
	Recôncavo / RMS – BA
	Velho Chico – BA
	Alto Sertão – SE
	Grande Aracajú – SE
	Baixo São Francisco – AL
	Do Alto Sertão – AL
CARITAS DE MANAUS	Território Sul – RR
	Alto Rio Negro – AM
	Baixo Amazonas – AM
	Entorno de Manaus – AM
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRO AMBIENTAL– COOTRAROM	Madeira Mamoré – RO
	Vale do Juruá – AC
FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON (FCR)	Pantanal Sul – MS
	Grande Dourados - MS (Ação Pontual)
	Baixo Araguaia – MT
	Das Águas Emendadas - DF/GO/MG
	Bico do Papagaio – TO
	Palmas - TO (Ação Pontual)
	Serra da Mesa – GO
	Baixo Araguaia - MT (consultora)
	Leste - MT (Ação Pontual)
PLURAL COOPERATIVA	RMV – ES
	Região Metropolitana – RJ
	Norte – RJ
	Noroeste Paulista – SP
	Litoral Centro Norte – SP
	Vale do Ribeira – SP
	Alto São Francisco / Sertão de Minas (Guimarães Rosa - MG)
	Médio Rio Grande – MG
	Noroeste de Minas – MG

ISTITUIÇÃO	TERRITÓRIO DA PESCA E AQUICULTURA
COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS (CTA)	Litoral Norte – CE
	Litoral Leste – CE
	Médio Jaguaribe – CE
	Zona Da Mata Norte – PB
	Zona Da Mata Sul – PB
	RMR – PE
	Mata Norte – PE
	Mata Sul – PE
	Açu-Mossoró – RN
	Sertão Do Apodi (Chapada Do Apodi) – RN
	Mato Grande – RN
CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS - (CNS)	Rio Caetés – PA
	Marajó – PA
	Baixo Amazonas – PA
	Lago de Tucuruí – PA
	Território IV e VI – AP
	Moderador

Fonte: informação verbal<sup>34</sup>. Organizada pela autora

De acordo com uma entrevista realizada com o responsável pela coordenação dos convênios entre o MPA e as empresas prestadoras de serviço, não existiam critérios mínimos para que os territórios fossem priorizados. No caso da região Sudeste a empresa conveniada foi a Plural Cooperativa.

Ao todo, oito instituições atuaram nos sessenta *Territórios da Pesca e Aquicultura* distribuídos pelo país e priorizados no ano de 2009. Cada empresa tinha uma diretriz geral para seguir, com metas pré-estabelecidas pelo MPA, o que permitia que elas tivessem seu método de execução próprio desde que cumprissem as metas. Por exemplo, todas deveriam executar oito oficinas, mas a responsabilidade de realizá-las, de financiamento, a organização, os objetivos e conteúdos era da empresa porém com linhas definidas pelo MPA.

A seguir será tratado especificamente das Políticas Públicas Territoriais fomentadas no recorte geográfico do Noroeste do estado de São Paulo, implementadas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e da Pesca e Aquicultura.

<sup>34</sup> Informante X, entrevista concedida no dia 30/11/2012.

## II. II As Políticas de Desenvolvimento Territorial no Extremo Noroeste Paulista

Os três Ministérios - Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Pesca e Aquicultura – fomentaram as Políticas Públicas Territoriais no Extremo Noroeste Paulista.

Cada Ministério adotou um recorte geográfico diferenciado de acordo com sua área de interesse, porém os sujeitos locais envolvidos nesta Política Pública, por meio de um regimento interno do Colegiado Territorial unificaram estes recortes e o denominaram de *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*, recorte este resultante da junção dos Territórios Dados pelos Ministérios, a saber: *Território Rural, CONSAD e Território da Pesca e Aquicultura*, resultando no então *Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista -TDNP*, sendo então um Território Construído<sup>35</sup>.

O TDNP é o recorte geográfico, organizado socialmente em instâncias (Plenário, Colegiado, Comissão Executiva, Núcleo Técnico e Câmaras Temáticas) para dialogar com o Governo Federal por meio de um espaço de diálogo legitimado por estes Ministérios. Este *Território* é alvo de políticas públicas territoriais diferenciadas por parte do Governo Federal, como já citado, *CONSAD, Território Rural e Território da Pesca e Aquicultura*. Tais Políticas Públicas de abordagem territorial<sup>36</sup> se implementaram devido a características locais como os índices de desenvolvimento humano, índices de gini e densidade demográfica, conforme já mencionado anteriormente.

A área escolhida pelo Governo Federal para implementar as ações de desenvolvimento territorial no Extremo Noroeste Paulista abrange as microrregiões<sup>37</sup> de: Jales, Fernandópolis, Auriflama, Andradina e Votuporanga, compreendendo ao todo quarenta e dois municípios, a saber: Aparecida D'Oeste, Aspasia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela D'Oeste, Fernandópolis, General Salgado, Guarani D'Oeste, Ilha Solteira, Indiaporã, Jales, Macedônia, Magda, Marinópolis, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Nova Canaã Paulista, Ouroeste, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Parisi, Pedranópolis, Pereira Barreto, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste, Santa Salete,

<sup>35</sup> “**Território Dado** é definido de “fora para dentro”, é uma “porção do Estado, objeto de observação (...) pré existente (...) é apenas um suporte (...) normalmente a região, o distrito, a província, etc” (resultado de uma decisão político-administrativa, por ex.). **Território Construído** “é resultado de um processo de construção social pelos atores” (BRASIL, 2009a, p.15). Em outras palavras, o Território Dado é indicado pelo Governo Federal e através das modificações sociais se forma o Território Construído.

<sup>36</sup> As Políticas Públicas com abordagem territorial mudam de nomenclatura de acordo com os Ministérios mantendo suas características conceituais. Portanto, nesta dissertação a Política Pública com abordagem territorial é tratada como Política Pública Territorial.

<sup>37</sup> Conforme a classificação do IBGE.

Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Suzanápolis, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia, Valentim Gentil e Vitória Brasil<sup>38</sup>, conforme mapa 1.

A primeira Política Pública Territorial implantada nesta área estudada foi realizada pelo MDS em 2004. Trata-se da constituição do *CONSAD*, cujo objetivo era “viabilizar ações conjuntas baseadas na cooperação entre entes públicos e privados, visando geração de trabalho e renda e ações de segurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2009b, p. 11/12). Em 2008, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA estabeleceu-se o *Território Rural* e, em 2009, foi criado o *Território da Pesca e Aquicultura* pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

*O Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*<sup>39</sup>, abrange ao todo uma população atual de 332.282 habitantes, que em 2010 estava distribuída da seguinte forma: 36.570 população rural e 295.712 população urbana. Os três Ministérios (MDS, MPA, MDA) atuaram neste recorte geográfico entendendo que esta localidade apresentou índices prioritários a serem melhorados - como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - a fim de atingir os objetivos de superação da pobreza e diminuição da desigualdade social.

A primeira dificuldade para o sucesso das Políticas Públicas do *Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista* reside nesse recorte geográfico: um *Território* constituído por quarenta e dois municípios, número bastante elevado, o que torna difícil qualquer tipo de ação a ser ali realizada. O mesmo acontece com o Território do Pontal do Paranapanema. Conforme Montenegro Gómes

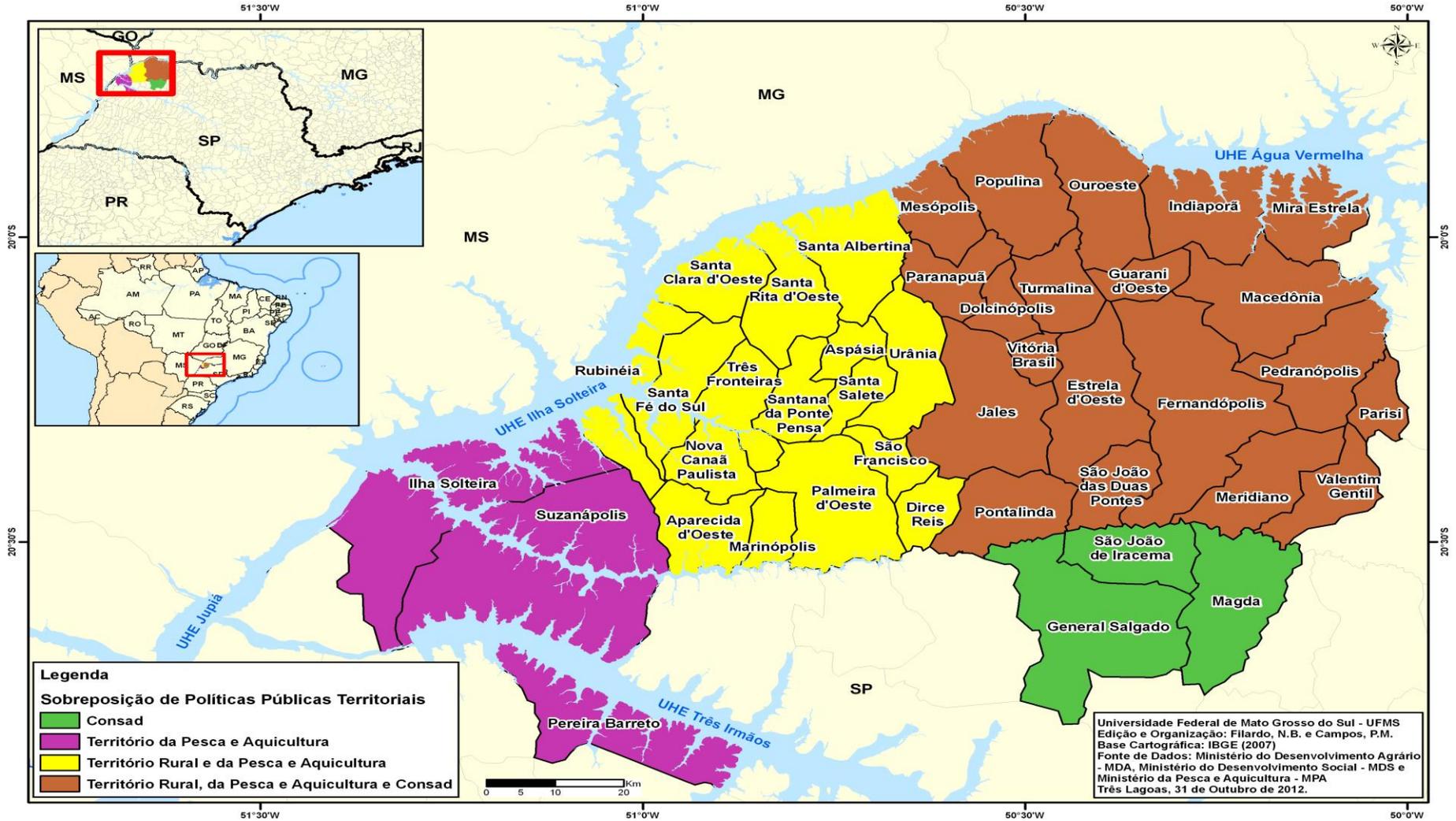
a dificuldade de reunir e de estreitar laços entre os atores sociais de um número tão elevado de municípios, sem tradição nesse sentido, é um obstáculo importante para a formulação de propostas que levem o tão desejado desenvolvimento para o Território (2006, p.383).

---

<sup>38</sup> Os municípios em negrito são aqueles inseridos nas três abordagens territoriais.

<sup>39</sup> No capítulo III será descrito como se estruturou seu funcionamento.

Mapa 1 – Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista



De acordo com as informações verbais obtidas através das entrevistas junto aos sujeitos locais que participaram durante o processo de implantação do Programa do *CONSAD*, um consultor<sup>40</sup> foi contratado em 2004 pelo MDS para aplicar a política na região, trazendo já uma indicação de recorte territorial fixa. Na época houve questionamento por parte dos sujeitos locais, porém, esse recorte permaneceu e serviu de referência para os recortes do *Território Rural* e do *Território da Pesca e Aquicultura*.

Como já citado, para a definição do *Território* os Ministérios utilizaram os Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini, bem como o total de população rural e urbana ali presentes. Esses índices foram obtidos através da consulta ao Atlas de Desenvolvimento Humano, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no ano de 2000, conforme exposto na tabela 6.

Tabela 6 – Caracterização Geográfica (Microrregiões, IDH-M, GINI) do *Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista*

Municípios	Microrregião	IDHM 2000	GINI	POPULAÇÃO	% POBREZ A
Aparecida Dóeste D'oe	Jales	0,759	0,55	4450	29,38
Aspasia	Jales	0,738	0,5	1809	34,68
Dirce Reis	Jales	0,737	0,55	1689	34,48
Dolcinópolis	Jales	0,76	0,46	2096	29,22
Estrela Dóeste D'oeste	Fernandópolis	0,792	0,49	8208	18,69
Fernandópolis	Fernandópolis	0,832	0,54	64696	16,49
General Salgado	Auriflama	0,762	0,56	10669	33,41
Guarani Dóeste	Fernandópolis	0,757	0,5	1970	32,92
Ilha Solteira	Andradina	0,85	0,48	25064	11,99
Indiaporã	Fernandópolis	0,772	0,54	3903	28,42
Jales	Jales	0,804	0,54	47012	15,14
Macedonia	Fernandópolis	0,757	0,48	3664	25,78
Magda	Auriflama	0,784	0,53	3200	26,16
Marinópolis	Jales	0,74	0,51	2113	31,81
Meridiano	Fernandópolis	0,762	0,46	3855	25,25
Mesópolis	Jales	0,732	0,48	1886	37,7
Mira Estrela	Fernandópolis	0,771	0,48	2820	28,38
Nova Canaã Paulista	Jales	0,726	0,47	2114	36,58
Ouroseste	Fernandópolis	0,787	0,53	8405	26,47
Palmeira Dóeste D'o...	Jales	0,765	0,59	9584	25,63
Paranapuã	Jales	0,775	0,51	3815	28,52

<sup>40</sup> Este foi o primeiro consultor a fomentar o programa territorial e o trabalho foi realizado pela OSCIP Terceira Via, sediada no município de Joanópolis.

Municípios	Microrregião	IDHM 2000	GINI	POPULAÇÃO	% POBREZ A
Parisi	Votuporanga	0,756	0,47	2032	41,16
Pedranópolis	Fernandópolis	0,778	0,48	2558	28,25
Pereira Barreto	Andradina	0,788	0,57	24962	35,8
Pontalinda	Jales	0,731	0,5	4074	38,36
Populina	Jales	0,755	0,52	4223	30,95
Rubinéia	Jales	0,788	0,52	2862	22,47
Santa Albertina	Jales	0,784	0,54	5723	32,19
Santa Clara Dóeste D' oeste	Jales	0,754	0,46	2084	33,02
Santa Fé Do Sul	Jales	0,809	0,5	29239	20,39
Santana Da Ponte Penas	Jales	0,753	0,46	1641	27
Santa Rita Dóeste D' oeste	Jales	0,752	0,52	2543	40,26
Santa Saleta Saleta	Jales	0,772	0,46	1447	31,48
São Francisco	Jales	0,758	0,5	2793	35,14
São João Das Duas Pontes	Jales	0,754	0,53	2566	29,56
São João De Iracema	Auriflama	0,761	0,56	1780	40,01
Suzanópolis	Andradina	0,743	0,51	3383	40,95
Três Fronteiras	Jales	0,761	0,49	5427	25,9
Turmalina	Fernandópolis	0,782	0,48	1978	25,42
Urania	Jales	0,765	0,51	8836	26,86
Valentim Gentil	Votuporanga	0,785	0,49	11036	25,43
Vitória Brasil	Jales	0,747	0,5	1737	30,53

FONTE: PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003, s/p). Elaborado pela autora.

Conforme é possível averiguar na tabela acima, para o *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista* tem-se como média aritmética de IDH-M<sup>41</sup> um valor próximo de 0,7675. Tal índice encontra-se abaixo do índice do Estado de São Paulo, que era de 0,82 e próximo àquele do Brasil, que é de 0,766. Em outras palavras, o *Território* apresentou dados quantitativos de desenvolvimento humano considerado mediano, indicando que para elevá-los é necessário que o Estado promova melhorias no que diz respeito à expectativa de vida, renda per capita e educação.

<sup>41</sup>O IDH-M é obtido pela média aritmética simples de três subíndices referentes às dimensões de longevidade, educação e renda, e para efeito de análise considera-se IDH baixo = 0 a 0,49, IDH médio = 0,50 a 0,799 e IDH alto = 0,8 a 1. No caso do *Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista*, foi calculado o IDH-M para cada município, depois somados todos os índices municipais e dividido pelo número de municípios para obter a média aritmética do IDH-M do *Território*, conforme demonstrado no texto.

No que se refere à distribuição da renda, medida pelo Índice de GINI<sup>42</sup>, os municípios do *Território* apresentam uma média aritmética aproximada de 0,50 o que demonstra uma concentração considerada mediana, representado um patamar intermediário de concentração de riqueza próximo ao do estado de São Paulo, que é de 0,53, onde a renda está melhor distribuída em relação ao país, que apresenta um índice de concentração de renda de 0,62. Assim, o *Território* possui, de acordo com esse indicador, uma melhor distribuição da renda em relação ao país, porém é passível de melhorias na sua distribuição, uma vez que associa-se esse índice à porcentagem de pobreza do *Território*, pode-se observar municípios como Parisi com até 41% de pobreza, porcentagem considerada elevada e Ilha Solteira com 12%, o que representa uma variação bastante elevada ao longo do *Território* que é extenso, como já descrito, e possuidor de características bem variadas entre si.

Outra característica que foi considerada para a normatização do *Território* foi a baixa densidade populacional dos municípios. A maioria dos municípios possui uma população menor que 50.000 habitantes (com exceção de Fernandópolis, que possui 64.696 habitantes) e uma densidade menor que 80 hab/km<sup>2</sup>, com exceção dos municípios de Fernandópolis e Jales que possuem respectivamente uma densidade de 117, 62 hab/km<sup>2</sup> e 127, 57 hab/km<sup>2</sup>. Apesar dessa diferença, de acordo com as entrevistas realizadas, estes dois municípios já estavam inclusos na proposta pronta do MDS no início do *CONSAD*<sup>43</sup>.

O conhecimento da situação real da condição de vida das pessoas dentro de cada país, região, município é fundamental para planejar políticas públicas eficazes, mas tais indicadores podem não ser suficientes. De acordo com Spanger,

(...) a produção científica gerou uma vasta literatura sobre o bem estar, a distribuição de renda e a pobreza. Entretanto não há, apesar de toda essa produção de conhecimento, ainda consenso sobre algumas questões chaves como mensurar adequadamente estes fenômenos (2011, p.2).

Ou seja, esses números indicativos dos índices não são suficientes para a determinação de elementos como a pobreza e bem estar, por exemplo, que são condições complexas e devem ser estudadas profundamente levando em consideração o máximo de variáveis possíveis.

---

<sup>42</sup> Índice de GINI “mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)” IPEA, 2012. Site: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso: 3/06/2012

<sup>43</sup> Entrou-se em contato por e-mail com a OSCIP TERCEIRA VIA e com o MDS, para questionar como se chegou a este recorte geográfico, porém estas entidades não se pronunciaram.

### II.III Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – *CONSAD* Noroeste Paulista

As atividades do *CONSAD in loco* foram iniciadas por um agente externo contratado pelo MDS, intermediado pela OSCIP Terceira Via, para articular as atividades<sup>44</sup> do consórcio, como a escolha dos representantes municipais para a formalizar o consórcio.

O *CONSAD* Noroeste Paulista foi criado e formado por vinte e três (23) municípios, a saber: Dolcinópolis, Estrela do Oeste, Fernandópolis, General Salgado, Guarani D'Oeste, Indiaporã, Jales, Macedônia, Magda, Mesópolis, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Parapuã, Parisi, Pedranópolis, Pontalina, Populina, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Turmalina, Valentim Gentil e Vitória Brasil, conforme figura 10.

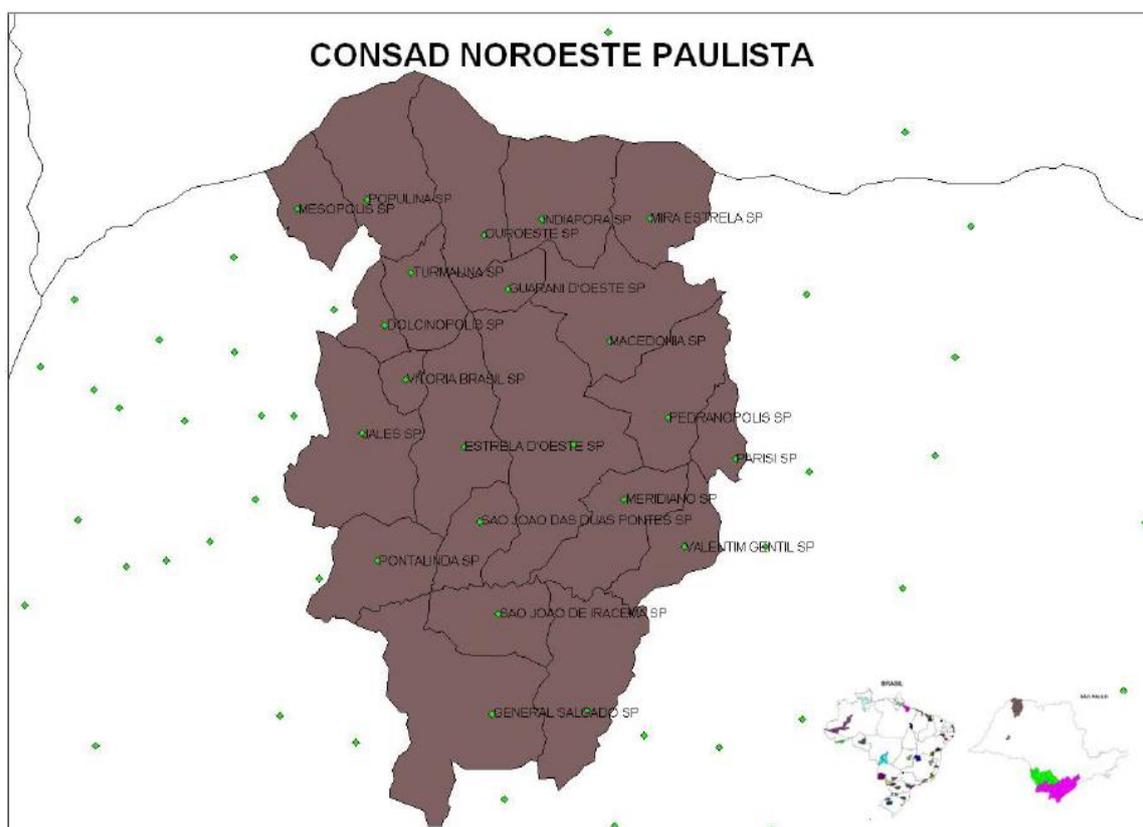


Figura 10 – Território do *CONSAD*  
Fonte: BRASIL (MPA, 2009b, p.13).

A primeira proposta deste recorte geográfico, delimitando a área do Extremo Noroeste Paulista para aplicação da Política Pública Territorial, veio do MDS. Embora o

<sup>44</sup> Esse agente atuou sem periodicidade presencial *in loco* em 2004. No ano de 2009, surge um outro agente externo atuando pelo *CONSAD*.

questionamento tenha existido, não houve possibilidade de mudanças, conforme é possível perceber na fala do entrevistado C:

*(...) a pessoa responsável veio até o município de Paranapuã pra apresentar justamente o que eram os CONSADs, e também para já estar passando a definição de território, os municípios que iam compor esse CONSAD e ficou conhecido como CONSAD NOROESTE PAULISTA. Eram 23 municípios, mas, essa pessoa, essa Terceira Via, já trouxe já os municípios definidos, então, isso é um questionamento que até na época a gente fez, pelo fato de não ter passado por uma discussão pública, vamos dizer assim sobre essa área geográfica que deveria ter esse CONSAD, seguindo as linhas definidas pelo próprio MDS que teria que ter uma configuração pensando-se nos municípios mais pobres, com questão de baixo desenvolvimento social, assim por diante (informação verbal)<sup>45</sup>.*

Em outras palavras, não era prevista alteração no recorte geográfico identificado por CONSAD Noroeste Paulista, o que terminou por torná-lo uma imposição e, assim sendo, terminou por dificultar o avanço da política na região.

Uma vez apresentada a área aos órgãos responsáveis, o agente mobilizador organizou uma reunião ampliada em Fernandópolis, que contou com representantes da maioria dos municípios integrantes desta região. Essa primeira reunião teve um caráter explicativo, ocasião em que foram apresentadas as bases para o funcionamento do CONSAD (informação verbal).<sup>46</sup>

Posterior a este encontro, no município de Paranapuã, houve uma reunião que culminou na constituição formal do Consórcio, sendo este aberto aos representantes inseridos neste recorte e que demonstrassem interesse, desde que se enquadrassem na relação de dois terços da sociedade civil e um terço do setor público. Montou-se uma assembleia com um número relativamente grande de participantes apesar da forma como ele foi criado. Não se tem, contudo, um registro oficial para se afirmar ao certo quantos e quem eram os representantes, ficando como referência as informações verbais dos entrevistados, aqui inseridas.

O entrevistado relata que o primeiro Presidente deste Consórcio foi o prefeito de Parapanã, mas quem esteve à frente das reuniões durante o ano de 2004 foi o consultor da OSCIP Terceira Via, que produziu nesse tempo discussões com o grupo sobre os eixos temáticos a serem trabalhados a partir de um investimento de R\$400.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) que o MDS faria ao local. Os eixos de trabalhos foram discutidos e elencados: a cadeia da mandioca; a cadeia do leite; a cadeia da piscicultura; a cadeia da fruticultura e a cadeia de produtos orgânicos. Especificamente

<sup>45</sup> Informante C, entrevista realizada no dia 18 de julho de 2012.

<sup>46</sup> Idem.

para o recurso que seria destinado pelo MDS ao CONSAD, os integrantes propuseram um projeto de agregação de valor para a cadeia do leite, constituído a partir de miniusinas e tanques de resfriamento do leite:

*(...) era um projeto que visava agregação de valor no produto final que era o leite que constituía basicamente da implantação de três miniusinas de leite e 15 tanques de resfriamento do leite pensando-se assim inicialmente para esses municípios que estavam legalmente participando do CONSAD, (...) (informação verbal)<sup>47</sup>*

De acordo com o informante C, ocorreram algumas reuniões em municípios diferentes, para haver maior divulgação e adesão ao *CONSAD*. Quando o projeto ficou pronto, a orientação final foi a de que a entidade proponente fosse alguma organização que tivesse amplitude de atuação, devendo estar presente na maioria dos municípios beneficiários. Decidiu-se então que a Casa de Agricultura, um órgão de extensão rural do Estado de São Paulo, fosse a proponente. O então Presidente do *CONSAD*, Prefeito de Guarani D'Oeste, fez as devidas negociações para que o órgão do Estado enviasse em tempo hábil o referido projeto, situação que não ocorreu.

De acordo com o informante C, o projeto não foi enviado por um desencontro do setor jurídico da CATI para encaminhar o projeto ao Governo Federal, ou seja, um contratempo do governo do Estado de São Paulo com o Governo Federal.

Este acontecimento desmotivou os sujeitos envolvidos neste processo, pois foi uma energia dissipada em vão, uma vez que não se obtiveram resultados práticos e a visibilidade do programa ficou comprometida, fato que culminou, ainda de acordo com este informante C, na desarticulação do *CONSAD*,

Portanto, de 2004 até 2012 não houve ação prática do *CONSAD*, apenas reuniões de mobilização dos atores envolvidos, não sendo possível, constatar a eficiência de funcionamento deste tipo de organização. Na verdade, não houve nenhuma atividade exercida por este *CONSAD* neste recorte geográfico<sup>48</sup>, entre os anos de 2004 a 2012.

#### **II.IV Território Rural no Noroeste Paulista**

As atividades do *Território Rural* iniciaram-se no Extremo Noroeste Paulista no ano de 2007, tendo sido homologado, no dia 31/10/2007, conforme consta no Caderno do Estado de São Paulo – Territórios Rurais, (BRASIL, 2012f). A informação sobre a

<sup>47</sup> Informante C, entrevista realizada no dia 18 de julho de 2012.

<sup>48</sup> Até o fechamento desta dissertação, o Ministério de Desenvolvimento Social e a Oscip Terceira Via não haviam respondido a solicitação para entrevista.

data diverge em relação à data contida no histórico que consta no Relatório de Atividades Oficina Territorial de Alinhamento Conceitual e Metodológico Território Jales/Fernandópolis (Noroeste Paulista – SP). De acordo com este relatório a primeira oficina territorial do Noroeste Paulista foi realizada em Jales, nos dias 24 e 25 de julho de 2008, fomentada pelo MDA, “a fim de compor e definir o recorte geográfico do Território Rural” (BRASIL, 2009b, p.14).

Essas divergências de datas se dão de acordo com os relatos, no ano de 2007. A secretaria de agricultura do município de Parapanã encaminhou um ofício ao MDA solicitando que aquela região se tornasse um *Território Rural*. A solicitação se deve à constatação, feita pelo então secretário de agricultura de Paranapuã, da existência de montantes de recursos diferenciados para esses *territórios*, o que despertou o interesse do município de Paranapuã. De acordo com o entrevistado C,

*(...) a gente começou essas discussões para buscar recursos do PRONAF infraestrutura, que no começo era para o município e depois nessa configuração de vários municípios e nessas discussões a gente percebeu que o próprio MDA tinha uma prioridade pra [sic] tá destinando uma maior parte dos recursos para os territórios rurais, entendeu? Então, diante dessas informações que a gente foi obtendo para buscar projetos para os municípios, a gente chegou à conclusão que era interessante a gente ter um Território aqui que poderia ter uma quantidade maior de recurso e poderia financiar projetos (informação verbal)<sup>49</sup>.*

Embora o *Território* tivesse sido homologado pelo MDA em 2007, as atividades foram iniciadas posteriormente, em meados de 2008, através da primeira oficina territorial do Noroeste Paulista. Tal atividade contou com a participação de aproximadamente setenta (70) pessoas entre representantes de instituições, do poder público local e da sociedade civil (BRASIL, 2009, p. 14).

O *Território Rural do Noroeste Paulista* foi constituído por trinta e seis municípios, a saber: Aparecida d'Oeste; Aspásia; Dirce Reis; Dolcinópolis; Estrela d'Oeste; Fernandópolis; Guarani d'Oeste; Indiaporã; Jales; Macedônia; Marinópolis; Meridiano; Mesópolis; Mira Estrela; Nova Canaã Paulista; Ouroeste; Palmeira d'Oeste; Paranapuã; Parisi; Pedranópolis; Pontalinda; Populina; Rubinéia; Santa Albertina; Santa Clara d'Oeste; Santa Fé do Sul; Santana da Ponte; Pensa; Santa Rita d'Oeste; Santa Salete; São Francisco; São João das Duas Pontes; Três Fronteiras; Turmalina; Urânia; Valentim Gentil; Vitória Brasil, de acordo com o figura 11, abaixo.

---

<sup>49</sup> Informante C, entrevista realizada no dia 18 de julho de 2012.

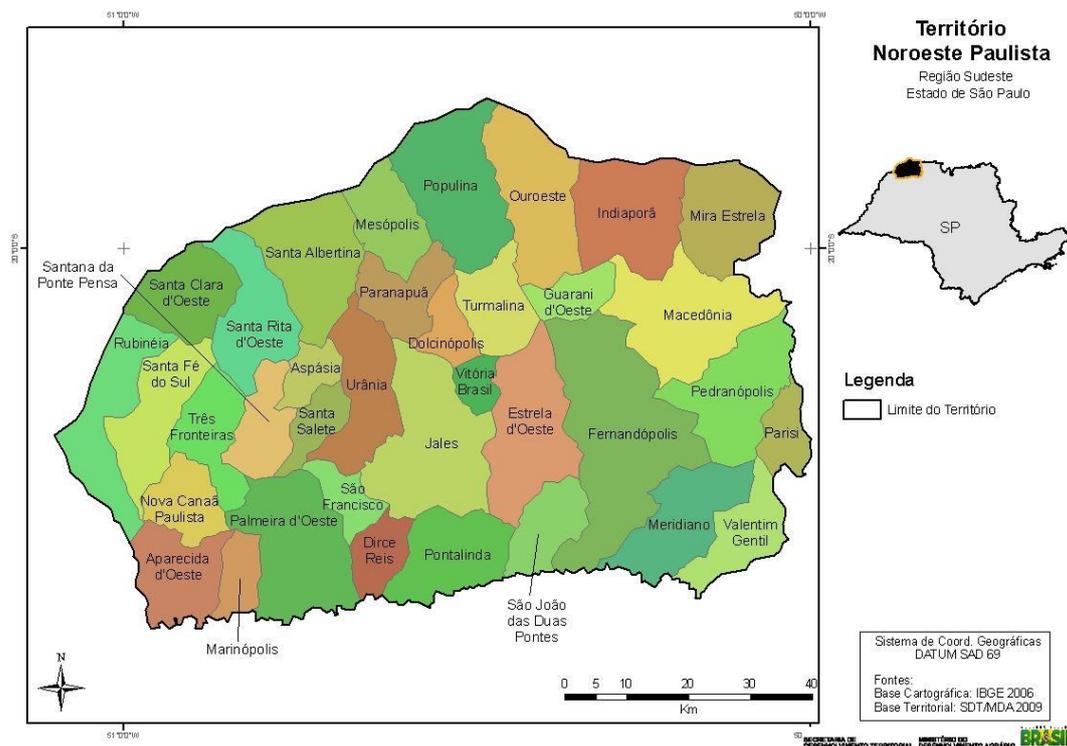


Figura 11 – *Território Rural do Noroeste Paulista*  
Fonte:BRASIL (2010, p.15).

Ainda de acordo com o relatório do MPA (2009b), como metodologias para o fomento deste *Território Rural* a fim de alcançar seus objetivos (erradicação da pobreza e diminuição da desigualdade) foram indicadas: (a) constituição de um Colegiado Territorial com representação paritária, ou seja, ter quantidades iguais entre representantes da sociedade civil e instituições de governo; (b) elaboração de diagnósticos e de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); (c) disponibilização de recursos para a articulação do território e construção do PTDRS; (d) disponibilização de recursos para estimular processos de desenvolvimento (Infraestrutura e serviços/Proinf) e dinamização econômica; (e) estímulo à articulação de políticas públicas e à formação de redes sociais de cooperação.

Na primeira oficina relatada de 2008 formou-se uma Comissão Territorial Provisória, formada por um representante de cada consórcio existente no *Território*, a saber, Consórcio de Municípios Terras do Sol, Consórcio de municípios para o desenvolvimento da piscicultura (Cimdespi) e pelo CONSAD Noroeste Paulista” (BRASIL, 2009b). A comissão ficou responsável por mobilizar as instituições presentes no *Território* para comporem um colegiado territorial.

Sem periodicidade e constituição oficial, a organização do *Território Rural* se manteve a partir de um grupo de sujeitos locais, os quais buscaram recursos para

projetos territoriais através do PROINF – Projeto de Infra-estrutura e Serviços Territoriais<sup>50</sup> nos anos de 2008 a 2011.

No Estado de São Paulo seria disponibilizado pelo PROINF um montante de recursos para o *Território Rural do Noroeste Paulista*, entre os anos de 2007 a 2011, de aproximadamente 700 mil reais, conforme demonstrado no quadro 5. Estes recursos foram disponibilizados apenas no ano de 2007. Problemas burocráticos impediram que isso ocorresse no restante dos anos.

Quadro 5 Investimento PROINF nos *Territórios Rurais*

ANO	PROPONENTE	VALOR DO PROJETO	VALOR MDA	CONTRATO SITUAÇÃO	SITUAÇÃO OBRA
2007	PM JALES	167.333,47	108.380,00	em situação normal	<b>CONCLUÍDA</b>
2008	ESTRELA D OESTE	114.320,00	108.604,00	com cláusula suspensiva	<b>NAO INICIADA</b>
2009	PM MIRA ESTRELA	212.900,00	208.642,00	em situação normal	<b>ATRASADA</b>
2010	PM SANTANA DA P	289.038,30	281.778,30	com cláusula suspensiva	<b>NAO INICIADA</b>
	<b>Total</b>	<b>783.591,77</b>	<b>707.404,30</b>		

FONTE: BRASIL (2012f, p.2)

A maior parte dos projetos encontraram empecilhos técnicos para sua execução. Mesmo com a aprovação do recurso pelo MDA, quando o projeto chega aos órgãos financiadores (os Bancos), por vezes esbarra em burocracias específicas do Banco que inviabilizam a transferência dos recursos para as entidades proponentes. Após o prazo estabelecido pelo MDA, o recurso é devolvido aos cofres públicos, conforme constatação de um produtor rural, representante da sociedade civil – Associações de produtores familiares.

*ali eu vi que as Políticas Territoriais no estado de SP são um pouco parada, assim quanto ao recurso, conversei com várias pessoas de vários Territórios e senti que não é só o nosso muitos estão no mesmo pé, sai pouco dinheiro, os projetos são rejeitados de forma ou de outra, tem pouca aprovação os projetos e a gente sai um pouquinho fora, não só no Território mas de uma forma geral pra agricultura pra associação é um pouquinho difícil pra trabalhar com projetos, (...) no território a formulação do projeto tem uma dificuldade muito grande e acaba voltando pro governo federal pro estado,*

<sup>50</sup> Para esclarecimento o PROINF é uma ação orçamentária de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), integrante do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012-2015) e tem a finalidade de financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e priorizados pelos territórios. A ação apoia, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), iniciativas de municípios, Consórcios Públicos, Estados e União, na forma de investimentos destinados a agricultores familiares localizados em territórios rurais, a partir das demandas materializadas no PTDRS e priorizadas pelos territórios” (BRASIL, 2012, p.5).

*estamos muito mal aparelhado nesse sentido, vários projetos que foram feitos no território poucos foi aprovado e tem necessidade de mais projeto ser aprovado, volta dinheiro pro governo eu vejo isso, nesse pé, as situação de uma forma geral não só do Território (Informação Verbal)<sup>51</sup>.*

No final de 2010, uma consultora contratada pelo MDA organizou reuniões com as entidades do *Território Rural do Noroeste Paulista* ligadas ao setor da agricultura familiar camponesa, a fim de construir o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território Rural – PTDSR. Este plano seria premissa para a aquisição dos recursos do PROINF, conforme descrito acima, e nele estariam contidas as ações e metas a curto, médio e longo prazo para se alcançar a visão de futuro almejada, construída pelo coletivo dos sujeitos locais participantes. De acordo com o MDA, o PTDSR é

(...) um instrumento construído coletivamente com os atores territoriais que busca através da elaboração de um diagnóstico participativo e de propostas estratégicas colaborar com o planejamento dos territórios rurais, cooperando consequentemente para o monitoramento e avaliação das ações por parte dos Colegiados Territoriais (BRASIL, 2010b, p.8).

No caso do *Território Rural do Noroeste Paulista* este plano foi elaborado pela consultora contratada pela Plural Cooperativa após uma oficina realizada nos dias 08 e 09 de novembro de 2010 no município de Jales, onde estiveram presentes 31 pessoas, das quais quatorze eram representantes da sociedade civil e dezessete do poder público. A “representação entre os municípios que compõem o território foi baixa e totalizou nove [municípios], ou seja, bem abaixo dos trinta e seis municípios que compõem a abrangência territorial do Noroeste Paulista” (BRASIL, 2010b, p.12).

No início do ano de 2011, uma assessora territorial foi contratada para atuar no *Território*, com função de articular o *Território*, ou seja, mediar os espaços coletivos de discussão, organizar eventos, produzir relatórios das atividades locais, auxiliar no PROINF, entre outras atividades. Este trabalho findou no final de 2011, a partir de um decreto presidencial que paralisou as ações das ONGs, tornando o repasse dos recursos ocorridos até então alvo de checagem, como pode-se verificar pelo ofício da empresa Plural Cooperativa informando a interrupção das atividades:

Em 01/12/2011 foi prorrogada a vigência do Decreto Presidencial nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, por mais 60 (Sessenta) dias. Com isto a CEF manteve a suspensão **preventivamente de todos** os desbloqueios de recursos disponíveis de todos os Contratos de Repasses firmados com as entidades conveniadas com o Governo Federal, até que o MDA se pronuncie sobre a regularidade da Plural Cooperativa em todos os convênios executados, o que não ocorreu até o presente momento (PLURAL, 2011, s/p).

---

<sup>51</sup> Informante O, entrevista realizada no dia 29 de agosto de 2012

Ao longo de 2011, estava em funcionamento a Câmara Temática da Agricultura Familiar do *Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista*, instância criada em meados de 2009 quando o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA também passou a fomentar a Política Territorial, conforme será descrito adiante.

### CAPÍTULO III - TERRITÓRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Política Territorial fomentada pelo MPA no Extremo Noroeste Paulista, como já dito, é iniciada em meados do ano de 2009 com a proposta de um Território Dado, formado inicialmente por vinte e sete municípios: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canãa Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia e Vitória Brasil e intitulado neste primeiro momento de *Território Jales/Fernandópolis*, figura 12. A linha marrom, da direita para a esquerda ilustra o que é chamado num primeiro momento de *Território Jales/Fernandópolis*.(BRASIL, 2009b).

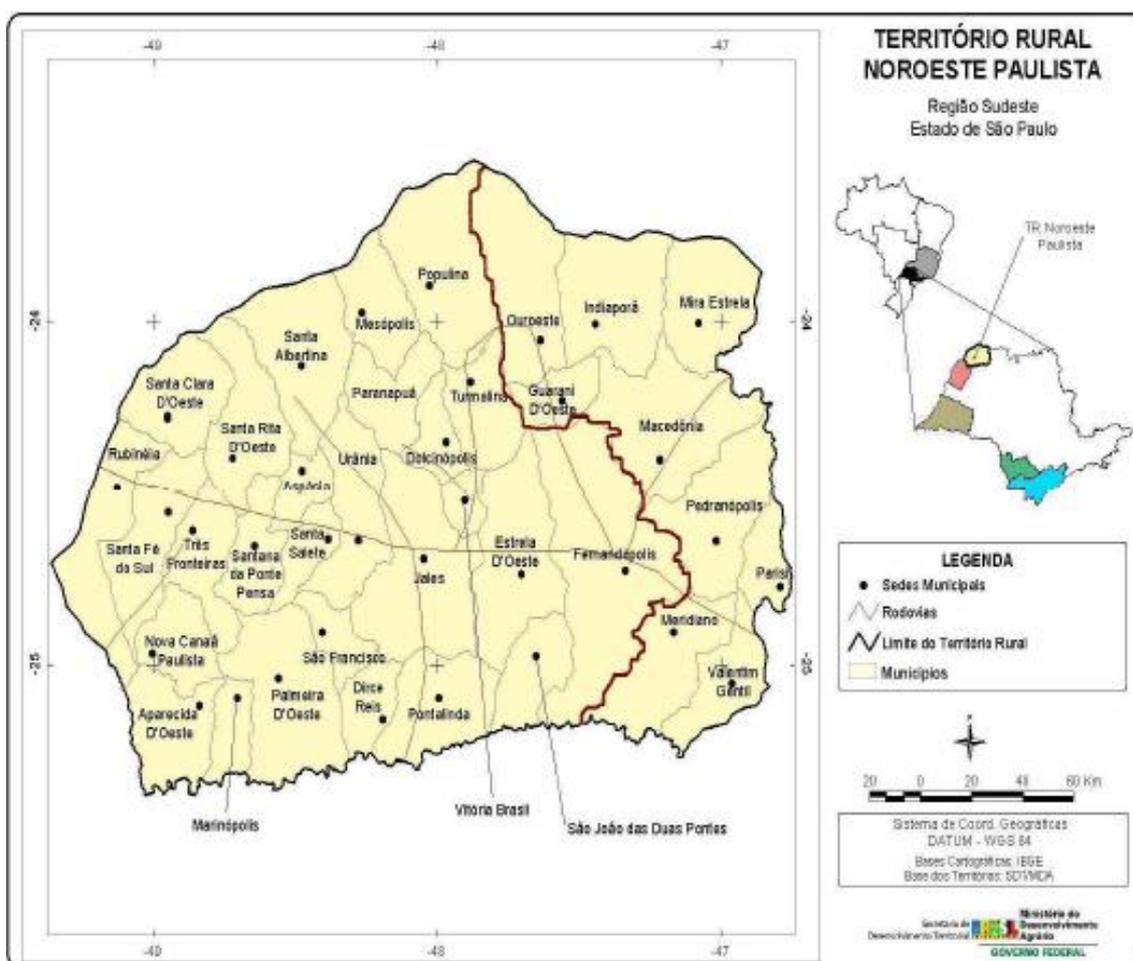


Figura 12 - Início do Território da Pesca e Aquicultura no Noroeste Paulista

Fonte: BRASIL (2009b, p.16).

Retomando as informações, a Política Territorial no Estado de São Paulo foi

implementada nos *Territórios* via convênio celebrado entre o MPA e a Plural Cooperativa de Serviços, Pesquisas e Consultoria, comumente tratada como Plural Cooperativa, uma das oito empresas responsáveis pela implantação do Programa Territorial da Pesca e Aquicultura no país. A Plural Cooperativa atuou na região Sudeste do Brasil em *Territórios* através do convênio de número 117, firmado no ano de 2008.

A partir do convênio firmado, a Plural Cooperativa lançou uma carta-convite<sup>52</sup> de contratação de profissionais para atuarem nos *Territórios da Pesca e Aquicultura* do Sudeste. No Estado de São Paulo, diante da existência dos três territórios já mencionados, foram contratados três profissionais pela Plural Cooperativa, designados para a função de articuladores territoriais, cuja atribuição geral era a de “fortalecer os arranjos organizacionais nos territórios da região Sudeste para a promoção da gestão social, com o auxílio de indicadores definidos pelo MPA” (PLURAL, 2009). O trabalho conjunto entre articuladores territoriais, Plural Cooperativa e MPA teve como proposta consolidar os *Territórios da Pesca e Aquicultura*, tendo para tanto sido estabelecidas metas a serem alcançadas, sobre as quais se passará a tratar.

O primeiro evento organizado pela Plural Cooperativa foi a Oficina Estadual de Alinhamento Conceitual, Metodológico e Formação de Parcerias, ocorrida na cidade de São Paulo, entre os dias 9 e 10 de junho de 2009. Os objetivos da oficina foram:

o de alinhar conceitualmente as abordagens do Programa Territorial do MPA; apresentar e esclarecer o referencial metodológico a ser utilizado pelo MPA com relação aos territórios para os representantes estaduais; estabelecer parcerias a nível estadual para a implementação da Política Pública de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura nos territórios selecionados; apresentar o plano de trabalho inicial da Plural Cooperativa e, por fim, definir encaminhamentos para uma estratégia a ser adotada pela Superintendência Estadual da SEAP no monitoramento e avaliação das ações a serem desenvolvidas nos territórios (BRASIL, 2009a, p. 3).

Compareceram nesta ocasião cerca de vinte e duas pessoas. Representando o setor público estiveram presentes o MDA, a SEAP, a Superintendência Federal da pesca e Aquicultura de São Paulo, Banco do Brasil e Instituto de Pesca do Estado de São Paulo e, enquanto representantes de entidades civis estiveram presentes a Associação dos Maricultores, a Plural Cooperativa, a Associação Comercial dos Piscicultores, o

---

<sup>52</sup>A **Plural Cooperativa de Consultoria Pesquisa e Serviços** - através da sua Comissão de Licitação constituída pela Resolução da Diretoria Executiva nº 008/2009, pelo referido edital, convidou a quem interessasse para participar da licitação modalidade **CONVITE, tipo menor preço global**, que foi processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, bem como as demais normas complementares atinentes à matéria e às disposições do edital e seus anexos.

Sindicato de Armadores e o Sindicato da Indústria de Pesca<sup>53</sup>.

Esta oficina, no contexto de seus objetivos, teve uma importância significativa, pois serviu para esclarecer os conceitos abordados nos trabalhos territoriais. Ressaltando que a Política Pública Territorial da Pesca e Aquicultura, têm como base os conceitos utilizados pelos *Territórios Rurais*, assim sendo, com o objetivo superação da pobreza e das desigualdades sociais junto a comunidades aquícolas e pesqueiras pela inserção competitiva do segmento nas cadeias produtivas do setor e gestão sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros. A partir do qual se pretende fortalecer aqueles que fazem da atividade aquícola e pesqueira um meio de vida, ampliando seu horizonte para além da produção/extração do pescado, buscando novas formas de agregar valor a seu produto, gerando renda e conseqüentemente diminuindo a pobreza do *território* que está sendo trabalhado. Nesse sentido a Política Territorial busca também fortalecimento e constituição de arranjos organizacionais que possam gerir esses novos empreendimentos além da gestão social do setor aquícola e pesqueiro (BRASIL, 2009a).

Na oficina foram descritos o plano de trabalho a ser aplicado nos *Territórios* ao longo dos dezoito meses e previa a celebração de parcerias para promover a Política Territorial trabalhada pelos governos federal, estadual e municipal, a fim de atingir o objetivo maior da Política Territorial.

Nota-se, porém, que poucas entidades de atuação *in loco* estavam presentes. Entre as ausências mais sentidas destacam-se as colônias de pescadores (sociedade civil) e a Casa de Agricultura – CATI que, por parte do Estado, é a entidade responsável pela assistência técnica prestada aos aquicultores.

As reflexões realizadas pelos representantes presentes giraram em torno do fato de que poucas entidades estavam presentes e que seria fundamental para o sucesso da Política Pública Territorial a participação de outras entidades do setor. Surgiram então alguns encaminhamentos a serem realizados pela Plural Cooperativa:

Reunião entre a Plural e a SEAP-SP para fazer um balanço das organizações que estiveram presentes na Oficina e aquelas que estarão na reunião com Comitê Estadual de Articulação do Programa Territórios da Cidadania. A partir desse balanço, definir quais organizações deverão ser objeto de reuniões bilaterais com a SEAP-SP para apresentação da Política de Desenvolvimento Territorial da PEA e articulação de parcerias. Responsáveis: José Vinhote (SEAP) e Ana (Plural). Definidas as reuniões bilaterais, caso a SEAP-SP avalie que seja necessária a presença da Plural,

---

<sup>53</sup> De acordo com o informante D, a relação da Política Territorial no Estado de São Paulo era tensa e não fluía como nos outros lugares, primeiro devido ao fato da Superintendente de São Paulo do MPA não convergir com todas as ideias do Programa e ainda haver uma tensão política entre o governo do Estado e o Governo Federal.

esta se colocou à disposição para participar das mesmas (BRASIL, 2009a, p.40).

Na sequência desta primeira oficina estadual, os articuladores territoriais foram convocados pelo Instituto de Assessoria e Desenvolvimento Humano<sup>54</sup> (IADH) junto ao MPA para o Seminário de Alinhamento Conceitual das Políticas Públicas, com o intuito de afinar e nivelar os conceitos da abordagem territorial entre os articuladores territoriais e as coordenações deste programa, seguido de uma reunião específica entre os articuladores territoriais e suas entidades contratantes para esclarecer o plano de trabalho e suas metas e metodologias de atuação *in loco*. A diferença entre este Seminário e a primeira oficina estadual foi o público presente direcionado: na primeira oficina estadual estiveram presentes entidades do setor da pesca e aquicultura do Estado de São Paulo enquanto no Seminário compareceram os articuladores territoriais do país e os representantes das oito entidades conveniadas ao MPA.

O plano de trabalho apresentado foi planejado para ser executado em 18 meses, sendo dividido em quatro metas, cada qual dividida em diferentes fases, conforme quadro (6) abaixo.

Quadro 6 – Metas do Plano de Trabalho dos Territórios do Sudeste

<b>META 1 – CONSTITUIÇÃO E FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS ORGANIZACIONAIS PARA A GESTÃO DA PESCA E AQUICULTURA NO TERRITÓRIO</b>
Fase 1: Consultoria constante pelo AT*, incluindo diagnóstico sobre os arranjos organizacionais, sensibilização/mobilização/articulação e estudo dos empreendimentos
Fase 2: Ciclo de oficinas Estaduais de alinhamento conceitual e/metodológico e formação de parcerias para a execução do projeto e das ações para o setor da Pesca e Aquicultura
Fase 3: Ciclo de Oficinas Territoriais de alinhamento conceitual/metodológico dos atores territoriais; formação e fortalecimento dos atores do setor da PeA; criação/formação/fortalecimento da instância colegiada do Território.
Fase 4: Fortalecimento da Governança da Atividade da PeA; oficinas territoriais com foco na gestão territorial e o fortalecimento dos atores para a gestão social
Fase 5: Elaboração de um Estudo da dinâmica econômica da PeA.
Fase 6: Elaboração de um projeto por Território a depender da demanda
<b>META 2 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA E AQUICULTURA – PDTPeA</b>
Fase 1: Ciclo de oficinas territoriais de Planejamento visando PTDPeA <sup>55</sup> e elaboração do PTDPeA
Fase 2: Audiências Públicas para apresentação e validação do PTDPeA
Fase 3: Ciclo de oficinas territoriais de revisão e aprimoramento do PTDPeA
<b>META 3 – ACOMPANHAMENTO E ACESSORIA AOS ARRANJOS ORGANIZACIONAIS DE GESTÃO DO PLANO/PROGRAMA DE EMPREENDIMENTOS/ PROJETO PeA</b>
Fase 1: apoio técnico aos arranjos organizacionais e aos empreendimentos da PeA e eventos regionais para o fortalecimento e capacitação da Rede de Entidades Parceiras
Fase 2: Ciclos de apoio a gestão compartilhada

<sup>54</sup> Essa entidade foi responsável pela coordenação do convênio do MPA com as entidades intermediárias da Política Territorial da Pesca e Aquicultura.

<sup>55</sup> O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura é semelhante ao Plano dos Territórios Rurais, já citados: consta um diagnóstico inicial do *Território*, assim como uma visão de futuro e ações de curto, médio e longo prazo. Este plano será melhor apresentado adiante.

<b>META 4: FORTALECIMENTO REGIONAL DA REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO AQUÍCOLA E PESQUEIRA</b>
---

Fase 1: ciclo de oficinas estaduais de fortalecimento e ampliação da rede de entidades parceiras com foco para a ATER PeA
---

\*AT – articuladores territoriais

Fonte: BRASIL (2009a). Organizado pela autora.

Coube às empresas contratantes, dividir entre os articuladores territoriais as metas e metodologias de acordo com as práticas utilizadas. Após as funções terem sido devidamente explicadas, as atividades no *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista* iniciaram-se em maio de 2009. No período compreendido entre maio, junho e julho de 2009 foram realizadas as atividades de acordo com a META 1, fase 1, que consta no primeiro relatório do articulador territorial atuante neste período: o planejamento das atividades até julho de 2010, construído entre a coordenação da Plural Cooperativa e o articulador. Essas informações foram obtidas através de entrevistas com o ex-articulador territorial do *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista*.

No segundo relatório, consta um levantamento dos contatos dos respectivos parceiros que poderiam estar contribuindo na implantação da Política Pública Territorial da Pesca e Aquicultura e no terceiro relatório constam os relatos sobre a primeira reunião realizada com os prefeitos dos municípios que faziam parte do recorte territorial estabelecido pelo MPA, assim como os relatos da primeira oficina territorial ocorrida em julho de 2009. De acordo com o ex-articulador territorial a aproximação com os sujeitos locais se fez com facilidade, pois ele já havia trabalhado numa consultoria na região:

*Na região onde seria implantado o Território da Pesca e Aquicultura Jales/Fernandópolis, já tinha experimentado uma experiência de política de desenvolvimento territorial através do CONSAD Noroeste Paulista (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS) e estava tendo o processo de implantação do Território de Rural do Noroeste Paulista (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Havia poucas diferenças nos cortes geográficos entre as três experiências. Isso facilitou o primeiro contato com as Prefeituras. O que também facilitou foi que eu já tinha feito uma consultoria ao MPA na mesma região, então parte dos atores mobilizados para o projeto implantação do Território já eram meus conhecidos (informação verbal)<sup>56</sup>.*

No dia seguinte à reunião com os prefeitos, aconteceu a Primeira Oficina Territorial de Alinhamento Conceitual e Metodológico do *Território Jales/Fernandópolis*. Essa primeira oficina teve caráter mobilizador, esclarecedor e nivelador dos conceitos e metodologias da Política Territorial para os representantes do *Território*. Pelo fato de já se ter iniciado um trabalho em 2004 pelo CONSAD (MDS) e

<sup>56</sup> Entrevistado G, entrevista realizada no dia 4 de agosto de 2012, articulador territorial.

em 2008 pelo *Território Rural* (MDA), como já citado, por agentes externos fomentadores de uma Política com caráter territorial, ambas sem sucesso, os dois Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e, Desenvolvimento Agrário responsáveis por essas políticas juntamente ao MPA organizaram tal oficina com o intuito de reanimar as Políticas Públicas Territoriais. O evento teve como objetivo geral “promover o alinhamento conceitual e metodológico sobre a Política Territorial da pesca e aquicultura e apresentar as ações da pesca e aquicultura para o território” (BRASIL, 2009b, p.4). Os objetivos específicos da oficina foram os seguintes:

- a) sensibilizar as diversas instituições do território para apoiar a articulação de políticas públicas necessárias ao desenvolvimento da pesca e aquicultura no território Jales/Fernandópolis (Noroeste Paulista);
- b) conhecer a realidade regional e trocar experiências de políticas públicas para a aquicultura e pesca;
- c) constituir um grupo da pesca e aquicultura, com representações da sociedade civil e representantes do poder público para apoiar o desenvolvimento e articulação de políticas públicas e, especialmente, iniciar a construção de um Plano da Pesca e Aquicultura no território Jales/Fernandópolis;
- d) discutir as possíveis interações com as políticas com enfoque territorial já desenvolvidas no território, através do MDS e MDA e buscar a conformação de um Colegiado único, responsável pelas ações territoriais e articulação de políticas públicas;
- e) estabelecer um cronograma de ações para as próximas atividades relativas à Política Territorial da pesca e aquicultura e à própria constituição do Colegiado territorial (BRASIL, 2009b, p.4).

Embora os objetivos apresentados contemplem apenas o setor da Pesca e Aquicultura, os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário aproveitaram a oportunidade para expor os seus programas e ações. A oficina contou com outros painéis expositivos dialogados, sendo dez exposições relacionadas às políticas da Pesca e Aquicultura e às experiências de atuação das políticas territoriais do MDA e MDS *in loco*. (BRASIL, 2009b).

Como temas das exposições, merecem ser evidenciados: Plano Mais Pesca e Aquicultura (apresentado pela ex-Superintendente Federal do MPA em São Paulo); As Bases Conceituais do Desenvolvimento Territorial (ex-articulador territorial); Apresentação da Experiência da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – Pólo de Votuporanga – Atividades em Aquicultura e Pesca (pesquisadora local); Apresentação da Experiência da Cooperativa de Piscicultores de Santa Fé do Sul e Região – COODESPI (técnico da CATI associado); a Experiência *do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista* desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (ex-articulador do MDS); apresentação da Política de Desenvolvimento dos Territórios Rurais e as atividades desenvolvidas no

Noroeste Paulista pela SDT/MDA desde 2008 (ex- articuladora estadual do MDA); Política Territorial da Pesca e Aquicultura - Recortes territoriais do MPA - critérios e processos; apresentação de Informações e Dados sobre a Pesca e Aquicultura no *Território* e Apresentação do Plano de Trabalho Previsto no Convênio Plural/MPA (ex-articulador territorial do MPA). Outra exposição que cabe ressaltar foi a explanação sobre as metas que deveriam ser trabalhadas pelo articulador territorial nos 18 meses subsequentes, conforme já citado no quadro dois. (BRASIL, 2009b).

Um momento importante desta primeira oficina territorial foi relativo à discussão sobre o recorte geográfico denominado *Território da Pesca e Aquicultura*, que foi território dado pelo MPA e que inicialmente contava com 27 municípios, como já citado no início. Torna-se claro que as propostas neste momento foram colocadas de maneira vertical, ou seja, de imposta pelo MPA. (BRASIL, 2009b).

Participaram desta primeira oficina, realizada no município de Jales, cerca de vinte e cinco pessoas, além dos representantes dos Ministérios, sendo a maior parte dos presentes representantes do setor público. Dentre as entidades presentes pode-se citar as Casas de Agricultura dos municípios de Mesópolis, Santa Albertina, Santa Fé do Sul, Jales; a Agência Paulista de Tecnologia – APTA; a Fundação Instituto de Terras de São Paulo - ITESP; o Instituto de Pesca; a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); a Universidade Aberta do Brasil; a Colônia de Pescadores Z12; a CUT; o CIMDESP; a CODESPI, alguns pescadores artesanais e interessados no assunto. (BRASIL, 2009b).

Após este primeiro momento houve uma mudança de articuladores territoriais devido à demissão de um articulador no *Território Litoral Centro Norte*, também do Estado de São Paulo, o que ocasionou a transferência do articulador que atuava no *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista* para atuar naquele *Território*. Neste momento assumiu uma nova articuladora territorial no *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista*<sup>57</sup>.

O segundo momento no *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista* foi a Oficina Territorial de Fortalecimento da Governança do Território Jales/Fernandópolis<sup>58</sup>. Este evento foi organizado pela comissão provisória, indicada na primeira reunião de alinhamento conceitual - formada por representantes do MDA, por

---

<sup>57</sup> A articuladora territorial assumiu o processo já em curso, portanto não participou dos momentos de alinhamento conceitual. Assim, foi apropriando-se dos conceitos e metodologias durante o desenvolvimento do trabalho através dos relatórios e iniciou de fato as atividades a partir de setembro de 2009.

<sup>58</sup> Foi nesta ocasião que ocorreu a apresentação da nova articuladora para os agentes locais.

representantes dos consórcios intermunicipais do *Território*, por um representante da REDE DE CIDADANIA, um representante da COODESPI e um representante do grupo informal de aquicultores. O evento foi financiado pelo Convênio Plural/MPA<sup>59</sup>.

Esta Oficina Territorial de Fortalecimento da Governança teve como objetivos:

- a) sensibilizar as diversas instituições do território para apoiar a articulação de políticas públicas necessárias ao desenvolvimento da pesca e aquicultura no território Jales/Fernandópolis (Noroeste Paulista);
- b) constituir um grupo da pesca e aquicultura, com representações da sociedade civil e representantes do poder público para apoiar o desenvolvimento e articulação de políticas públicas e, especialmente, iniciar a construção de um Plano da Pesca e Aquicultura no território Jales/Fernandópolis;
- c) consolidar as interações com as políticas com enfoque territorial já desenvolvida no território, através do MDS e MDA e buscar a conformação de um Colegiado único, responsável pelas ações territoriais e articulação de políticas públicas;
- d) estabelecer um cronograma de ações para o Colegiado territorial e Câmaras Temáticas relacionadas (BRASIL, 2009c, p.4).

Houve dois resultados diretos desta oficina: após dois dias de encontro, definiu-se a constituição de um Plenário provisório e foram criadas três Câmaras Temáticas. Dentre o coletivo de entidades presentes, as instituições se manifestaram para fazerem parte do Plenário, assim como das Câmaras Temáticas. Após as manifestações, por consenso do coletivo, definiu-se a constituição do Plenário, conforme pode ser visto no quadro (7), a seguir. A regra estabelecida foi que se houvesse mais de uma Associação por categoria (por exemplo, de produtores de leite) seria necessário escolher qual delas representaria a categoria.

---

<sup>59</sup> Esta comissão teve a função de organizar este evento, convidando os participantes assim como assumindo todas as tarefas relativas ao evento como: local, som, logística, alimentação.

Quadro 7: Entidades na Constituição do Plenário Provisório do Colegiado

<b>Sociedade civil</b>	<b>Setor Público</b>
1-Colônia de Pescadores Z 12	1- Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA – Votuporanga
2- Cooperativa de Piscicultores de Santa Fé e Região – COODESPI	2- Centro de Pescado Continental do Instituto de Pesca – APTA de São José do Rio Preto
3- Cooperativa de Pescadores de Santa Fé	3- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI – regional de Jales
4- Associação dos Pescadores de Santa Albertina	4- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI – regional de Fernandópolis
5- Rede da Cidadania	5- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI – regional de Votuporanga
6- Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (FAMHESP)/Associação de Santa Albertina	6- Estação Experimental de Viticultura Tropical/Embrapa/Jales
7- Associação de Produtores de Seringueira- APROBON	7- Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Piscicultura – CIMDESPI
8- Cooperativa de Apicultores de Estrela d'Oeste	8- Prefeituras: Prefeitura Municipal de Mesópolis - Titular; Prefeitura Municipal de Fernandópolis – suplente
9- Cooperativas de Produtores de Leite: Cooperativa de Santa Albertina - titular; Cooperativa de Mira Estrela- suplente	9- Escritório Regional do SEBRAE
10- Associação Pequenos Produtores Rurais - Assentados de Populina	10- Divisão Regional Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS
11- Sindicato dos Trabalhadores Rurais: STR de Jales	11- Universidade Aberta do Brasil: Pólo Regional Jales
Sociedade civil	Setor Público
12- Sindicatos Rurais: SR Fernandópolis	12- Consórcio Terras do Sol
13- Associações de Produtores rurais: Central das Associações do Município de Urânia – CAMU - titular); Associação de Produtores Rurais do Córrego do Tanquinho – Paranapuã – suplente	13- Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Noroeste Paulista – CONSAD
14- Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP)	14- Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO
15- Cooperativa de Pesca e Aquicultura	15- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)
16- Conselho Regional Desenvolvimento Rural Sustentável	16- Centro de Referência de Assistência Social

Fonte: BRASIL (2009c, p. 9).

Uma das exigências para a formação de Colegiado Territorial foi a paridade entre o número de instituições públicas e civis, devendo-se igualar assim o número de participantes nas instâncias criadas, ou seja, deveria existir o mesmo número de representantes da sociedade civil e de representantes do setor público. Outro encaminhamento resultante da oficina de fortalecimento da governança foi a constituição – então provisória - de uma Comissão Executiva. Assim como o Plenário, a sua composição deveria ser paritária e foi constituída a partir de um consenso dos representantes presentes entre as instituições que se manifestaram. O resultado dessa

formação pode ser visto no quadro 8.

Quadro 8 - Representantes da Comissão Executiva

Sociedade Civil	Setor Público
1-Fetaesp – titular Sindicato Trabalhadores Rurais de Jales – suplente	1-Cati Jales – titular Cati Fernandópolis – suplente
2- Aprobon – titular Cooperativa dos Apicultores de Estrela D'Oeste – suplente	2- Codeagro – titular Instituto de Pesca – suplente
3- Sindicato Rural de Fernandópolis *** Suplente	3- Itesp – titular Apta Votuporanga – suplente
4- Central das Associações do Município de Urânia – titular Associação de Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho de Paranapuã suplente	4- Drads – titular Cras - suplente
5- A Rede da Cidadania – titular Associação de Pequenos Produtores Rurais de Populina – suplente	5- Prefeitura de Mesópolis – titular Prefeitura de Fernandópolis – suplente
6 - Colônia de Pescadores Z-12 – titular Cooperativa de Pesca e Aquicultura – suplente	6- Universidade Aberta do Brasil – Pólo Regional de Jales Estação Experimental de Viticultura Tropical/Embrapa/Jales – suplente

\*\*\*Não estava disponível este nome nos documentos consultados.

Fonte: BRASIL ( 2009c, p.9).

Além do Plenário e da Comissão Executiva criaram-se três Câmaras Temáticas, a saber: Câmara Temática de Pesca e Aquicultura; Câmara Temática de Agricultura Familiar, Segurança Alimentar, Turismo e Meio Ambiente; Câmara Temática de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação.

Os representantes das entidades se agruparam de acordo com a atuação de interesse, metodologia de trabalho utilizada pelos consultores, resultando como encaminhamentos desses grupos que: as entidades interessadas pelo assunto referente à Câmara Temática da Agricultura Familiar deveriam se organizar para escrever um projeto para o PROINF; a Câmara Temática da Pesca e Aquicultura, deveria se organizar para escrever três propostas de projetos para o MPA. A Câmara Temática de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação não conseguiu se organizar uma vez que de atuação direta a este tema havia apenas uma entidade, o DRADS - Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Fernandópolis. Resultou como encaminhamento para a Comissão Executiva mobilizar entidades para que também essa Câmara pudesse funcionar, uma vez que ela havia sido proposta pelo coletivo presente com a perspectiva de que ela se responsabilizasse por assuntos transversais importantes e inerentes ao *Território* (BRASIL, 2009c).

Nessa oficina estiveram presentes quarenta e nove pessoas no primeiro dia e

vinte e oito no segundo dia. A oscilação de pessoas presentes deveu-se à ausência do setor público que alegou não poder se ausentar de suas funções por dois dias consecutivos, enquanto a quantidade de representantes da sociedade civil permaneceu constante.

Após esta atividade ocorrida em 2009 apenas a Câmara Temática da Pesca e Aquicultura atuou com periodicidade, reunindo-se pelo menos uma vez a cada quinze dias. Quando os trabalhos diminuíram, ela passou a reunir-se toda última quinta feira de cada mês. A comissão provisória<sup>60</sup> também manteve certa periodicidade, reunindo-se a cada dois meses e, excepcionalmente, sempre que fosse necessário. Já o Plenário realizou poucas reuniões.

Como o tema desta dissertação é focado no *Território da Pesca e Aquicultura*, a partir do próximo item tratar-se-á desse ponto com mais atenção.

### **III.I Câmara Temática da Pesca e Aquicultura**

A composição inicial da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura, formada na oficina de fortalecimento da governança em setembro de 2009 e que consta no Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Território Jales/Fernandópolis<sup>61</sup> foi configurada por dezesseis entidades. Destas, apenas cinco eram organizadas pela sociedade civil, conforme está demonstrado no quadro 9 adiante. Cabe enfatizar que os municípios que seriam contemplados pelas ações desta Câmara Temática são os que estão inseridos no recorte geográfico do MPA.

Essa configuração, no decorrer do período inicial até seu final em 2010, teve uma variação de participação significativa, visto algumas instituições não participaram das atividades seguintes, por exemplo, a Associação de Piscicultores de Ilha Solteira ou, deixaram de existir, como é o caso da Cooperativa de Pescadores de Santa Fé do Sul.

---

<sup>60</sup> Sobre o Colegiado, a comissão provisória e as outras câmaras será trado mais detalhadamente no item a seguir.

<sup>61</sup> Este documento é similar ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Territórios conforme já explicado.

Quadro 9- Constituição inicial da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura

Representantes da Sociedade Civil	Representantes do Setor Público
1-Colônia de Pescadores da Z-12	1- CATI*Mesópolis
2-Cooperativas de Pescadores de Santa Fé do Sul	2-CATI Urânia
3-Cooperativa de Piscicultores de Santa Fé do Sul	3-CATI Santa Albertina
4-Associação de Piscicultores de Mira Estrela	4- S.A.M** Jales
5-Associação de Piscicultores de Ilha Solteira	5- S.A.M Ilha Solteira
	6- S.A.M Mira Estrela
	7-S.A.M Santa Fé do Sul
	8-S.A.M Fernandópolis
	9- ***Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO)/ Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)
	10-Centro de Pesca Continental do Instituto de Pesca (APTA) de São José do Rio Preto
	11-***Centro de pesca Continental do Instituto de Pesca (APTA) de São José do Rio Preto

\* Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA);

\*\*Secretaria de Agricultura Municipal - SAM;

\*\*\*Órgãos estaduais: APTA: Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio

FONTE: BRASIL (2010b, p. 23)

Não houve critérios para se participar das Câmaras Temáticas. No caso da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura, as pessoas interessadas que tiveram contato com o *Território* e foram se inserindo conforme interesse, participando, assim das reuniões. Houve mais instituições participantes do setor público (BRASIL, 2009c).

A título de exemplo, está indicado abaixo a dinâmica das instituições do setor público e sociedade civil quanto a participação:

- Casa de Agricultura (CATI) do município de Mesópolis, com participação ativa;
- CATI de Urânia ou Santa Clara D'Oeste, com participação ativa;
- CATI de Fernandópolis e Jales no período inicial como participação moderada;
- Coordenadoria de Desenvolvimento do Agronegócio (CODEAGRO) – participação moderada;
- Agência Paulista de Tecnologia e Agronegócio – APTA, com participação ativa;
- Instituto de Pesca – IP, com participação ativa;
- Universidade Aberta do Brasil, com participação moderada;
- Prefeitura de Ilha Solteira, baixa participação.

As entidades que representavam a sociedade civil foram:

- Colônia de pescadores Z-12, com participação ativa;
- Cooperativa de Piscicultores de Santa Fé do Sul e Região – COODESPI, com participação moderada;

- Representante do município de Mira Estrela, que representava os dois setores;
- Rede da cidadania: participou apenas no início do processo;
- Cooperativa de pescadores de Santa Fé do Sul: participou até início de 2010.

Houve casos de pessoas que participaram representando tanto o setor público quanto as entidades civis, porém a orientação era que podiam representar apenas uma instituição. Sendo assim, este levantamento foi realizado com base nas listas de presenças das reuniões da Câmara Temática com as respectivas instituições que cada representante indicou.

Ao longo do período de setembro de 2009 ao final de 2010<sup>62</sup>, ou seja, durante 16 meses de trabalho, foram realizadas quatorze reuniões da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura e oito oficinas.

O funcionamento orgânico da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura<sup>63</sup> neste período, de acordo com dois entrevistados, se dá também ao fato de haver um agente externo, no caso a articuladora territorial, atuando durante a implementação da Política Pública, exercendo diferentes tarefas, entre elas: mobilizar e articular as entidades do *Território* com o objetivo de apoiar o fortalecimento dos arranjos organizacionais e gestão dos empreendimentos; diagnosticar os empreendimentos das Cadeias Produtivas da Aquicultura e Pesca; contribuir para o aprimoramento do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca; preparar eventos territoriais (reuniões, seminários, oficinas, entre outros); apoiar a elaboração/aprimoramento dos planos de trabalho, dos projetos, dos arranjos organizacionais e da gestão dos empreendimentos; discutir com a câmara temática da pesca e aquicultura as prioridades de empreendimentos a serem apoiados; fortalecer a Rede de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola em âmbito local e regional; apoiar os ciclos de assessoria técnica; apoiar iniciativas de gestão compartilhada de recursos pesqueiros; coletar e levantar dados primários e secundários requeridos pela supervisão do projeto e sistematizar informações por meio de relatórios de acompanhamento (PLURAL COOPERATIVA, 2009).

O encaminhamento principal orientado pelo MPA via Plural Cooperativa, iniciado em setembro de 2009 e que perdurou até janeiro de 2010<sup>64</sup> foi: discutir junto a Câmara Temática da Pesca e Aquicultura três propostas de projetos prioritários que contemplassem as necessidades do *Território* no âmbito do setor. A orientação para

---

<sup>62</sup> Período de atuação da articuladora territorial, no caso, a autora desta pesquisa.

<sup>63</sup> Ao final do contrato de articuladora territorial, mesmo tendo ficado encaminhamentos e atividades que exigiam continuidade a cargo da Câmara Temática, a mesma não se reuniu novamente.

<sup>64</sup> O prazo foi estendido até janeiro de 2010, porém o prazo inicial foi início de novembro de 2009.

elaboração destas propostas de projetos foi que elas deveriam ser ideais, ou seja, não havia limites orçamentários e estruturais, desde que construídos de acordo com a demanda territorial.

No dia 22 de setembro de 2009 decidiu-se que seriam apresentadas as seguintes propostas:

\*Construção de um abatedouro de peixes – esta proposta visava dar aos trabalhadores e pequenos produtores condições de prosseguirem na iniciativa e evoluir na atividade da aquicultura que poderia ser um novo marco na economia da região e talvez até do país. Com a implantação do abatedouro, poderia ser verticalizada a produção, agregando valor ao produto, gerando ainda mais renda e oportunidade de trabalho. Tal proposta teve como proponente o CIMDESPI - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Piscicultura de Santa Fé do Sul e Região; (BRASIL, 2009d).

\*Programa de Capacitação Profissional para Piscicultores do Território: a finalidade era fortalecer a piscicultura na Região, por meio do desenvolvimento e aprendizado por parte de pessoas e organizações envolvidas com esta atividade através de ações educacionais comprometidas com a responsabilidade social e ambiental. Tal proposta teve como proponente o Pólo Regional do Noroeste Paulista e Centro do Pescado Continental – IP; (BRASIL, 2009d).

\*Identificação de oportunidades regionais de comercialização do pescado oriundo dos aquicultores e pescadores do Território: este projeto de pesquisa teve como objetivos fortalecer as estratégias de beneficiamento do pescado, realizadas por pequenos e médios aquicultores e pescadores do *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista*; identificar e caracterizar os estabelecimentos/agentes envolvidos no processo de disponibilizar o pescado aos consumidores nas grandes e médias cidades da região noroeste do estado de São Paulo; munir os piscicultores e pescadores com informações sobre o mercado de pescado (volume, espécies e formas de apresentação – vivo, abatido, filés, postas, subprodutos, etc.) que pudessem auxiliar no planejamento de sua atividade para abastecer o mercado regional; fornecer outras informações eventualmente necessárias. Tal proposta teve como proponente a Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (BRASIL, 2009d).

Em 20 dias foram discutidas essas proposições de tal modo que fossem condizentes minimamente com a necessidade do *Território* e obedecessem ao prazo estabelecido pelo MPA. Assim, no prazo estabelecido foram indicadas as três propostas

de projetos, tendo sido priorizada a proposta de “Identificação de oportunidades regionais de comercialização do pescado oriundo dos aquicultores e pescadores do Território” (BRASIL, 2009d).

Antes de serem enviadas ao MPA, as três propostas de projeto e o projeto priorizado na sua forma completa foram respaldadas pelas hierarquias do Colegiado Territorial, ou seja, foram apresentadas à Plenário e à Comissão Executiva, tudo em consonância com o prazo final do MPA que era de novembro de 2009. Em outras palavras, no prazo de 2 meses foi necessário escrever o projeto na íntegra e obter respaldo do *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*. O grupo realizou suas atividades de acordo como o planejado pelo MPA.

Embora todos os esforços tivessem sido feitos, e os estreitos prazos impostos terem sido cumpridos, até o final de 2011 o MPA não tinha divulgado nenhum resultado.

Concomitantemente a esta elaboração dos projetos, estava sendo trabalhada a elaboração do Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura - PTDSPeA, sendo imposta como data para a finalização deste, a última semana de outubro de 2009 ou, na impossibilidade, a primeira quinzena de novembro. Assim, as atividades para elaboração deste documento ocorreram nos dias 21 de outubro e 15 de dezembro do mesmo ano, ambos no município de Santa Fé do Sul.

A construção do documento PTDSPeA usou como metodologia discussões de grupo, os quais eram compostos pelas entidades presentes nas devidas atividades orientadas por consultores contratados pelo MPA. Este Programa se assemelha ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território Rural, já mencionado anteriormente, tendo sido construído nos mesmos moldes e com o mesmo objetivo de servir como instrumento norteador das ações a serem implementadas, almejando um desenvolvimento sustentável do setor da pesca e aquicultura.

No ano de 2010, outra atividade relativa ao Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura foi realizada no mês de agosto, objetivando aprimorar este Programa através de discussões coletivas. Visando esse objetivo as atividades ocorreram no município de Mira Estrela, contando com a participação de cerca de trinta (30) pessoas nos dias de evento. A reunião foi coordenada por dois consultores que redigiram o documento final que serviria como instrumento norteador das ações da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura, onde constavam ações de curto, médio e longo prazo para alcançar a visão de futuro, almejado pelo grupo e descrito no referido documento.

Na execução dos trabalhos para a elaboração do Programa, as discussões foram realizadas em grupo e remetidas à aprovação do coletivo. Como resultado foi obtido um documento fragmentado em seis eixos estratégicos, a saber:

- Eixo Estratégico 1 - Organização e Capacitação;
- Eixo Estratégico 2 - Comercialização e Beneficiamento da Produção;
- Eixo Estratégico 3 – Legalização de Empreendimentos Aquícolas;
- Eixo Estratégico 4 – Articulação Político-Institucional;
- Eixo Estratégico 5 – Acesso à Pesquisa e Transferência de Conhecimento;
- Eixo Estratégico 6 – Sustentabilidade dos Recursos Naturais.

Cada eixo foi trabalhado com ações pontuais pelas entidades responsáveis. Muitas vezes, mesmo as entidades não estando presentes, foram-lhe conferidas ações específicas. Fazendo uma análise atual das ações planejadas e executadas, constata-se que das vinte e seis ações totais, apenas duas foram executadas. As demais permaneceram estagnadas. A identificação dos eixos estratégicos e das ações, objetivaram alcançar uma visão de futuro construída pelos representantes das instituições que estiveram presentes nas atividades referentes ao Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, sendo ela resumida da seguinte forma:

A Consolidação do Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista e de cadeias produtivas ligadas à pesca e aquicultura, baseadas no incremento tecnológico sustentável para o aumento da produção e da produtividade da aquicultura familiar e o melhor acesso ao mercado, além de buscar a criação de oportunidades aos pescadores artesanais educando-os para [sic] um extrativismo sustentável ou sua inserção em outras atividades econômicas ligadas à pesca, como a aquicultura e o turismo, visando maior geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população local<sup>65</sup> (BRASIL, 2010a, p. 67).

Ao longo das reuniões da câmara temática no ano de 2009 e no início de 2010, participaram entidades de municípios que não fizeram parte do recorte geográfico proposto pelo MPA. Assim foram requeridos ao MPA a inserção dos municípios que faziam parte do recorte geográfico do *Território Rural* mais os municípios de Ilha Solteira, Pereira Barreto e Suzanápolis, sendo oficialmente constituído pelo MPA em 31

---

<sup>65</sup> Relatório do Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Território Noroeste Paulista, 2010. A redação esta escrita de uma forma que dificulta a compreensão; a grafia está de acordo com o original.

de maio de 2010 um recorte geográfico denominado de *Território da Pesca e Aquicultura do Noroeste Paulista*, formado por trinta e nove municípios, a saber: Aparecida d'Oeste; Aspásia; Dirce Reis; Dolcinópolis; Estrela d'Oeste; Fernandópolis; Guarani d'Oeste; Ilha Solteira, Indiaporã; Jales; Macedônia; Marinópolis; Meridiano; Mesópolis; Mira Estrela; Nova Canaã Paulista; Ouroeste; Palmeira d'Oeste, Paranapuã; Parisi; Pedranópolis; Pereira Barreto; Pontalinda; Populina; Rubinéia; Santa Albertina; Santa Clara d'Oeste; Santa Fé do Sul; Santana da Ponte; Pensa; Santa Rita d'Oeste; Santa Saete; São Francisco; São João das Duas Pontes; Suzanápolis; Três Fronteiras; Turmalina; Urânia; Valentim Gentil; Vitória Brasil. A figura 13 indica a localização e tamanho do *Território*.

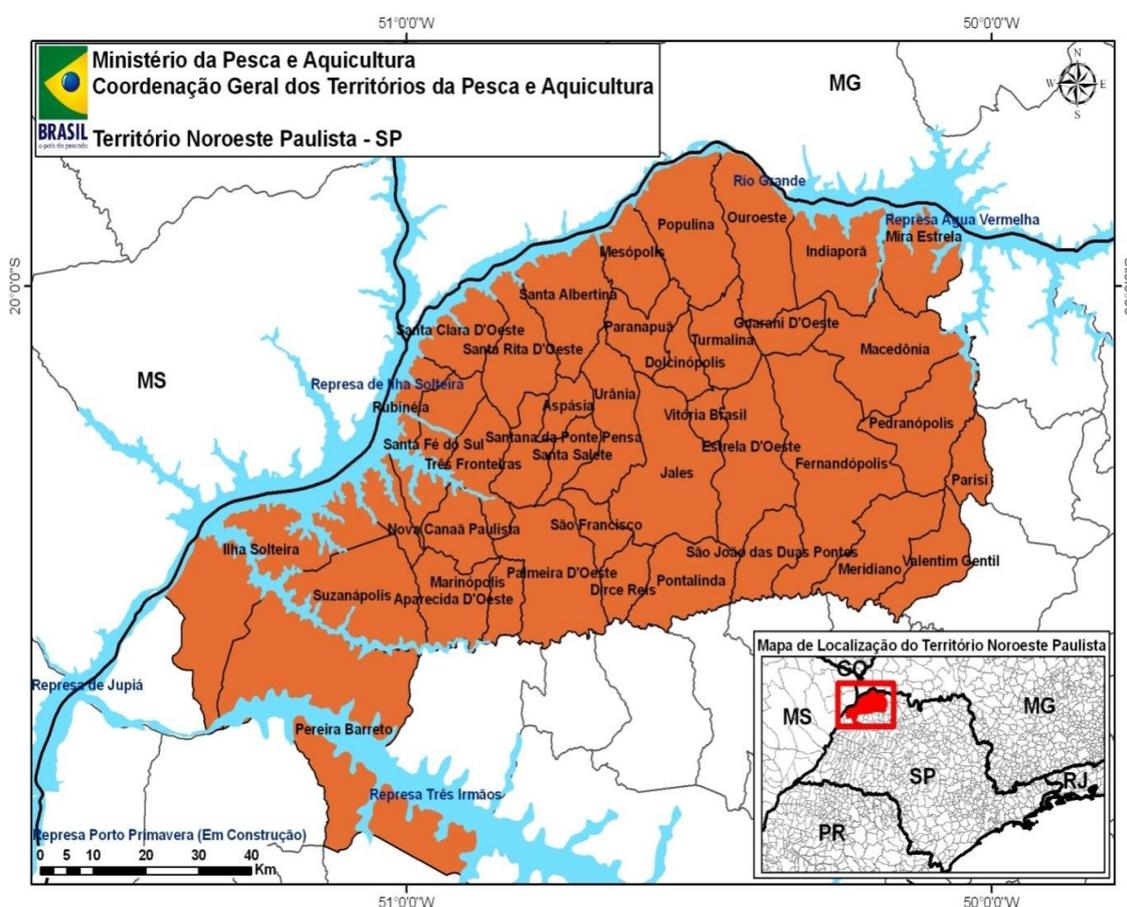


Figura13 – *Território da Pesca e Aquicultura*  
Fonte: BRASIL (2010a, s/p).

No ano de 2010 ocorreu outro ciclo de oficinas, algumas com temáticas duplicadas, como foi o caso da Segunda Oficina de Alinhamento Conceitual e Metodológico do Território (14 de julho de 2010) e a Segunda Oficina de Fortalecimento da Governança do Território (21 de julho de 2010, Santa Fé do Sul). Estes eventos aconteceram para respeitar as fases das metas estabelecidas, conforme já citado. Diante do esgotamento do prazo do plano de trabalho e da necessidade de

cumprimento das metas, no mês de julho ocorreu uma sobrecarga de reuniões para as entidades participantes, causando uma participação baixa com esvaziamento dos espaços.

Diante dessa situação houve um prazo de adiamento de contrato estabelecido, passando de setembro para dezembro, o que permitiu o cumprimento da: Elaboração de um Estudo da dinâmica econômica da Pesca e Aquicultura (meta um, fase cinco) e de um ciclo de oficinas estaduais de fortalecimento e ampliação da rede de entidades parceiras com foco para a ATER PeA (meta quatro<sup>66</sup>).

O estudo da dinâmica econômica da Pesca e Aquicultura correspondeu a um levantamento sobre a dinâmica econômica da pesca e aquicultura, trabalho apresentado oficialmente no dia 25 de agosto de 2010, no município de Suzanápolis. Porém, apesar de seu cumprimento, até final de 2011 o estudo não havia sido divulgado oficialmente às entidades do *Território*.

Referente à assistência técnica e extensão rural da Pesca e Aquicultura (meta quatro), consistiu em que uma entidade interessada fosse proponente para auxiliar localmente as questões relacionadas ao Parque Aquícola de Ilha Solteira, de modo a contemplar o Edital de Chamada Pública DEFO/SEIF/MPA N° 08/2010, sobre apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola – ATEPA.

Este edital teve como objetivo financiar uma entidade capacitada para o oferecimento de assistência técnica ao público-alvo, qual seja, aquele beneficiado pelos parques aquícolas principalmente e, possivelmente, também aos pequenos proprietários que produzissem peixes em tanques escavados. Este edital foi discutido em reuniões da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura de modo a propor ações que contemplassem o objetivo do edital.

Ficou então proposto que a Fundação para Aquicultura de Monte Aprazível e Região - FAMAR<sup>67</sup> seria proponente e escreveria o projeto para o referido edital a fim de oferecer assistência técnicas aos contemplados do parque aquícola. O resultado foi favorável à instituição, uma vez que não existiram propostas concorrentes. Embora tenha sido publicado o resultado da aprovação no ano de 2010, até o início de 2012 não havia ocorrido a liberação do recurso para a sua efetivação. (BRASIL, 2010c).

---

<sup>66</sup> Quadro 5 - Metas do Plano de Trabalho dos Territórios do Sudeste.

<sup>67</sup> A FAMAR (Fundação para Aquicultura de Monte Aprazível) é uma entidade localizada em Monte Aprazível (um município que não faz parte do *Território*), e o MPA sugeriu que tal entidade fosse proponente de um projeto de assistência técnica ao parque aquícola. O MPA sugeriu, pois nenhuma entidade do Território manifestou interesse de exercer tal projeto.

Em dezembro de 2010 finda o convênio entre a Plural Cooperativa e MPA e, com ele, a atuação da articuladora territorial. Após 2010 não houve mais reuniões da Câmara Temática da Pesca e Aquicultura (informação verbal)<sup>68</sup>

Como é possível compreender, os três programas de Políticas Territoriais fomentados na região do Extremo Noroeste Paulista através dos *Territórios do CONSAD, da Pesca e Aquicultura e Rural* convergem, pelo menos teoricamente, para um ideal comum a nível Ministerial, de erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sociais.

Com o objetivo de atuarem em consonância nesta região delimitada, foi organizado o *Território* comum aos três programas, ou seja, foi criada uma estrutura funcional com o intuito de interligar estes três ministérios, unificando suas ações. É nesse contexto que deve ser entendida a criação do *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*, estruturado pelo Governo Federal junto aos atores locais para englobar as intervenções dos três Ministérios citados, tema que será tratado a seguir.

### **III.II O Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista**

Entre os anos de 2004 a 2009, o CONSAD e o *Território Rural* permaneceram sem atividades devido à falta de interesse por parte dos agentes locais, que ficaram desmotivados com as ações desencontradas das esferas governamentais, conforme já citado no item relativo ao CONSAD e conforme pode ser observado na análise do entrevistado C:

*Então, vários municípios sediaram as reuniões para discutir o projeto, a elaboração, tudo do projeto e como tava para sair e não saiu, deu uma desmotivada no pessoal,(...) e a partir daí deu uma esfriada e também encerrou o contrato do OSCIP, deu uma desmobilizada no CONSAD [...] O CONSAD ficou desmobilizado, com esse problema esfriado, a gente não conseguiu reverter isso, inclusive a questão da participação, o próprio presidente ficou desmotivado com a questão (informação verbal).<sup>69</sup>*

É em meados de 2009, com o fomento do *Território da Pesca e Aquicultura* auxiliado por agente externos, no caso a articuladora territorial junto à comissão executiva, que as políticas públicas do CONSAD e *Território Rural* começam a ser retomadas e divulgadas às entidades locais.

---

<sup>68</sup> Informantes C, U, I, entrevistas concedidas nos dias 18/07/2012, 19/07/ 2012, respectivamente.

<sup>69</sup> Informante C, entrevista concedida dia 18 de julho de 2012.

Para que o Governo Federal pudesse estabelecer relações com os *Territórios* era necessário que estes se munissem de espaços formais para dialogar, no caso os Colegiados Territoriais, que seriam os espaços legitimados pelos Ministérios, como já mencionado anteriormente. Nos *Territórios*, o Colegiado Territorial foi criado a partir de uma comissão provisória, formada então por seis entidades locais: três entidades públicas e três da sociedade civil.

Foi assim que, em meados de 2009, a partir do início do fomento do *Território da Pesca e Aquicultura* somado ao interesse do MDA e da comissão provisória formada que se estruturou o *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*, conforme já mencionado.

Na primeira oficina de fortalecimento da governança é que se estrutura este *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*, com uma constituição dividida em: Plenário, Comissão Executiva e Câmaras Temáticas: Pesca e Aquicultura, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Social<sup>70</sup> e um Núcleo Técnico.

Com o auxílio dos agentes externos - neste caso da articuladora territorial da Pesca e Aquicultura e da articuladora estadual do MDA - estas instâncias foram organizadas e regulamentadas por um Regimento Interno, discutido e aprovado pelo Plenário. Assim, agentes locais propuseram organizar o *Território* de acordo com o organograma disposto na figura 14. Verifica-se que o Colegiado Territorial do *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista* se estruturou da seguinte forma: I) Plenário, II) Comissão Executiva III) Núcleo Técnico e IV) Câmaras Temáticas. A instância maior do Colegiado Territorial é o Plenário e todas as estruturas são compostas por agentes locais voluntários e predispostos a colaborar com o *Território*.

---

<sup>70</sup> As Câmaras Temáticas da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Social não têm uma constituição definida.

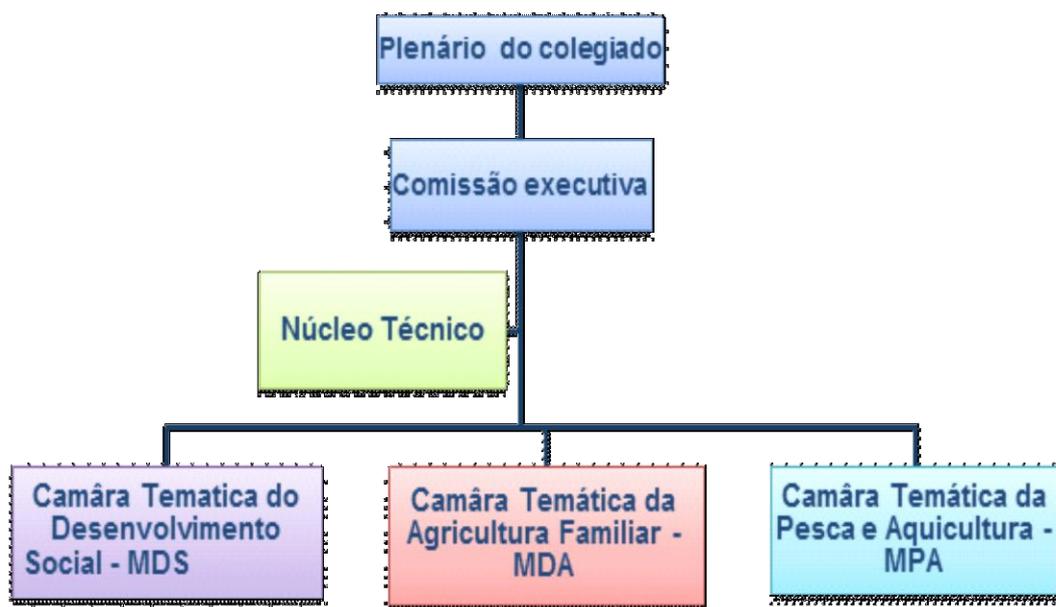


Figura 14: Organograma Funcional do Colegiado Territorial de Desenvolvimento do Noroeste Paulista<sup>71</sup>  
 Fonte: Regimento Interno do *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista Território*.  
 Organizado por Filardo, 2011

Em 2010, a partir dessa organização, criou-se o regimento interno do *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*, com o intuito de padronizar as ações no *Território*. De acordo com tal regimento, estabeleceram-se as funções das instâncias. A partir de então, o Plenário, de acordo com o capítulo IV, artigo 4º. do regimento, tem como função:

Art. 4º. O Plenário é o órgão Colegiado superior, ao qual compete todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial, entre as quais estão:

- I. Articulações institucionais orientadas para o desenvolvimento territorial;
- II. Análise e aprovação dos PTDRS, bem como das respectivas agendas de prioridades;
- III. Seleção dos Projetos Específicos a serem implementados a cada ano;
- IV. Apreciação dos relatórios de acompanhamento e avaliação e definição sobre as providências de aperfeiçoamento que forem necessárias;
- V. Elaboração, análise, aprovação e alteração do Regimento Interno do CTDNP;
- VI. Apreciação e deliberação sobre projetos e ações que promovam o desenvolvimento e a dinamização das economias territoriais para gerar e distribuir, igualmente, emprego e renda à população rural;
- VII. Análise e seleção de atividades que promovam o desenvolvimento do território, através da inclusão social dos agricultores familiares e da valorização dos laços de solidariedade e de cooperação da comunidade rural em especial as cooperativas e associações;

<sup>71</sup>Esse organograma foi criado para ilustrar o que está escrito no regimento interno do Colegiado do Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista, 2010.

- VIII. Articulação de políticas públicas voltadas às demandas sociais, de forma que os recursos governamentais e não governamentais investidos revertam em benefícios para o desenvolvimento territorial sustentável;
- IX. Apreciação e deliberação sobre inclusão, exclusão e substituição de membros do CTDNP, da Comissão Executiva e das Câmaras Temáticas;
- X. Apreciação e deliberação sobre os casos omissos não previstos neste regulamento. (REGIMENTO DO COLEGIADO, 2010).

O artigo 5º dispõe da constituição do Plenário, estabelecendo que ele deve ser composto por trinta e dois membros, representantes de órgãos públicos ou entidades civis com atuação nos municípios que compõem o *território*. Estabelece também que necessariamente os números de entidades públicas e civis devem ser iguais (regime paritário) e que os representantes devem ser eleitos entre setores sociais representativos do setor público e da sociedade civil. A constituição formada no ano de 2010 foi demonstrada no quadro 6.

Ainda de acordo com o regimento, este Plenário deveria reunir-se semestralmente para cumprir suas obrigações, constantes do Capítulo IV, artigo 4º. do regimento acima indicado. Seguindo o organograma, abaixo do Plenário encontra-se a Comissão Executiva, regulamentada no Art. 15º:

- Art. 15º. A Comissão Executiva ( CE ) terá as seguintes funções:
- I. Representar a institucionalidade territorial,
  - II. Coordenar as ações do CTDNP, articulando atores para a construção e implementação dos Planos e Projetos territoriais;
  - III. Propor ao Plenário atividades e projetos que possam promover o engrandecimento e desenvolvimento do CTDNP;
  - IV. Zelar pelos interesses e decisões obtidas do Plenário.
  - V. Encaminhar os projetos propostos aos Plenários do Colegiado.
- (REGIMENTO DO COLEGIADO, 2010).

No ano de 2010, seguindo o regimento interno, a comissão executiva foi formada por doze representantes territoriais, como exposto no quadro 7.

O Núcleo técnico teria como atribuições de acordo com o artigo vigésimo do regimento:

- I. Oferecer o apoio técnico às atividades do CTDNP e, especialmente, à Comissão Executiva.
- II. Orientar e auxiliar na coordenação das reuniões do Plenário e na aplicação dos recursos no Território;
- I. Elaborar planos e estudos visando ao desenvolvimento das atividades do CTDNP. (REGIMENTO DO COLEGIADO, 2010).

O regimento previu que o Núcleo Técnico deveria se reunir quando houvesse necessidade e que seria constituído de forma permanente pelas seguintes instituições:

- II. Por representante da Pesquisa Agropecuária Oficial Federal (EMBRAPA);
- III. Por representante da Pesquisa Agropecuária Estadual (Apta);
- IV. Por representante da Extensão Rural oficial (CATI);
- V. Por representante do Sistema das Pequenas e Microempresas rurais (SEBRAE);
- VI. Por Representante do Ensino e Extensão Universitária;
- VII. Por representante do Sistema Cooperativo e Associativo Oficial (ICA);
- VIII. Por representante de entidade ligada ao Meio Ambiente;
- IX. Por representante do Órgão da Reforma Agrária Oficial (ITESP);
- X. Por representante das Políticas de Assistência Social;
- XI. Por representante dos Trabalhadores Rurais (FETAESP) e
- XII. Pelos coordenadores das Câmaras Temáticas (REGIMENTO DO COLEGIADO, 2010).

O Núcleo Técnico nunca se reuniu, enquanto houve a atuação da articuladora territorial. Esse fato ocorreu devido a algumas dificuldades constatadas e relatadas pelo Coordenador do Programa Territorial da Pesca e Aquicultura, em entrevista:

As dificuldades eram institucionais, eram talvez nos territórios a dificuldades de mobilização dos governos locais, uma baixa participação em boa parte dos territórios, talvez a mobilização do poder local tenha sido a maior dificuldade e a maior dificuldade que eu vejo não pra implantação da política mas para a sustentabilidade, nem da sustentabilidade da Política Territorial, mas pra sustentabilidade do desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca e a desarticulação institucional então, a maior dificuldade (...)era de fazer com que cada instituição cumprisse com seu papel. Por exemplo, SEBRAE se está no território cumprisse com seu papel junto aos pescadores e aquicultores. Uma Emater que prestasse, uma Embrapa, uma universidade que é responsável por pesquisa e por formação; mas essas entidades não cumprem com suas missões institucionais este é um problema institucional muito mais grave, por que a Política Territorial tentava auxiliar a que se criasse um ambiente de cooperação inter-institucional (informação verbal).<sup>72</sup>

As Câmaras Temáticas ligadas aos Ministérios presentes, por sua vez, seriam compostas por entidades que atuassem em áreas condizentes com as temáticas, com o intuito de:

- I – Fazer diagnósticos dos diferentes setores de importância para o território.
- II – Apresentar sugestões para projetos junto ao Núcleo Técnico.
- III – Analisar e aprovar os projetos apresentados encaminhando-os à Comissão Executiva (REGIMENTO DO COLEGIADO, 2010).

Conforme também já citado, foram propostas pelo coletivo presente na primeira oficina de fortalecimento da governança, a criação de três Câmaras Temáticas: **Agricultura Familiar; Pesca e Aquicultura e Desenvolvimento Social**, sendo previstas a constituição de quantas Câmaras Temáticas se fizessem necessárias para o bom andamento do *Território*. Todas as ações desenvolvidas pelas Câmaras Temáticas deveriam ser aprovadas pelo Plenário em reuniões ordinárias.

<sup>72</sup> Informante I, entrevista concedida dia 19 de julho de 2012.

Portanto, esta foi a organização do *Território da Pesca e Aquicultura* durante os anos de 2009/2010 e deste modo se estruturou o *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista* para atender às demandas locais a partir de fomentos direcionados pelos Ministérios aqui citados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esfera governamental as Políticas Públicas Territoriais propõe que a ideia de desenvolvimento territorial seja uma estratégia para viabilizar a erradicação da pobreza e desigualdades sociais existentes em grupos historicamente excluídos, como no caso deste trabalho dissertativo, os pescadores artesanais.

Porém, este estudo aponta que esta Política Pública apresenta problemas teórico-metodológicos e contradições, ainda que se proponha a descentralização das políticas públicas e a abordagem não-setorial do desenvolvimento.

Na análise dos *Territórios* pesquisados, o envolvimento e a participação dos atores nas atividades propostas pela política pública e na elaboração de projetos que beneficiem a comunidade local apresentam-se bastante reduzidos e limitados a poucas pessoas, essencialmente oriundas do setor público.

Deve-se levar em consideração o contexto atual de refluxo destas políticas com abordagem territorial, que se iniciaram no governo LULA, (em 2004) e no ano de 2012, não foram priorizadas, em específico pelo MPA, que não referendou nenhuma ação de cunho territorial.

O que permite concluir que no pouco tempo de mobilização (2009/2010) dos sujeitos do setor da pesca e aquicultura, que durante este período tiveram uma mobilização intensa e promissora, uma vez que a Política Territorial prometia acabar com a pobreza e reduzir a desigualdade, com o final repentino das atividades do *Território* (2010) e esperançoso (ano de eleição), uma vez que as eleições trouxeram um presidente do mesmo partido, sugerindo assim a continuidade das ações do *território*, resultaram numa desarticulação por parte do setor e descrédito pelas referidas políticas públicas, uma vez que as promessas não foram cumpridas e os sujeitos envolvidos não compreenderam de fato a proposta da Política Territorial.

No caso do CONSAD (2004/2005) um montante de quase meio milhão de reais esteve disponível e, por uma falta de comunicação entre governo do Estado de São Paulo e Federal, o recurso foi devolvido aos cofres públicos.

No *Território Rural*, muitos projetos enviados para o PROINF em oito anos de Política Pública e, apenas um foi executado e concluído.

Para elucidar como é desmotivador ao público-alvo essa “lógica de produção técnica- burocrática em contraste aos saberes endógenos” (SOARES, 2012, p.180) a morosidade no processo e muitas vezes falta de clareza das Políticas Públicas acarretam desmobilização, conforme a declaração da informante K:

Cê acha que eu vou deixar de dá água pra minhas pimenta, fazê carinho nelas, que me dá 600 reais no final do mês, pra ficá correndo atrás de reunião, que não dá em nada nunca, eu não! Já participei de muita, todas eu ia com meu dinheiro, e era longe perdia o dia de serviço (...) agora não, prioriza o meu tempo (informação verbal)<sup>73</sup>.

Essa afirmação demonstra a frustração frente a promessas ambíguas da Política Pública Territorial, que incentiva a participação social, a constituição de espaços de diálogo, propondo-se a trabalhar em consenso<sup>74</sup>, contemplando distintos projetos políticos que, por sua vez, ignoram os conflitos existentes.

Neste caso no entendimento distorcido da realidade da pesca artesanal, o Estado tem promovido uma confusão no mundo da pesca artesanal quando propõe que a aquicultura seja tida como política para a pesca artesanal (KUNH, 2009), a qual necessita de direcionamentos específicos no âmbito social, cultural e ambiental.

Apesar de ter havido um montante de recursos investidos no *Território* em ações de articulação para a construção de documentos, propostas de projetos, oficinas, capacitações, e apesar de ter havido também constantemente a presença de entidades locais nas reuniões ordinárias, e nos eventos ampliados, como as oficinas, o MPA não assumiu sua responsabilidade, ou seja, deixou sem resposta o projeto construído com zelo pelos sujeitos locais que participaram do *Território*, por exemplo.

Além disso, se aproveitou das eleições presidências no ano de 2010 para lançar os editais de concessão de áreas públicas para o Reservatório de Ilha Solteira, que também não foram entregues até dezembro de 2012. Isso significa dizer que, em quatro anos de existência do *Território da Pesca e Aquicultura no Noroeste Paulista*, o MPA não implementou nenhuma ação prática que tenha se encaminhado para o objetivo geral da política territorial de erradicação da pobreza e diminuição da desigualdade social.

O não andamento às ações propagadas intensificam a falta de credibilidade dos sujeitos locais em relação ao Estado brasileiro, e causam desmobilização e desmotivação em relação às ações Ministeriais. E mais: causam também um enfraquecimento do setor que poderia ser organizado social, econômica e ambientalmente, ou seja, que poderia estar desenvolvendo-se sustentavelmente. Dificulta-se ainda mais a mobilização da sociedade civil que já tem dificuldade em se organizar, por ser politicamente desarticulada. Tais atitudes desmotivam a sociedade civil a organizar-se politicamente e desacredita-se o setor público.

<sup>73</sup> Informante K, entrevista realizada no dia 5 de agosto de 2012, às 10h, assentada rural.

<sup>74</sup> consenso *s.m.* 1- concordância ou uniformidade de opiniões, sentimentos etc. 2 bom senso, senso comum.(HOUAISS, 2010,p. 190).

Aliada a este processo tem-se outra questão política no caso do *Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista*: as diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal) por vezes têm dificuldade de dialogar, demonstrando uma questão partidária inerente às políticas públicas e que ainda não estão abertas ao dialogo franco, conforme o sentimento colocado pelo informante P:

*(...) deveria existir, é preciso que exista esse dialogo para o bem comum, da coletividade e a gente percebe que não acontece, na questão da discussão do Território, eu falando como representante (...), por várias vezes eu solicitei que eles fizessem esse contato direto com a coordenadoria do Território para integrar neste processo e a mesma coisa a nível de secretária, e a nível de governo, e este trabalho tem que ser feito em termos hierárquicos quer dizer, o superintendente do MPA tem que fazer esse contato com a coordenadoria da CATI, e com a secretaria da agricultura, de forma clara, avisada, de como seria essa participação. É o que eu sinto, eu não tenho assim dado concreto para falar isso, mas o que eu sinto é que muitas vezes esses contatos ficam na informalidade e sem a orientação de proposta efetiva de trabalho (informação verbal)<sup>75</sup>.*

A formação do Colegiado Territorial e dos Planos Territoriais tem buscado apreender demandas locais, embora tais medidas com tímida participação coletiva e em alguns casos de disputas, não têm trazido melhor qualidade de vida para os pescadores locais, como ocorre especialmente dentre os pescadores entrevistados, e como outras pessoas envolvidas pelo MPA.

Este sentimento está presente nos sujeitos envolvidos localmente, como pode ser constatado numa entrevista que deixa claro como se devem organizar as Políticas Públicas, independente do tipo de desenvolvimento que buscam, uma vez que existe algo maior que as orientam:

*A iniciativa de 2010 ela é válida, foi uma boa iniciativa, agora eu não sei se houve um problema no planejamento, ou se não pensaram, se eles pensaram foi um erro grave, agora se pensaram e houve contratempo, problemas de articulação das ideias não sei, talvez não um consenso dos órgãos, do programa não houve um consenso entre as esferas estadual, federal e os órgãos de licenciamento, o que se percebe é isso, não houve consenso nas esferas ali (...) agora para o pessoal, então mostrou que não houve um consenso político, já demonstrou todo um problema de organização” (informação verbal)<sup>76</sup>.*

Para finalizar, compartilho as análises desenvolvidas por Montenegro Gómes acerca do intuito real e prático da função do *Território de Desenvolvimento do Noroeste Paulista*, e demais *Territórios* normatizados pelo Governo Federal. Para o autor, o:

<sup>75</sup> Informante P, entrevista realizada no dia 28 de agosto de 2012.

<sup>76</sup> Entrevista oral, realizado com o um integrante da Associação Nipobrasileira de Piscicultura – ANIPA, identificado como: informante B, entrevista realizada no dia 16 de julho de 2012, às 15h.

(...) Território do desenvolvimento territorial aplana os conflitos entre grupo, entre classes, substituindo-os por uma suposta comunhão de interesses, que tem no desafio do desenvolvimento seu principal elemento aglutinador. O desenvolvimento do território (seja município, uma região, um estado e até uma nação) vira divisa para todos, superando a dissensão entre interesses divergentes, em geral. Essa é a utopia reificada do desenvolvimento territorial: uma sociedade afinada com seu território, sem conflitos essenciais entre os grupos que a formam, que se proponha dotar esse território de qualidades insuperáveis, para concorrer no mercado (local, nacional ou internacional) com outros territórios (MONTENEGRO GÓMES, 2006, p. 107).

Portanto, esta abordagem territorial projetada por agências governamentais, influenciadas por organismos globais, consiste na elaboração de uma concertação social com potencial de gerar um pacto territorial para o desenvolvimento, tendo em vista que supõe um pacto resultante de uma suposta concertação que negligenciaria o conflito e negaria os interesses de classe, ao almejar a possibilidade de uma aliança inter e entre classes (OLIVEIRA e HESPANHOL, 2010).

Desta pesquisa emergiram mais questionamentos que soluções, mas certamente, teve como objetivo contribuir para uma análise crítica da atuação do Estado frente ao modelo capitalista de exploração das comunidades tradicionais e recursos naturais, modelo esse que maximiza os lucros de forma global em detrimento das populações locais, ou seja no caso dessa pesquisa, das populações de pequenos pescadores artesanais do *Território de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste Paulista*.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Fernanda Gene Nunes; AMIN, Mário M. **Água**: um bem econômico de valor para o Brasil e o mundo. Taubaté, SP, Brasil. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR • v. 4, n. 1, p. 75-108, jan-abr/2008.

BRASIL. **LEI N° 7.735, de 22 de fevereiro de 1989**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, DF, 1989.

BRASIL. **LEI N° 1.697, de 13 de novembro de 1995**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, DF, 1995.

BRASIL. **LEI N° 2.840, de 10 de novembro de 1998**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **LEI N° 2.869, de 9 de dezembro de 1998**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **LEI 10.683, de 28 de maio de 2003**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **LEI N° 4.670, de 10 de abril de 2003**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, DF, 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA - Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NFAD, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Documentos Institucionais, n. 01. Brasília: MDA/SDT, 2005.

BRASIL. Secretária Especial da Aquicultura e Pesca **Política Territorial da Pesca e Aquicultura**. Cartilha. Brasília, DF. 2008[a].

BRASIL. Secretária Especial da Aquicultura e Pesca. **Mais Pesca e Aquicultura**. Plano de Desenvolvimento Sustentável. Cartilha. Brasília, DF. 2008[b]. Disponível em:<

[http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Publicidade/filipeta\\_SEAP.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Publicidade/filipeta_SEAP.pdf)>. Acesso em: 20/08/2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Plural Cooperativa. **Relatório da Reunião sobre Estratégias Metodológicas e da Oficina Estadual de Alinhamento Conceitual, Metodológico e Formação de Parcerias em São Paulo – SP**. São Paulo, 2009[a].

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Plural Cooperativa. **Relatório de atividades oficina de alinhamento conceitual e metodológico Território Jales/Fernadópolis** (Noroeste Paulista). São Paulo, 2009[b].

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Plural Cooperativa. **Relatório De Atividades Oficina Territorial De Fortalecimento Da Governança Território Jales/Fernandópolis**. São Paulo, 2009[c].

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Plural Cooperativa. **Produto 6**. Ilha Solteira, 2009[d].

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Mais Pesca e Aquicultura: Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Cartilha. Brasília, 2009[e]

BRASIL.. **3º Conferencia Nacional da Pesca e Aquicultura**. Brasília, 2009[f].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plural Cooperativa. **Primeira Oficina de Alinhamento Conceitual Jales/Fernandópolis (Noroeste Paulista - SP)**. São Paulo, 2009[g].

BRASÍL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Território da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades**. 2009[h].

BRASIL. Decreto- **LEI N° 11.959, de 29 de junho de 2009**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, DF, 2009[i].

BRASIL. Secretária Especial da Aquicultura e Pesca. **Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola**. Cartilha. Brasília, DF. 2009[j].

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Plural Cooperativa. **Plano Territorial de Desenvolvimento sustentável do Território Jales/Fernandópolis(Noroeste Paulista)**. São Paulo, 2010[a].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plural Cooperativa. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Noroeste Paulista (Sp)**. São Paulo, 2010[b].

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Plural Cooperativa. **Produto 10**. Ilha Solteira, 2010[c].

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca Artesanal**. Brasília, 2011[a]. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>> Acessado em: 20/10/2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Licitações de Áreas Aquícolas - 2010** Brasília, 2011[b]. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/aquiculturampa/licitacoes-de-areas-aquicolas/2010l>>. Acessado em: 20/10/2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Instruções Normativas**. Brasília, 2011[c]. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/aquiculturampa/licitacoes-de-areas-aquicolas/2010l>>. Acessado em: 20/10/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual Operacional do Proinf 2012**. Ação orçamentária de apoio a Projetos de Infra estrutura e Serviços em Territórios Rurais. Brasília, 2012[a]. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/Manual\\_PROINF\\_2012.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/Manual_PROINF_2012.pdf)>. Acesso em: 28/06/2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014**. Você investe no pescador. O Brasil investe em você, Brasília, 2012[b]. Disponível em: <[http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Planos\\_e\\_Politicadas/Pedidos/Plano%20Safra\(Cartilha\).pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Planos_e_Politicadas/Pedidos/Plano%20Safra(Cartilha).pdf)>. Acessado em 29/11/2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasil 2010. Brasília, DF. 2012[c].

BRASIL. Secretária Especial da Aquicultura e Pesca. **Planos e Políticas**. Brasília, 2012[d]. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/planos-e-politicamp/planejamento-2012.html>>. Acesso em: 25/06/2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Histórico**. Brasília, DF. 2012[e]. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/ministeriomp/historico1>>. Acesso em: 02/02/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Caderno do Estado de São Paulo**, 2012[f]. Disponível em: <file:///C:/Users/Natalia/Desktop/MESTRADO/SIT%20-%20Sistema%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20Territoriais%20-%20v3.htm>. Acesso em: 6/08/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Consortio de Segurança Alimentar**. Brasília, DF [200?] Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/territorios-CONSAD/CONSAD>. Acesso em: 20/01/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Territórios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento local**. [200?] Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/CONSAD>. Acesso em: 20/01/2012.

CARVALHO, Diego Francisco. **Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista**, 2002. Disponível em <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/.../texto02.pdf>, acessado em 08/02/2013.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Movimento e organizações indígenas no Brasil**. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=3308>. Acesso em: 20/06/2012.

CESP- Companhia Energética De São Paulo. **Relatório de Sustentabilidade 2010** . São Paulo: CESP, 2011. Disponível em: <http://www.cesp.com.br/portalCesp/portal.nsf/V03.02/Sustentabilidade\_Principal?OpenDocument&Menu=5%20-%20menu\_lateral@@004# >. Acesso em: 09/02/2013.

COSTA, Silvia Maria A. Lima; et al. **O perfil sócio-econômico do pescador artesanal do reservatório de Ilha Solteira, estado de São Paulo**. In: Informações Econômicas, SP, v.39, n.12. dez.2009.

DAGNINO, E. **Confluência Perversa, Deslocamentos De Sentido, Crise Discursiva** IN:. Sociedad Civil, participación, ciudadanía: De que estamos hablando?. Erasmus - Revista para el Diálogo Intercultural, Buenos Aires, v. VI, n. n.2, p. 205-306, 2004.

DIAS NETO, José. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2010. 242 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Imagens das Águas**. São Paulo. Editora Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil: Uma Síntese Histórica**. -CEMAR/NUPAUB. USP. Sem data. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/leal1.pdf>>. Acessado em 20/06/2012.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Revisão do Marco Institucional, da Estrutura Institucional e Organizacional da SEAP/PR**. Brasil, 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/ai265p/ai265p00.pdf>>. Acessado em: 20/06/2012

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. 220p.

FAVARO, J.L.; MONTENEGRO GÓMES, J R. **Processo de Gestão Social na Política de Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania Paraná Centro: Emancipar ou Legitimar?** Revista Pegada Eletrônica, vol. 12 n.2, Presidente prudente, 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/issue/current>>. Acesso em 6/08/2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. Unesp, 2008. Disponível em <[http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes\\_2008.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf)>. Acessado em: 12/08/2011

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário de 2006: um marco da disputa territorial entre camponato e agronegócio**. Boletim DataLuta. NERA. Presidente Prudente, 2009, número 22. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_10\\_2009.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_10_2009.pdf)> Acesso em: 20/06/2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29.ed. São Paulo: Pz e Terra (Coleção Leitura), 2004.

GALLO, Zildo. **A proteção das águas, um compromisso do presente com o futuro: o caso da bacia do rio Piracicaba**. Dissertação (Mestrado em Geociências, Área de Administração e Política de Recursos Minerais). Campinas, SP: [s.n], 1995.

HAESBAERT, Rogério Costa. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERNANDEZ, Fernando Braz Tangerino. **Análise agroclimática da área de influência do reservatório da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, região noroeste do Estado de São Paulo**. Departamento de Fitossanidade, Engenharia Rural e Solos-UNESP, Ilha Solteira, 2007. Disponível em: <[http://www.agr.feis.unesp.br/pdf/parque\\_aquicola\\_agroclimatologia\\_noroeste\\_sp.pdf](http://www.agr.feis.unesp.br/pdf/parque_aquicola_agroclimatologia_noroeste_sp.pdf)> Acesso em: 09/02/2013.

HOUAISS, A. **Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2012. Consultado em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 22/11/2011, 01/2/2012, 04/05/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Portaria IBAMA nº 1.583**, Brasília, DF, 1989.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araújo. **TERRA E ÁGUA: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. 2009. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2009. Disponível em <<http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/2a3532dbac2c6d4364ec1bbc195cef3a.pdf>>. Acessado em: 24/08/2012.

LIMA, Jamille da Silva; NETO, Agripino Souza Coelho. **Estado, Sociedade, Território e Desenvolvimento Territorial Rural**. In: XVII ENG, UFPA, Belém, 2012.

MARCOS, Valéria. **Novas (u)topias, velhos horizontes: Reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local auto-sustentável**. 2003. USP. Tese.

MATIAS, João Felipe Nogueira. **Análise da sustentabilidade da aquicultura em águas de domínio da união, nos parques aquícolas do reservatório do castanha, estado do Ceará: estudo de caso**. 2012. 126f. Tese. (Doutorado em Engenharia da Pesca) – Programa de pós-graduação em Engenharia de Pesca. UFC. Fortaleza.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. **“Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle**

social do capital”, 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** 438 f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação Capitalista da Terra e a Formação da Pequena Propriedade em Jales – SP.** 2002.(Dissertação em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Universidade Estadual Paulista, 2002.

\_\_\_\_\_. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales - SP.** 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Universidade Estadual Paulista, 2007.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Aspectos da Abordagem Territorial na Implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Na Região do Pontal Do Paranapanema-Sp.** XVI. Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI.** In: Oliveira, A. U. Marques, M.I.M.. (Org.). *O Campo no Século XXI.* 1ªed.São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004,p. 29-70, 2004.

OLIVEIRA, Jaqueline da Silva. **A Disputa Pela Água no Pontal do Paranapanema: Os Movimentos Sociais e os Conflitos em Torno do Agrohidroterritório.** In: XVI. Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre,RS 2010.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; HESPANHOL Antonio Nivaldo. **Aspectos da Abordagem Territorial na Implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural na Região do Pontal Do Paranapanema-Sp.** In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, RS, 2010 Anais XBVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, RS, 2010. p.1-7.

OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto; SOTO, Doris. **Aqüicultura no Brasil: o desafio é crescer.** 276p. Brasília, DF 2008.

PERINELLI Neto, Humberto, NARDOQUE Sedeval, MOREIRA Vagner José(org). **Nas margens da boiadeira:** territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no noroeste paulista. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Resenha de: ZANCANARI,

Natalia Scarabeli. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.2, nº3 jul-dez, 2012. p.190-193.

PLURAL COOPERATIVA. **EDITAL CARTA-CONVITE Nº 051/2009**, São Paulo, 2009.

PLURAL COOPERATIVA. **Informações sobre o Projeto de Apoio a Gestão Social (SDT/Plural) e das implicações do Decreto 7.592 de 28/10/2011**. São Paulo, 2011.

PNUD. **ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 20/08/2012.

POMPÊO, Marcelo. **Maiores Represas Brasileiras**. 1999. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/limnologia/Represa/Maioresrepresas.htm> Acesso em: 08/07/2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**, São Paulo: Ática, 1993. 266p

ROSAS, Celso Antonio da Fonseca. **A cafeicultura no contexto da agropecuária no extremo noroeste paulista**- Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: [s.n], 2002.

\_\_\_\_\_. **A (des)construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista**. Tese. (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente – SP. 246 f. 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 12).

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. **Território e abordagem territorial**: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. Revista de Ciências Sociais, Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande, vol. 23, n.1, p. 99 -117, jan./dez., 2004. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/393.pdf>>. Acesso em: 1/10/2012

SERGIO, Marleide M. S. **Desenvolvimento Territorial Rural No Alto Sertão Sergipano: Qual O Lugar Da Reforma Agrária?**. In: XVII Encontro Nacional dos Geógrafos. UFPA, Belém, 2012.

SILVA, Walter Guedes da. **Uma análise da industrialização do estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do Centro-Oeste (1930-1970)**. In: 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008.

SOARES, Ivan de Sousa. **Do Território da Governança ao Território do Campesinato: Limites e Possibilidades dos Assentamentos em Nioaque-MS**. 175f, 2012. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2012.

SPANGER, U. **O desafio na medição do desenvolvimento humano- o caso do idh**. Trabalho apresentado no IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO, 2011. Disponível em <[http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix\\_en/GT5-102-224-20110620211339.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix_en/GT5-102-224-20110620211339.pdf)>. Acesso em: 12/06/2012.

TANACA; Eline Keiko Tsutiya; PEREIRA; Jonathas Alfredo Zakir; PIGATTO; Gessuir. **Substituição da Pecuária de Corte E Expansão da Cana-de-Açúcar no Estado de São Paulo: O Impacto nas Regiões Oeste e Noroeste do estado**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, Acre, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/852.pdf>>. Acesso em: 07/02/2012.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, [200?]. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/calendar/view>>, Acesso em: 12/08/2012.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NOROESTE PAULISTA. Regimento Interno do Colegiado, Jales, 2010.

UNICAMP. Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura. Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>>. Acessado em: 20/09/2012.

## SITES CONSULTADOS

[www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br)

[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1>

[www.usp.br](http://www.usp.br)

<http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>